



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA
CONTADORIA GERAL DO ESTADO

BALANÇO GERAL DO ESTADO

RELATIVO AO EXERCÍCIO DE
1963

APRESENTADO A SUA EXCELENCIA O SENHOR
DOUTOR JOSÉ ANTÔNIO ARANHA, DIGNÍSSIMO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA, PELO CONTADOR GERAL DO ESTADO, DR. WALDIR COMERLATO.

1964

EDITORA MERIDIONAL "EMMA"
Porto Alegre



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA
CONTADORIA GERAL DO ESTADO

BALANÇO GERAL DO ESTADO

RELATIVO AO EXERCÍCIO DE
1963

APRESENTADO A SUA EXCELÊNCIA O SENHOR
DOUTOR **JOSÉ ANTÔNIO ARANHA**, DIGNÍSSIMO
SECRETÁRIO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS
DA FAZENDA, PELO CONTADOR GERAL DO ES-
TADO, DR. **WALDIR COMERLATO**.

1964

EDITORA MERIDIONAL "EMMA"
Porto Alegre

ÍNDICE

EXPOSIÇÃO SÔBRE O BALANÇO GERAL DO ESTADO

Apresentação	11
Despesas Autorizadas e Recursos Financeiros	13-20
Balanço Financeiro	21-77
Execução Orçamentária	22-64
Análise da Receita	24-43
Impostos	24
Taxas	27
Receita Patrimonial	30
Receita Industrial	31
Diversas	33
Receita Extraordinária	33
Incidência	35
Exatorias	38
Receitas Vinculadas a Planos Especiais	41
Análise da Despesa	44-64
Despesas por Créditos Ordinários	48
Despesas por Créditos Especiais e Extraordinários	50
Confronto da Despesa Fixada com a Realizada	52
Evolução da Despesa	54
Despesas com a Execução de Planos Especiais	60
Operações Extra-Orçamentárias	65-73
Receita Extra-Orçamentária	65
Despesa Extra-Orçamentária	69
Análise do Resultado Financeiro do Exercício	74-77
Balanço Patrimonial	79-98
Ativo do Estado	81-84
Ativo Financeiro	81
Ativo Permanente	82
Dívidas do Estado	85-98
Dívida Fundada Externa	88
Dívida Fundada Interna	89
Dívida Flutuante	94
Demonstração da Conta Patrimonial	99-101
Apuração do Descoberto Financeiro em 31/12/63	103-110
Considerações Finais	111-112

Volume I - BALANÇO GERAL DO ESTADO

BALANÇO FINANCEIRO	115
Balanço Financeiro (Análise do Modelo Padrão)	116
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	117-195
Receita	117-124
Comparativo da Receita Orçada com a Realizada	117
Receita pela Incidência	119
Receita por Estação Arrecadadora	121
Despesa	125-195
Demonstrativo da Despesa Geral do Estado	125
Comparativo da Despesa Fixada com a Realizada	126
Despesa por Serviço	127
Despesa por Elemento	149
Créditos Especiais Transferidos para 1964	152
Créditos Especiais e Extraordinários, Segundo os Recursos Financeiros ..	162
BALANÇO PATRIMONIAL	196
DEMONSTRAÇÃO DA CONTA PATRIMONIAL	197
Demonstração da Conta Patrimonial (Análise do Modelo Padrão)	198
ANÁLISE DO ATIVO	199-220
Financeiro	199-215
Disponível	199-206
Caixa Geral	199
Bancos	200
Exatores	201
Remessas de Exatores	205
Suprimentos a Exatores	206
Realizável	207-215
Devedores Diversos	207
Suprimentos Autorizados	208
Prefeituras, c/Contribuições	209
Prefeituras, c/Devedoras	210
Diversos Responsáveis	211
Valôres do Estado	215
Permanente	216-220
Valôres Inalienáveis	216
Prefeituras, c/Empréstimo 1927	217
Devedores por Empréstimo	218
Prefeituras, c/Empréstimo Conversão da Dívida Externa	219
Almoxarifados	220
ANÁLISE DO PASSIVO	221-236
Financeiro	221-229
Dívida Flutuante	221
Depósitos de Consignatários	224
Depósitos de Autarquias	225
Prefeituras, c/Imposto Indústria e Profissões	226
Contribuições para Autarquias	227
Prefeituras, c/Contribuições do Estado	228
Permanente	230-231
Dívida Fundada Interna	230
Dívida Fundada Externa	231
ANÁLISE DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO	232-236
Exatores, c/Selos	232
Caixa de Títulos e Valôres do Estado	235
Contratos Afiançados	236

Volume II - ANÁLISE DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

(Comparativo da Despesa Fixada com a Realizada,
por Órgãos Administrativos, Elementos e Rubricas)

DESPESA ORDINÁRIA	239-376
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	239-240
Assembleia Legislativa	239
TRIBUNAL DE CONTAS	241-242
Tribunal de Contas	241
GOVERNO DO ESTADO	243-249
Gabinete do Governador	243
Conselho do Serviço Público	245
Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais	247
Conselho Regional de Desportos	248
Subvenções e Auxílios	249
SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA	250-267
Secretaria do Interior e Justiça	250
Ministério Público	252
Departamento das Prefeituras Municipais	253
Junta Comercial	254
Arquivo Público	256
Departamento de Fiscalização dos Serviços de Diversões Públicas	258
Departamento de Imprensa Oficial	260
Serviço Social Penitenciário	262
Departamento de Institutos Penais	264
Procuradoria do Estado no Rio de Janeiro e Escritório na Capital Federal ...	266
SECRETARIA DA FAZENDA	268-275
Gabinete do Secretário da Fazenda	268
Gabinete de Orçamento e Finanças	269
Contadoria Geral do Estado	270
Tesouro do Estado	272
Comissão Estadual de Compras	274
SECRETARIA DAS OBRAS PÚBLICAS	276-287
Secretaria das Obras Públicas	276
Diretoria de Obras	278
Diretoria de Saneamento	279
Diretoria Industrial	280
Diretoria de Urbanismo e Habitação	282
Comissão Especial de Obras de Irrigação	283
Comissão de Reparcelamento Penitenciário	285
Comissão de Fluoração das Águas	287
SECRETARIA DA AGRICULTURA	288-297
Secretaria da Agricultura	288
Diretoria Administrativa	289
Diretoria da Produção Vegetal	291
Diretoria da Produção Animal	293
Diretoria da Produção Mineral	295
Instituto Gaúcho de Reforma Agrária	296
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	298-315
Secretaria de Educação e Cultura	298
Subsecretaria do Ensino Primário	300
Subsecretaria do Ensino Médio	302
Subsecretaria do Ensino Técnico	304
Superintendência de Educação Física e Assistência Educacional	306
Divisão de Cultura	308
Serviço de Orientação e Educação Especial	310
Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais	312
Diretoria de Estatística Educacional	314
Subvenções e Auxílios	315

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	316-322
Secretaria da Segurança Pública	316
Departamento de Polícia Civil	318
Brigada Militar	320
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	323-324
Secretaria da Administração	323
SECRETARIA DA SAÚDE	325-336
Secretaria da Saúde	325
Departamento de Saúde	328
Departamento da Criança	330
Departamento de Saúde Mental	332
Instituto de Pesquisas Biológicas	334
Subvenções e Auxílios	336
SECRETARIA DE ECONOMIA	337-345
Secretaria de Economia	337
Diretoria da Produção	339
Diretoria de Planejamento e Expansão	340
Diretoria de Assistência ao Cooperativismo	341
Departamento Estadual de Estatística	342
Serviço Estadual de Turismo	344
SECRETARIA DOS TRANSPORTES	346-349
Secretaria dos Transportes	346
Departamento Aeroviário	348
SECRETARIA DO TRABALHO E HABITAÇÃO	350-355
Secretaria do Trabalho e Habitação	350
Serviço Social de Menores	352
Subvenções e Auxílios	355
SECRETARIA DE ENERGIA E COMUNICAÇÕES	356-359
Secretaria de Energia e Comunicações	356
Comissão Estadual de Comunicações	358
PODER JUDICIÁRIO	360-367
Tribunal de Justiça	360
Tribunais do Júri e Juizados	362
Juizado de Menores	364
Conselho Penitenciário	366
Justiça Militar do Estado	367
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	368-371
Dívida Pública	368
Pessoal Inativo	369
Pensões Diversas	370
Encargos Diversos	371
PROGRAMA PRELIMINAR DE SERVIÇOS E INVESTIMENTOS PÚBLICOS	372
RESUMO	373-376
DESPESAS POR CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	377-527
Tribunal de Contas	377
Govêrno do Estado	378
Secretaria do Interior	386
Secretaria da Fazenda	392
Secretaria das Obras Públicas	395
Secretaria da Agricultura	406
Secretaria de Educação e Cultura	417
Secretaria da Segurança Pública	454
Secretaria da Administração	457
Secretaria da Saúde	458
Secretaria da Economia	475
Secretaria dos Transportes	480
Secretaria do Trabalho e Habitação	495
Secretaria de Energia e Comunicações	504
Justiça	520
Comissão Estadual de Prédios Escolares	521

Exposição sobre o Balanço Geral do Estado

Pôrto Alegre, 30 de abril de 1964.

Exposição sôbre o Balanço Geral do Estado, relativo ao exercício de 1963, apresentada ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Antônio Aranha, digníssimo Secretário da Fazenda.

APRESENTAÇÃO

Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda

Apraz-nos passar às mãos de Vossa Excelência o Balanço Geral do Estado, relativo ao exercício econômico-financeiro de 1963, levantado por esta Contadoria Geral, nos têrmos do que estatui a Lei nº 521, de 28 de dezembro de 1948.

O Balanço Geral do Estado, formado por um conjunto de peças que demonstra, sinteticamente, as operações realizadas, os resultados obtidos e a composição do patrimônio do Estado, constitui o documento básico para a prestação das contas da gestão financeira do Governador do Estado à Assembléia Legislativa.

Com o objetivo de proporcionar ao Govêrno informações úteis à tomada de decisões relacionadas com a administração financeira e de apresentar subsídios aos órgãos máximos de fiscalização e julgamento da atividade financeira, far-se-á uma análise das peças que constituem o mencionado documento técnico.

1 - DESPESAS AUTORIZADAS E RECURSOS FINANCEIROS

A Lei de Meios para o exercício financeiro de 1963 - nº 4.398 - promulgada em 11 de dezembro de 1962, orçou a receita em Cr\$ 58.993.041.800,00 e fixou a despesa em Cr\$ 79.204.225.689,00, prevendo um deficit de Cr\$ 20.211.183.889,00.

O orçamento inicialmente votado sofreu, durante sua execução, numerosas e profundas modificações.

Para melhor compreensão dessas alterações, convém que se faça um breve comentário sobre as dotações globais que foram incluídas na Lei de Meios, para darem cobertura a créditos adicionais a serem abertos no decurso do ano financeiro, não sendo, portanto, diretamente utilizáveis para a realização de despesas.

Trata-se das dotações de Cr\$ 21.000.000.000,00, posteriormente suplementada em Cr\$ 3.500.000.000,00, e de Cr\$ 19.595.491.000,00, classificadas nos elementos "pessoal fixo" e "despesas diversas", respectivamente. A primeira delas daria cobertura aos adicionais destinados a reforçar as verbas ordinárias de pessoal fixo e variável da administração centralizada e descentralizada, que se tornassem insuficientes por força dos reajustamentos de estipêndios determinados por leis específicas. A segunda constituiria o suporte financeiro para a abertura de créditos especiais, destinados à execução do "Programa Preliminar de Serviços e Investimentos Públicos", correspondendo à soma dos recursos com aplicação específica, vinculados àquele Programa.

Com êsse esclarecimento inicial, passa-se a demonstrar o reajustamento de que foram passíveis o plano geral de despesas e os recursos a êle vinculados.

CRÉDITOS ORDINÁRIOS

As numerosas suplementações e reduções, votadas no exercício, provocaram expressivas alterações nas 2.284 especificações orçamentárias em que se desdobraram os créditos ordinários, de que 805 foram suplementadas e 284 foram parcial ou totalmente canceladas.

As suplementações atingiram Cr\$ 27.191.050.620,60 e as reduções somaram Cr\$ 45.187.531.080,50. Nesta quantia estão compreendidas as parcelas de Cr\$ 24.500.000.000,00, da verba "1) Vantagens em geral: para reajustamento de estipêndios", do código local 17-04, utilizada como recurso dos adicionais abertos com aquela finalidade, e de Cr\$ 19.587.360.994,00, da dotação para execução do "Programa Preliminar de Serviços e Investimentos Públicos", do código local 18-01, utilizada na cobertura de créditos especiais, destinados à execução daquele plano. Os restantes Cr\$ 1.100.170.086,50 foram cancelados em numerosas

rubricas, destacando-se, por seu vulto, as seguintes:

1-01-8) Vantagens em geral	66.462.750,00
13) Construção, ampliação e restauração de prédios	30.000.000,00
5-04-7) Percentagens	388.033.500,00
7-03-31) Auxílios diversos: Bonificações a viticultores	32.000.000,00
17-01-1) Amortização da dívida fundada interna	49.977.867,00
6) Juros da dívida fundada interna	281.156.628,00

Deram cobertura às suplementações já mencionadas os seguintes recursos financeiros:

Recursos do orçamento de 1963:

Redução de dotações	22.939.086.296,50	
Maior arrecadação	<u>3.916.050.000,00</u>	26.855.136.296,50

Recursos de exercícios anteriores:

Maior arrecadação da taxa de transportes em 1961 .	335.914.324,10
	<u>27.191.050.620,60</u>

Conjugadas as alterações decretadas com o elenco das autorizações ordinárias constantes do orçamento inicial, ficaram estas últimas limitadas a Cr\$ 61.207.745.229,10, como se demonstra:

Orçamento inicial	79.204.225.689,00	
Mais: suplementações	<u>27.191.050.620,60</u>	106.395.276.309,60
Menos: reduções.....		<u>45.187.531.080,50</u>
Créditos ordinários retificados		<u>61.207.745.229,10</u>

Os créditos iniciais, as suplementações, as reduções e os créditos retificados estão classificados, segundo os elementos da despesa, no quadro que figura a seguir, destacando-se a dotação global do "Programa Preliminar de Serviços e Investimentos Públicos", com um saldo não utilizado de Cr\$ 8.130.006,00.

CRÉDITOS ORDINÁRIOS

E L E M E N T O	DOTAÇÃO INICIAL	REDUÇÕES	SUPLEMENTAÇÕES	DOTAÇÃO ALTERADA
0 - Pessoal Fixo	36.023.212.610,00	24.965.736.092,50	18.931.406.619,40	29.988.883.136,90
1 - Pessoal Variável	5.300.686.200,00	28.660.000,00	6.724.756.832,10	11.996.783.032,10
2 - Material Permanente	708.693.629,00	71.177.929,00	119.628.750,00	757.144.450,00
3 - Material de Consumo	2.659.833.800,00	57.226.217,00	426.929.000,00	3.029.536.583,00
4 - Despesas Diversas: Em geral	14.916.308.450,00	476.369.848,00	987.329.419,10	15.427.268.021,10
Subtotal	59.608.734.689,00	25.599.170.086,50	27.190.050.620,60	61.199.615.223,10
4 - Despesas Diversas: Programa Preliminar de Ser- viços e Investimentos Públi- cos	19.595.491.000,00	19.587.360.994,00		8.130.006,00
TOTAL	79.204.225.689,00	45.186.531.080,50	27.190.050.620,60	61.207.745.229,10

CRÉDITOS ESPECIAIS

Tiveram vigência, no exercício de 1963, 1.447 créditos especiais, no montante de Cr\$ 48.826.253.397,60, conforme demonstração abaixo:

Transferidos de 1962.....		7.708.169.411,40
Abertos em 1963	41.113.983.986,20	
Revigorados no exercício ...	<u>4.100.000,00</u>	<u>41.118.083.986,20</u>
		<u>48.826.253.397,60</u>

Essas autorizações tiveram as seguintes destinações:

Programa Preliminar de Investimentos		35.023.189.084,10
II Plano de Obras		6.781.702.480,00
I Plano de Obras		45.113.465,80
Consolidação de dívidas flutuantes		1.500.000.000,00
Vantagens de pessoal:		
A autarquias, para cumprimento da Lei nº 4467/62	2.955.817.790,00	
Ao DEPRC, para atendimento das vantagens decorrentes da Lei nº 3889-A, de 30/12/59	234.680.370,00	
Salário mínimo do pessoal da administração centralizada..	<u>129.725.055,40</u>	3.320.223.215,40
Aumento do capital da "Açúcar Gaúcho S. A."		500.000.000,00
Para auxílios diversos		129.530.736,30
Contribuição ao DAER para atender compromissos contratuais contraídos pela autarquia no exterior, até 31/12/62		550.000.000,00
Contribuições a municípios para melhoria do sistema rodoviário		145.000.000,00
Contribuições a municípios para melhoria do serviço de abastecimento de água		491.000.000,00
Contribuição à Cruz Vermelha Brasileira, Setor Rio Grande do Sul, para aquisição da sede própria		20.000.000,00
Para concessão de empréstimo à Prefeitura de Rio Grande		200.000.000,00
Concessão de bolsas de estudo		43.650.000,00
Aparelhagem e equipamento para a Brigada Militar e o Departamento de Polícia Civil		50.355.000,00
Aquisição de material para emplacamento de veículos		10.000.000,00
Para outros fins		<u>16.489.416,00</u>
		<u>48.826.253.397,60</u>

Os recursos financeiros que deram cobertura aos créditos especiais, vigentes em 1963, assim se decompõem:

I - Recursos do orçamento de 1963:

Redução de dotações:		
Código 18-01	19.587.360.994,00	
Outros códigos	<u>2.661.083.790,00</u>	22.248.444.784,00

Maiores arrecadações:

Taxa de Educação	846.000.000,00	
Taxa de Transportes	574.412.000,00	
Taxa de Eletrificação e Co- municações	485.977.000,00	
Taxa de Desenvolvimento A- gropecuário	96.739.455,00	
Fundo Rodoviário Nacional ..	<u>1.244.600.000,00</u>	<u>3.247.728.455,00</u>
		<u>25.496.173.239,00</u>

II - Recursos de operações de crédito:

I Plano de Obras - Lei n ^o 2.136, de 26/10/53: Emissão de apólices		45.113.465,80
II Plano de Obras - Lei n ^o 3.601, de 1/12/1958: Emissão de apólices - 1 ^a sé- rie - Dec. 10.716, de 27/ /8/59	153.475.877,80	
Emissão de apólices - 4 ^a sé- rie - Dec. 12.465, de 30/ /6/61	141.003.019,50	
Emissão de apólices - 6 ^a sé- rie - Dec. 13.368, de 6/4/ /62	2.330.424.839,30	
Emissão de apólices - 8 ^a sé- rie - Dec. 14.468, de 10/ 12/62	1.820.206.951,10	
Empréstimo Banco do Brasil S. A.	82.039.341,10	
Empréstimo Caixa Econômi- ca Federal do Rio Grande do Sul	<u>232.105.412,00</u>	4.759.255.440,80
Programa Preliminar de In- vestimentos - Lei n ^o 4.387, de 6/12/62: Emissão de apólices - 1 ^a série - Dec. 15.043, de 29/3/63	4.950.460.892,20	
Emissão de apólices - 2 ^a série - Dec. 15.637, de 26/9/63	4.982.378.742,90	
Emissão de apólices - 3 ^a série - Dec. 16.211, de 28/12/63	455.260.000,00	
Empréstimo Banco do Esta- do do Rio Grande do Sul S. A.	1.000.000.000,00	
Empréstimo Governo Fede- ral	<u>1.000.000.000,00</u>	12.388.099.635,10
Empréstimo Consolidação de Dívidas Flutuantes - Lei n ^o 4.426, de 21/12/62:		

Emissão de apólices - Dec.
nº 15.630, de 25/9/63

1.500.000.000,00
18.692.468.541,70

III - Recursos de exercícios anteriores:

Redução de dotações do exercício de 1959		133.449.153,00
Maior arrecadação da Loteria do Estado de 1959 ...		5.361.680,50
Redução de dotações do orçamento de 1960:		
Código 18-01	73.916.364,80	
Outros códigos	<u>16.898.876,00</u>	90.815.240,80
Maior arrecadação de 1960 nas seguintes rubricas:		
Taxa de Educação	1.805.951,80	
Taxa de Desenvolvimento A- gropecuário	1.733.476,10	
Produto da Loteria do Esta- do	<u>14.143.400,70</u>	17.682.828,60
Redução de dotações do orçamento de 1961:		
Código 18-01	282.448.823,80	
Outros códigos	<u>5.050.000,00</u>	287.498.823,80
Maior arrecadação de 1961 nas seguintes rubricas:		
Taxa de Educação	20.146.197,20	
Taxa de Transportes	16.000.000,00	
Taxa de Eletrificação e Co- municações	224.121.431,60	
Produto da Loteria do Esta- do	28.186.858,70	
Receitas não vinculadas	<u>109.328.375,40</u>	397.782.862,90
Redução de dotações do orçamento de 1962:		
Código 18-01	1.319.802.263,30	
Outros códigos	<u>94.005.000,00</u>	1.413.807.263,30
Maior Arrecadação de 1962 nas seguintes rubricas:		
Taxa de Educação	93.155.413,20	
Taxa de Transportes	212.291.330,60	
Taxa de Eletrificação e Co- municações	807.620.167,10	
Taxa de Desenvolvimento A- gropecuário	23.389.698,40	
Taxa de Cooperação e Defe- sa da Orizicultura	41.066.768,30	
Fundo Rodoviário Nacional ..	490.000.000,00	
Produto da Loteria do Esta- do	76.788.796,40	
Receitas não vinculadas	<u>546.901.590,00</u>	2.291.213.764,00
		<u>4.637.611.616,90</u>

CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS

A ocorrência de fenômenos climatéricos adversos, em numerosos municípios do interior do Estado, provocou situações de calamidade pública, para cujo atendimento foi aberto um crédito extraordinário.

O referido adicional, aberto pelo Decreto nº 15.734, de 14/10/63, no montante de 50 milhões de cruzeiros, foi o único desta natureza a vigorar no exercício.

DEFICIT PRESUMÍVEL DO EXERCÍCIO

O plano geral de despesas para 1963, já reajustado, e os recursos financeiros legalmente vinculados são a seguir sintetizados:

Despesa Fixada

Créditos ordinários retificados	61.207.745.229,10
Créditos especiais	48.826.253.397,60
Créditos extraordinários	50.000.000,00
	<u>110.083.998.626,70</u>

Recursos Financeiros

Receita Orçamentária:

Previsão inicial	58.993.041.800,00	
Mais: excesso de arrecadação previsto	<u>7.163.778.455,00</u>	66.156.820.255,00
Operações de crédito		18.692.468.541,70
Recursos de exercícios anteriores		<u>4.973.525.941,00</u>
		<u>89.822.814.737,70</u>

Confrontando-se o total da despesa fixada com o montante dos recursos financeiros, obter-se-ia o deficit financeiro presumível do exercício. Para apurar-se êsse resultado, todavia, é indispensável que se exclua do total dos recursos financeiros os que, embora legalmente hábeis, já haviam sido realizados em exercícios anteriores, bem como os que não apresentaram possibilidade de efetivação.

Êsses recursos a excluir são os que têm origem no cancelamento de dotações e na maior arrecadação de exercícios já encerrados, o produto de operações de crédito recebido em anos anteriores e as apólices da emissão autorizada pela Lei nº 2.136, de 26 de outubro de 1953.

Desta forma, os recursos financeiros de realização possível assim se apresentam:

Receita Orçamentária:

Previsão inicial	58.993.041.800,00	
Mais: excesso de arrecadação previsto	<u>7.163.778.455,00</u>	66.156.820.255,00

Operações de crédito:

Apólices II Plano de Obras do Estado:

Decreto 10.716, de 27/8/59 - 1ª série	153.475.877,80
Decreto 12.465, de 30/6/61 - 4ª série	141.003.019,50
Decreto 13.368, de 6/4/62 - 6ª série	2.330.424.839,30
Decreto 14.468, de 10/12/62 - 8ª série	1.820.206.951,10

Empréstimo contratado com a Caixa Econômica Federal (parcela correspondente ao exercício)	115.000.000,00	
Apólices Programa Preliminar de Investimentos:		
Decreto 15.043, de 29/3/63 -1ª série	4.950.460.892,20	
Decreto 15.637, de 26/9/63 -2ª série	4.982.378.742,90	
Decreto 16.211, de 28/12/63 - 3ª série	455.260.000,00	
Empréstimo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A.	1.000.000.000,00	
Empréstimo Governo Federal	1.000.000.000,00	
Apólices Consolidação de Dívidas Flutuantes - Lei nº 4.426, de 21/12/62	<u>1.500.000.000,00</u>	<u>18.448.210.322,80</u>
		<u>84.605.030.577,80</u>

O deficit presumível do exercício, no montante de Cr\$ 25.478.968.048,90, resulta do confronto entre o total da despesa fixada e os recursos prováveis do exercício, como segue:

Despesa Fixada		110.083.998.626,70
Recursos do exercício:		
Receita orçamentária reestimada	66.156.820.255,00	
Operações de crédito realizáveis	<u>18.448.210.322,80</u>	<u>84.605.030.577,80</u>
Deficit presumível		<u>25.478.968.048,90</u>

2 - BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos processados à margem da Lei de Meios, conjugados com os saldos em espécie existentes no início e no encerramento do ano fiscal.

Os elementos constantes dessa peça técnica e o resultado financeiro da execução orçamentária serão analisados, a seguir, separadamente.

2.0 - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

O resultado financeiro do exercício e as linhas gerais da execução orçamentária podem ser divisados através das cifras abaixo:

DESPESA REALIZADA

Por créditos ordinários	58.832.871.413,20	
Por créditos especiais	31.780.222.245,80	
Por créditos extraordinários .	<u>47.694.900,00</u>	90.660.788.559,00

RECEITA REALIZADA

Ordinária:		
Tributária	64.757.241.237,10	
Patrimonial	148.239.880,50	
Industrial	1.612.897.307,20	
Diversas	<u>3.481.149.604,70</u>	69.999.528.029,50
Extraordinária:		
Operações de crédito	6.967.500.409,10	
Diversas .	<u>2.437.217.705,80</u>	<u>9.404.718.114,90</u>
		<u>79.404.246.144,40</u>

RESULTADO FINANCEIRO

Deficit	<u>11.256.542.414,60</u>
---------------	--------------------------

Representa o deficit do exercício 12,41 % da despesa realizada, sendo de notar que a mesma relação percentual nos exercícios de 1959, 1960, 1961 e 1962, todos deficitários, foi de 3 %, 0,5 %, 4,28 % e 4,98 %, respectivamente.

As receitas arrecadadas não atingiram, no seu conjunto, o montante em que estavam previstos os recursos financeiros vinculados ao plano geral de despesas para 1963, como se vê:

Receita realizada	79.404.246.144,40
Receita reestimada, inclusive operações de crédito realizáveis	<u>84.605.030.577,80</u>
Menor receita	<u>5.200.784.433,40</u>

Por outro lado, a despesa realizada ficou muito aquém da autorizada, graças à rigorosa contenção dos gastos. Eis a demonstração:

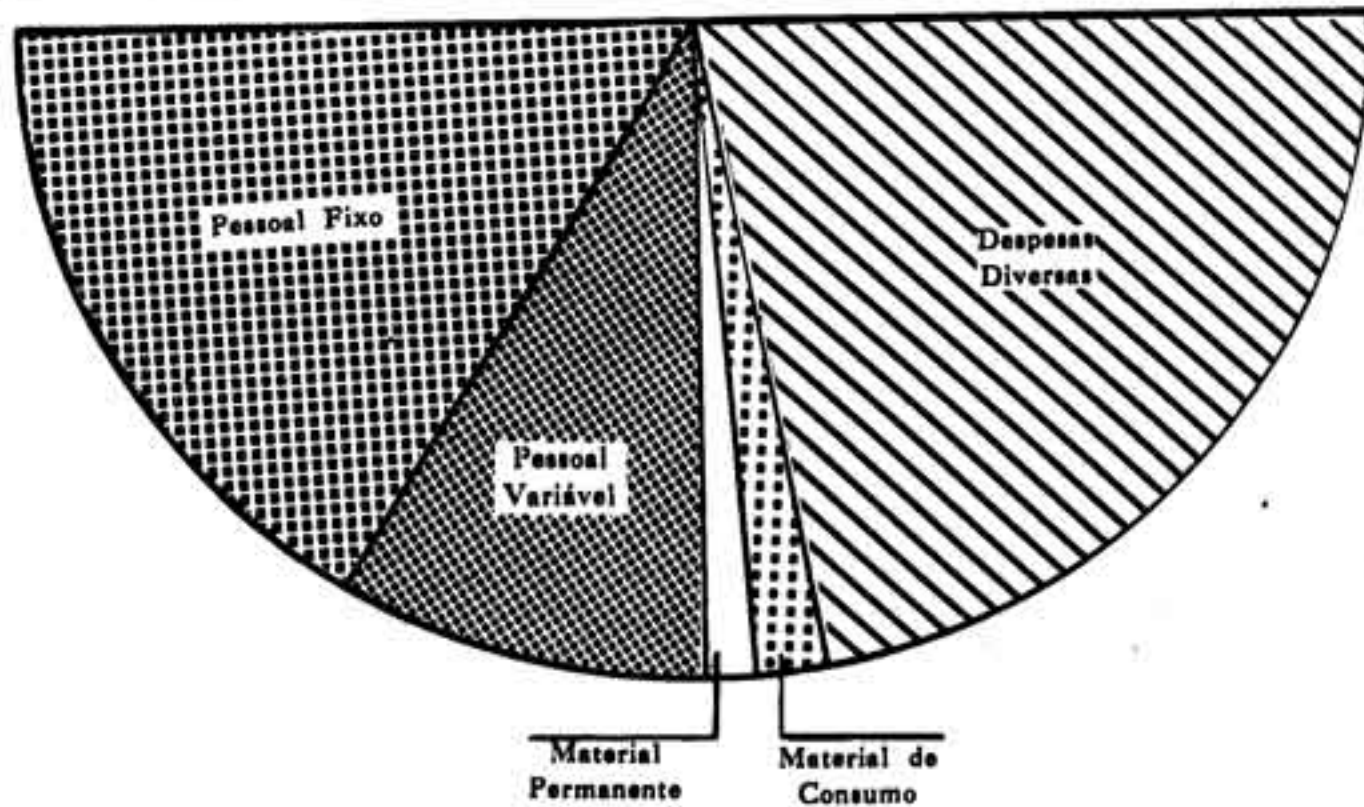
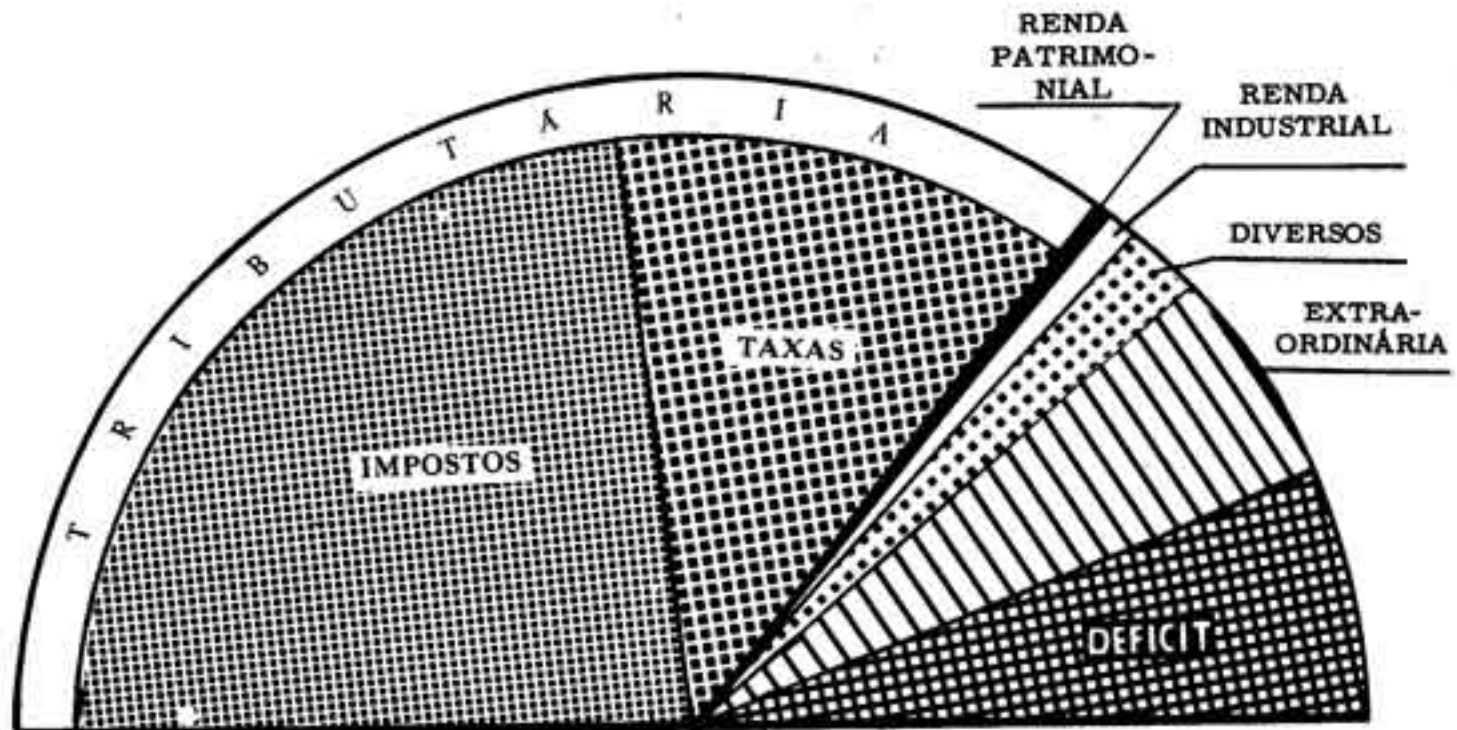
Despesa fixada	110.083.998.626,70
Despesa realizada	<u>90.660.788.559,00</u>
Menor despesa	<u>19.423.210.067,70</u>

Como se vê, a menor receita verificada foi largamente superada pela menor despesa, o que determinou sensível redução do deficit

presumível, que era da ordem de Cr\$ 25.478.968.048,90.

O gráfico que segue dá uma idéia da execução orçamentária, demonstrando a despesa por elemento e a receita por natureza e fontes, bem como o conseqüente deficit.

RECEITA ORÇAMENTÁRIA



2.1 - ANÁLISE DA RECEITA

A receita orçamentária do exercício somou.....
Cr\$ 79.404.246.144,40, tendo sido verificada uma arrecadação a maior de Cr\$ 20.411.204.344,40 sobre a previsão orçamentária.

Em relação ao exercício de 1962, a maior arrecadação foi da ordem de Cr\$ 34.466.392.025,80.

O conjunto de quadros que acompanham o Balanço Financeiro especificam detalhadamente a receita realizada, de acordo com sua natureza, categoria, espécie, incidência e respectiva estação arrecadadora.

As quantias que a seguir se alinham demonstram a execução da receita, de forma sintética:

	<u>Orçada</u>	<u>Arrecadada</u>
Receita ordinária:		
I - Tributária		
Impostos	36.000.000.000,00	42.516.374.878,10
Taxas	18.814.100.000,00	22.240.866.359,00
	<u>54.814.100.000,00</u>	<u>64.757.241.237,10</u>
II - Patrimonial	213.550.000,00	148.239.880,50
III - Industrial	865.750.800,00	1.612.897.307,20
IV - Diversas	2.251.491.000,00	3.481.149.604,70
	<u>58.144.891.800,00</u>	<u>69.999.528.029,50</u>
Receita Extraordinária		
Operações de crédito.....		6.967.500.409,10
Diversas	848.150.000,00	2.437.217.705,80
	<u>58.993.041.800,00</u>	<u>79.404.246.144,40</u>

Esse quadro demonstra que, com exceção da receita patrimonial, as demais ultrapassaram, por larga margem, as respectivas previsões.

Segue-se o exame das entradas orçamentárias, salientando-se os aspectos fiscais mais expressivos.

IMPOSTOS

Com uma arrecadação de Cr\$ 42.516.374.878,10, o produto de impostos superou em cerca de 6,5 bilhões de cruzeiros a previsão, ultrapassando em mais de 5,5 bilhões a receita de 1962.

Para a formação da receita geral, os impostos contribuíram com 53,54 %, e para a receita tributária, com 65,66 %.

Em relação à receita geral, foi a seguinte a participação dos impostos, no último quinquênio:

Ano	Receita geral	Receita de impostos	Percentagem da receita de impostos sobre a receita geral
1959	13.457.269.793,40	7.628.541.565,40	57 %
1960	22.435.659.174,20	11.516.816.544,50	51 %

1961	32.657.566.479,50	15.647.914.465,60	48 %
1962	44.937.854.118,60	24.282.185.439,10	54 %
1963	79.404.246.144,40	42.516.374.878,10	53 %

A arrecadação de impostos em confronto com as estimativas assim se apresenta:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Vendas e consigna- ções.	35.000.000.000,00	41.410.129.292,20	6.410.129.292,20
Sêlo....	650.000.000,00	720.382.831,00	70.382.831,00
Transmis- são de proprie- dade " causa mortis"	350.000.000,00	385.862.754,90	35.862.754,90
	<u>36.000.000.000,00</u>	<u>42.516.374.878,10</u>	<u>6.516.374.878,10</u>

Em relação às previsões, a maior arrecadação corresponde a 18,10 %.

Constituindo a principal fonte de recursos financeiros e concorrendo com 97,40 % da receita de impostos e 52,15 % da receita geral, o impôsto sôbre vendas e consignações vem crescendo anualmente, principalmente como decorrência da constante elevação de preços, ocasionada pelo processo inflacionário, e também em face de medidas postas em prática pelos serviços de fiscalização.

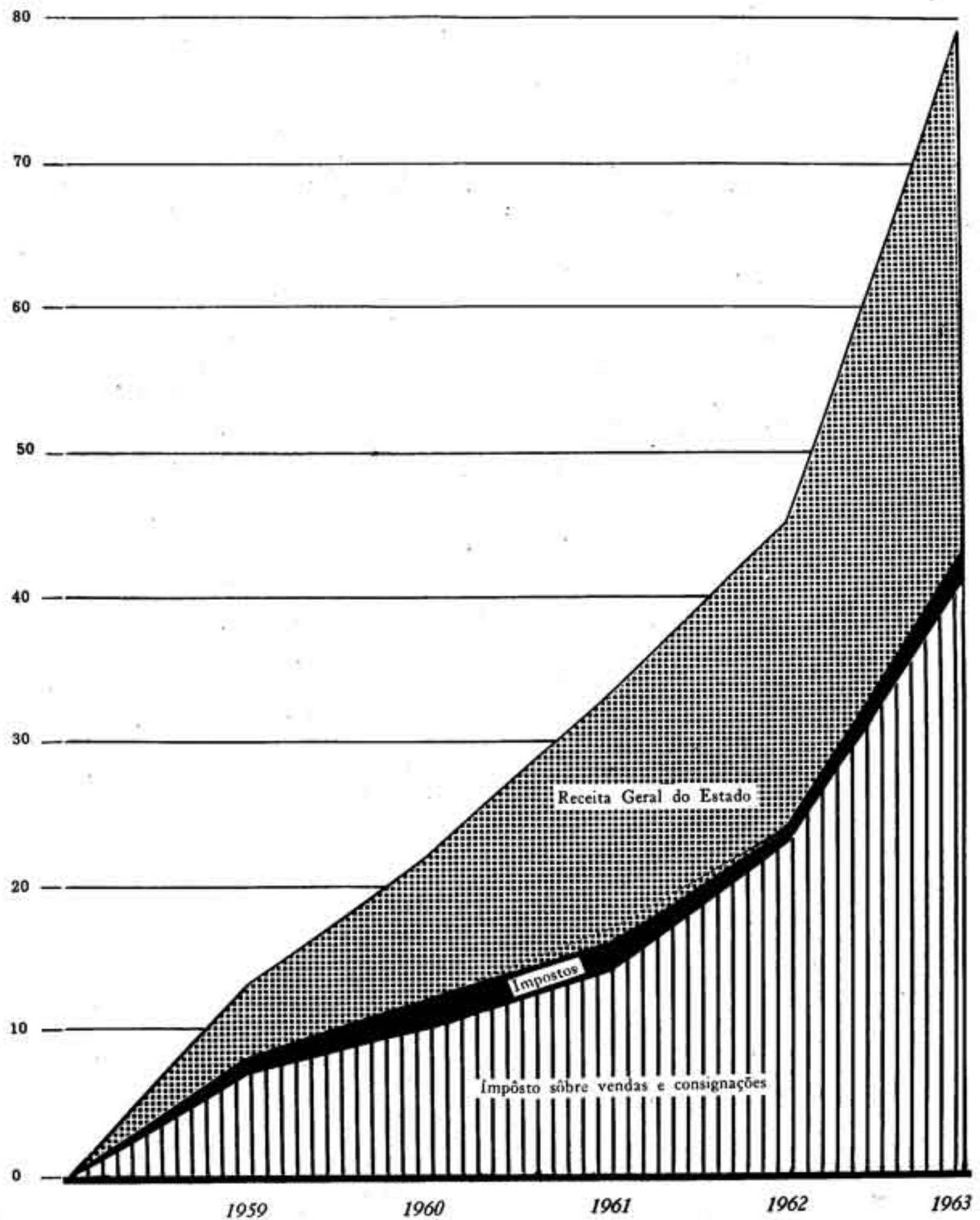
A seguir, é demonstrada, em números absolutos e relativos, a arrecadação dêsse tributo, nos últimos cinco anos, bem como as alíquotas vigorantes:

Ano	Alíquota	Arrecadação	Índice
1959	3,6 %	6.816.681.109,40	100
1960	4 %	10.374.527.142,90	152
1961	4 %	14.235.023.511,40	209
1962	4 %	23.397.215.831,30	343
1963	4 %	41.410.129.292,20	607

EVOLUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

bilhões
de Cr\$

Receita no período de 1959/1963



Também o imposto do selo suplantou a previsão, com uma arrecadação a maior de Cr\$ 70.382.831,00.

No último quinquênio, como se constata pelos dados abaixo, este tributo passou a ter maior expressão no elenco das receitas, graças à revisão de suas incidências, decretadas pela Lei nº 3.881, de 28/12/59.

Ano	Cr\$	Índice
1959	172.203.831,20	100
1960	343.455.754,20	199
1961	421.977.864,70	245
1962	591.611.599,40	343
1963	720.382.831,00	418

Por sua vez, os ingressos proporcionados pelo imposto de transmissão de propriedade "causa mortis", estimados em Cr\$ 350.000.000,00, excederam a previsão em Cr\$ 35.862.754,90.

Os dados abaixo indicam, em números absolutos e relativos, a arrecadação deste tributo nos últimos cinco anos:

Ano	Cr\$	Índice
1959	209.222.436,40	100
1960	226.479.553,00	108
1961	220.331.900,60	105
1962	293.358.008,30	140
1963	385.862.754,90	184

TAXAS

Ultrapassando as previsões, que eram de Cr\$ 18.814.100.000,00, a cobrança das 13 taxas vigentes atingiu Cr\$ 22.240.866.359,00, o que representa 34,34 % da receita tributária e 28,01 % da receita geral do Estado.

Em relação ao ano de 1962, a maior arrecadação é da ordem de 9,3 bilhões de cruzeiros e, em face da estimativa para 1963, o excesso foi de 3,4 bilhões de cruzeiros.

O total da arrecadação dessa espécie inclui a parcela de .. Cr\$ 21.255.941.556,50, referente às 4 taxas cobradas como adicionais sôbre os impostos, à razão de 50 % destes, assim desdobradas:

Taxa de Eletrificação e Comunicações	15 %	6.376.133.816,50
Taxa de Transportes	17 %	7.228.802.371,10
Taxa de Educação	15 %	6.377.756.965,20
Taxa de Desenvolvimento Agropecuário.....	3 %	1.273.248.403,70
		<u>21.255.941.556,50</u>

Teòricamente, a receita dessas taxas deveria somar Cr\$ 21.258.187.439,00, uma vez que incidem na base de 50 % dos impostos. A diferença que se constata para menos, de Cr\$ 2.245.882,50, equivalente a 0,01 % da efetiva arrecadação, provém de impostos arrecadados em 1963, pertinentes a exercícios anteriores, quando as alíquotas das taxas vigentes eram diferentes das atuais. Acresce notar que a taxa de de-

envolvimento agrícola, atualmente denominada taxa de desenvolvimento agropecuário, começou a vigorar a partir de 1960.

Essa diferença pode ser assim decomposta:

Taxa de Eletrificação e Comunicações	-	1.322.415,20
Taxa de Transportes	+	1.018.641,80
Taxa de Educação	+	300.733,50
Taxa de Desenvolvimento Agropecuário	-	2.242.842,60

A maior arrecadação dessas taxas adicionais, que foi da ordem de Cr\$ 3.255.941.556,50, equivale proporcionalmente ao excesso verificado na renda de impostos.

As demais taxas, com exceção das de classificação de produtos de exportação e de cooperação para construção de silos e armazéns, que não atingiram as previsões, tôdas suplantaram as estimativas, apresentando no conjunto uma arrecadação da ordem de Cr\$ 984.924.802,50, que excede de Cr\$ 170.824.802,50 o montante em que foram orçadas.

O quadro que se segue expõe a receita dessas taxas em confronto com as respectivas previsões.

Taxas	Previsão	Arrecadação	Diferença
Taxa Rodoviária	90.000.000,00	100.748.478,30	+ 10.748.478,30
Taxa de Melhoria de Proventos de Servidores Inativos ..	420.000.000,00	576.765.468,10	+ 156.765.468,10
Taxa de Aposentadoria dos Serventuários da Justiça	30.000.000,00	49.228.867,20	+ 19.228.867,20
Taxa do Corpo de Bombeiros.	20.000.000,00	34.182.963,20	+ 14.182.963,20
Taxas e Custas Judiciárias e Emolumentos.	50.000.000,00	51.208.225,70	+ 1.208.225,70
Taxa de Classificação e Fiscalização de Produtos de Exportação	2.000.000,00	14.425,00	- 1.985.575,00
Taxa de 1 centavo por 10 quilos de Mercadoria Exportada.	2.000.000,00	2.051.038,10	+ 51.038,10
Taxa de Recuperação da Lavouira do Arroz ..	100.000,00	100.591,30	+ 591,30
Taxa de Cooperação para a Construção de Silos e Armazéns	200.000.000,00	170.624.745,60	- 29.375.254,40
	<u>814.100.000,00</u>	<u>984.924.802,50</u>	<u>+ 170.824.802,50</u>

Destaca-se, dentre êsses tributos, a taxa de melhoria de proventos de servidores inativos, cuja receita, superior a meio bilhão de cruzeiros - mais do dôbro da arrecadação de 1962 - superou a estimativa em Cr\$ 156.765.468,10. Deve-se êsse incremento ao reajustamento de es- tipêndios dos servidores públicos, determinado por leis específicas.

Merece menção, ainda, a taxa de cooperação para a constru- ção de silos e armazéns, que é cobrada à taxa de 2% sôbre o valor da pri- meira operação de trigo produzido no Estado. A arrecadação de 1963, se bem que superior à de 1962, permaneceu aquém da previsão.

Por último, chama-se a atenção para a taxa de classifica- ção de produtos de exportação, cuja arrecadação foi praticamente nula, in- ferior mesmo à de 1962.

Expõe-se, a seguir, em números absolutos e relativos, o comportamento da arrecadação das taxas, nos últimos cinco anos:

Ano	Arrecadação	Índice
Taxa de Aposentadoria dos Serventuários da Justiça		
1959	12.372.495,40	100
1960	15.385.123,60	124
1961	26.001.931,70	210
1962	31.724.588,10	256
1963	49.228.867,20	398
Taxa do Corpo de Bombeiros		
1959	8.067.937,20	100
1960	8.910.785,60	110
1961	17.294.924,00	214
1962	19.120.770,00	237
1963	34.182.963,20	424
Taxas e Custas Judiciárias e Emolumentos		
1959	26.427.835,60	100
1960	32.013.056,20	121
1961	36.513.251,40	138
1962	40.141.986,40	152
1963	51.208.225,70	194
Taxa de Classificação e Fiscalização de Produtos de Exportação		
1959	2.644.315,80	100
1960	2.031.062,20	77
1961	1.038.496,50	39
1962	19.547,90	0,7
1963	14.425,00	0,5
Taxa de 1 centavo por 10 quilos de Mercadoria Exportada		
1959	1.503.168,50	100
1960	1.356.337,30	90
1961	1.829.315,10	122
1962	2.029.582,10	135
1963	2.051.038,10	136
Taxa de Transportes		
1959	1.521.810.570,20	100
1960	1.968.105.975,10	129
1961	2.661.924.238,60	175
1962	4.129.285.810,20	271
1963	7.228.802.371,10	475

Taxa de Melhoria de Proventos de Servidores Inativos		
1959	73.277.663,50	100
1960	136.615.724,30	186
1961	196.903.924,90	269
1962	278.092.330,70	380
1963	576.765.468,10	787
Taxa Rodoviária		
1959	63.071.068,60	100
1960	67.011.717,00	106
1961	74.554.809,60	118
1962	86.610.742,60	137
1963	100.748.478,30	160
Taxa de Educação		
1959	1.429.391.691,90	100
1960	1.838.206.779,90	129
1961	2.496.688.156,50	175
1962	3.881.997.600,40	272
1963	6.377.756.965,20	446
Taxa de Eletrificação e Comunicações		
1959	762.865.171,70	100
1960	1.704.435.714,50	223
1961	2.341.214.316,60	307
1962	3.639.674.235,50	477
1963	6.376.133.816,50	836
Taxa de Cooperação para a Construção de Silos e Armazéns		
1959	94.758.673,30	100
1960	71.558.848,00	76
1961	70.181.272,60	74
1962	42.866.039,00	45
1963	170.624.745,60	180
Taxa de Desenvolvimento Agropecuário		
1960	221.200.346,20	100
1961	310.731.113,90	140
1962	484.463.671,50	219
1963	1.273.248.403,70	576
Taxa de Recuperação da Lavoura do Arroz		
1961	1.080.318,30	100
1962	4.780.950,60	443
1963	100.591,30	9

RECEITA PATRIMONIAL

Os ingressos produzidos pela receita oriunda do patrimônio do Estado totalizaram Cr\$ 148.239.880,50, sendo que as previsões somavam Cr\$ 213.550.000,00.

A arrecadação verificada desdobra-se em:

Renda de Capitais	141.490.551,80
Renda Imobiliária	6.749.328,70
	<u>148.239.880,50</u>

A previsão da renda de capitais foi de Cr\$ 210.000.000,00, não tendo sido esta quantia atingida, uma vez que a arrecadação situou-se em Cr\$ 141.490.551,80, proveniente das seguintes origens:

Dividendos auferidos sôbre as ações do	
Banco do Estado	101.623.200,00
Juros de Depósitos Bancários	39.867.351,80
	<u>141.490.551,80</u>

Em 1963, não se verificou nenhum recebimento de dividendos relativos às ações da Petrobrás. Em virtude de acôrdo firmado entre o Estado e aquela empresa, êsses rendimentos são retidos por esta, para serem aplicados em melhoramentos relacionados com a refinaria em construção neste Estado e o terminal oceânico de Tramandaí. Aquêlê instrumento, todavia, não foi devidamente concluído, razão por que os mencionados rendimentos e a respectiva aplicação não foram orçamentados e, conseqüentemente, contabilizados.

A maior parte da renda imobiliária decorre de foros e laudêmios, que acusaram uma receita de Cr\$ 6.749.328,70, para a previsão de Cr\$ 3.550.000,00.

A receita de alugúeis de próprios do Estado, orçada em ... Cr\$ 500.000,00, foi de Cr\$ 269.406,80, resultado equivalente ao do ano de 1962.

A rubrica exploração de terras e matos não apresenta nenhum ingresso.

RECEITA INDUSTRIAL

As entradas oriundas dos estabelecimentos industriais do Estado totalizaram Cr\$ 1.612.897.307,20, apresentando um excesso de arrecadação de Cr\$ 747.146.507,20 sôbre a previsão de Cr\$ 865.750.800,00.

No confronto dêste resultado com o obtido em 1962, verifica-se um aumento de mais de 800 milhões de cruzeiros.

Sômente 10 dos 14 estabelecimentos industriais, arrolados no orçamento, recolheram rendas ao Tesouro do Estado. Os 4 restantes, além de não terem efetuado recolhimentos, não prestaram nenhum informe, desconhecendo-se se tal fato deve-se à ausência de rendas ou se, as havendo, foram aplicadas em suas próprias despesas, ao arrepio da Lei. Nestas condições encontram-se os seguintes órgãos: Penitenciária Estadual, Colônia Penal Agrícola, Estabelecimentos da Subsecretaria do Ensino Técnico e Escola Profissional Padre Cacique.

Com arrecadação sem expressão alguma, figuram as revistas do Ensino e Cacique, ambas da Subsecretaria do Ensino Técnico, com Cr\$ 100.000,00 e Cr\$ 432.000,00, respectivamente, seguindo-se-lhes o Entrepasto de Carga e Descarga de Pôrto Alegre, com apenas Cr\$ 10.213,30.

De maneira mais destacada, apenas cinco serviços contribuíram para a formação da renda industrial. São os seguintes, pela ordem de arrecadação: Serviços de Saneamento do Estado, Departamento de Imprensa Oficial, Loteria do Estado, Hospital São Pedro e Grupo de Parques e Jardins (CEPE). Os demais estabelecimentos produziram rendas, indi-

vidualmente, inferiores a 10 milhões de cruzeiros.

Os Serviços de Saneamento do Estado constituem o setor que apresentou a maior soma de receitas. A renda desses serviços é discriminada a seguir, em confronto com as respectivas previsões:

Rubrica	Previsão	Arrecadação	Diferença
Serviços de abastecimento de água em 79 localidades	189.798,254,00	457.575.321,40	267.777.067,40
Serviços de água e esgoto em 10 localidades	166.704.546,00	344.124.013,10	177.419.467,10
	<u>356.502.800,00</u>	<u>801.699.334,50</u>	<u>445.196.534,50</u>

Como se vê, a arrecadação representa mais do dobro da estimativa. Deve-se êsse fato à revisão das tarifas determinada pelo Decreto nº 15.105, de 30 de abril de 1963, que vigorou a partir de 1º de maio do mesmo ano.

Não obstante haverem sido aumentadas as tarifas, a exploração dos serviços de água e esgoto resultou num deficit da ordem de Cr\$ 48.310.307,90.

Os resultados operacionais desses serviços, no último quinquênio, foram os seguintes:

Ano	Superavit	Deficit
1959		17.517,299,20
1960	27.836.530,70	
1961		15.581.975,30
1962		85.890.764,60
1963		48.310.307,90

O Departamento de Imprensa Oficial produziu uma renda bruta de Cr\$ 414.893.962,40, superando a estimativa em Cr\$ 214.893.962,40. Do total da receita apurada, apenas Cr\$ 107.592.994,00 constituem ingressos efetivos, uma vez que os restantes Cr\$ 307.300.968,40 foram debitados aos usuários dos serviços da Imprensa Oficial.

Êsses faturamentos estão se acumulando de ano a ano, atingindo o seu saldo, ao término do exercício findo, a quantia de Cr\$ 601.544.155,90. Tem-se verificado que o recebimento desses créditos é por demais moroso. Em 1963, foi cobrada a quantia de Cr\$ 87.334.190,90 de um total de créditos do valor de Cr\$ 381.577.378,40.

Por sua vez, a renda líquida da Loteria do Estado, que era estimada em Cr\$ 200.000.000,00, alcançou Cr\$ 347.650.045,30, apresentando, portanto, um excesso de arrecadação de Cr\$ 147.650.045,30. Em relação ao ano de 1962, a arrecadação a maior foi de 131 milhões de cruzeiros.

Também o Hospital São Pedro registrou uma arrecadação mais elevada do que a previsão, superando-a em Cr\$ 3.940.906,40.

A rubrica Parques e Jardins (CEPE), que representa os ingressos provenientes das atividades do Jardim Zoológico e Parque de Recreação, que funcionam no antigo Hôrto Florestal de São Leopoldo, rendeu a soma de Cr\$ 10.009.483,60, quantia esta situada bem abaixo da previsão fixada em Cr\$ 33.000.000,00. A importância arrecadada, embora bem inferior à estimativa, representa o dôbro dos recebimentos de 1962.

DIVERSAS

Para uma receita calculada em Cr\$ 2.200.000.000,00, o Fundo Rodoviário Nacional contribuiu com Cr\$ 3.481.149.604,70, ultrapassando aquela previsão em Cr\$ 1.281.149.604,70.

Como integrante do grupo de Receitas Diversas, figura a "quota-parte do impôsto único sôbre energia elétrica", com uma estimativa de Cr\$ 51.491.000,00, à conta da qual nada foi recebido.

RECEITA EXTRAORDINÁRIA

As receitas de caráter extraordinário, orçadas no seu conjunto em Cr\$ 848.150.000,00, carregaram para o erário estadual a elevada quantia de Cr\$ 9.404.718.114,90. O excesso verificado, da ordem de Cr\$ 8.556.568.114,90, decorre, em sua maior parte, do fato de não terem sido objeto de previsão as operações de crédito, cujo produto somou Cr\$ 6.967.500.409,10.

As operações de crédito, realizadas no exercício, suplantaram em pouco mais de 3 bilhões de cruzeiros os recebimentos da mesma natureza, verificados em 1962.

A quantia recebida em 1963, sob êsse título, assim se discrimina:

a) emissão de apólices:		
Empréstimo "II Plano de Obras":		
1ª série	361.451.497,10	
4ª série	105.919.000,00	
6ª série	719.122.581,20	
Empréstimo "Programa Preliminar de Investimentos":		
1ª série	<u>1.778.899.000,00</u>	2.965.392.078,30
b) mútuos contratados:		
Empréstimo Saneamento com a Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul		
	115.000.000,00	
Empréstimo de 1 bilhão de cruzeiros com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A.		
	999.812.128,10	
Empréstimo Unificação e Consolidação de Dí-		

vidas com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A.	745.503.717,10	
Empréstimo com o Governo Federal - Lei Federal nº 3337/57:		
Lei Estadual nº 3601, de 1/12/58	100.000.000,00	
Lei Estadual nº 4387, de 6/12/62	<u>1.000.000.000,00</u>	2.960.315.845,20
c) consolidação de dívidas:		
Empréstimo Consolidação de Dívidas contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A.		<u>1.041.792.485,60</u>
		<u>6.967.500.409,10</u>

A Cobrança da Dívida Ativa proporcionou ingressos no montante de Cr\$ 499.767.252,60, superando a estimativa em Cr\$ 179.767.252,60. A maior arrecadação relativamente ao ano anterior foi de 186 milhões de cruzeiros.

A evolução da receita, proveniente da cobrança da dívida ativa, no último quinquênio, é demonstrada pelos dados abaixo:

Ano	Arrecadação	Índice
1959	119.364.503,30	100
1960	177.537.233,20	149
1961	230.384.324,00	193
1962	313.558.820,80	263
1963	499.767.252,60	419

Esses dados revelam o constante crescimento dessa receita, notadamente a partir do ano de 1960. Tal fato pode ser em parte atribuído ao Código de Penalidades Fiscais, aprovado pela Lei nº 3694/59, que manda incorporar à dívida ativa os débitos fiscais não satisfeitos, após 30 dias da intimação.

Da mesma forma a aplicação deste dispositivo legal vem influenciando na cobrança das multas, rubrica que proporcionou, em 1963, a elevada soma de Cr\$ 218.429.755,70, em contraste com a previsão de 80 milhões de cruzeiros.

Em números absolutos e relativos, é demonstrado o crescimento da receita com origem na cobrança de multas, no último lustro:

Ano	Arrecadação	Índice
1959	36.381.041,10	100
1960	57.243.965,10	157
1961	74.669.623,80	205
1962	127.619.237,80	351
1963	218.429.755,70	600

A receita classificada como indenizações e restituições atingiu a expressiva soma de Cr\$ 1.607.803.294,00, tendo sido superada em mais de um bilhão e meio a previsão de 50 milhões de cruzeiros.

Para êsse resultado, concorreu, de forma preponderante, a parcela de 1,1 bilhões de cruzeiros, recebida do Governo da União a título de indenização das despesas efetuadas pelo Estado com a recuperação de obras públicas, danificadas pela enchente ocorrida em 1963, em quase todo o território gaúcho.

Na mesma rubrica foi contabilizada, de acôrdo com disposições legais vigentes, a quantia de Cr\$ 343.424.039,70, relativa a amortizações, juros e outras despesas devidas ao Banco do Estado e que foram consolidadas nos termos da Lei nº 4654, de 19/12/63.

Dos restantes Cr\$ 164.379.254,30, Cr\$ 82.700.515,90 resultaram da prescrição quinquênaria de restos a pagar, contabilizada em 31 de dezembro último, e Cr\$ 81.678.738,40 referem-se ao cancelamento de despesas gravadas em vários exercícios, inclusive o de 1963, sendo estas relacionadas com o Plano de Centralização de Pagamento.

Sob o título "indenizações efetuadas nos termos do Decreto nº 13.418, de 16/4/62", estava prevista uma arrecadação de Cr\$ 333.150.000,00, sem que se tenha verificado qualquer ingresso. O Decreto em questão dispõe sobre a manutenção do ensino primário gratuito por parte das empresas privadas, de que trata a Lei Federal nº 4024, de 20/12/61.

Estimada em Cr\$ 32.000.000,00, a receita de alienação de bens patrimoniais registrou uma arrecadação de Cr\$ 74.281.883,20, sendo Cr\$ 51.214.735,30 da venda de móveis e imóveis e resgate de terrenos reservados, e Cr\$ 23.067.147,90 do produto da realização do ativo do extinto Banco Pelotense.

As contribuições dos municípios atingiram a cifra de Cr\$ 29.599.695,80, quando as previsões totalizavam Cr\$ 23.500.000,00. A maior arrecadação teve origem nas receitas destinadas ao serviço do empréstimo externo 1927 e do empréstimo externo de Pelotas, bem como na contribuição para os serviços de higiene e saúde pública. As contribuições para o serviço de estatística, para o Departamento das Prefeituras Municipais e para o serviço de prevenção de incêndio e combate ao fogo não atingiram as estimativas.

Na rubrica "receita de exercícios anteriores", foram escriturados Cr\$ 3.115.011,90 para a previsão de Cr\$ 3.000.000,00, e as receitas classificadas como "eventuais", orçadas em Cr\$ 1.500.000,00, somaram Cr\$ 4.220.812,60.

INCIDÊNCIA

A receita geral do Estado assim se classifica, segundo a incidência:

Sem classificação	14.647.004.907,30
Sobre a propriedade	1.659.111.158,60
Sobre a circulação da riqueza	41.510.877.770,50
Resultante da atividade do Estado .	13.638.067.105,90
Várias incidências	7.949.185.202,10
	<u>79.404.246.144,40</u>

Como ressalta da exposição supra, o maior volume de ingressos provém da circulação da riqueza, destacando-se, como principal fonte, o imposto sobre vendas e consignações que, com Cr\$ 41.410.129.292,20, concorreu com mais da metade da receita global.

A taxa rodoviária, subordinada a esta classificação, concorreu com pouco mais de 100 milhões de cruzeiros.

No grupo "sem classificação", incluem-se as receitas patrimonial, industrial, diversas e as extraordinárias. Agrupados em "várias incidências", aparecem o imposto do selo e a taxa de transportes.

Em "resultante da atividade do Estado", estão englobadas as demais taxas, excluídas apenas a de transportes, a de desenvolvimento agropecuário e a rodoviária.

Arrolados no grupo "sobre propriedade", estão os impostos sobre transmissão de propriedade "causa mortis" e a taxa de desenvolvimento agropecuário.

A participação de cada incidência na formação da receita geral do Estado é a seguinte, a partir de 1959:

	1959	1960	1961	1962	1963
	%	%	%	%	%
Sem classificação	13,2	21,4	26,4	17,23	18,44
Sobre a propriedade	4,8	4,6	4,0	1,73	2,08
Sobre a circulação da riqueza	51,1	46,5	43,8	52,28	52,28
Resultante da atividade do Estado ...	18,3	17,2	16,4	18,26	17,18
Várias incidências	12,6	10,3	9,4	10,50	10,02

A evolução da receita, nos últimos cinco anos, classificada por incidência, é demonstrada, em números absolutos e relativos, através do seguinte quadro.

EVOLUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA POR INCIDÊNCIA

INCIDÊNCIA	Números absolutos, em milhares de cruzeiros					Números relativos				
	1959	1960	1961	1962	1963	1959	1960	1961	1962	1963
Sem classificação	1.783.141	4.795.603	8.621.584	7.745.169	14.647.005	100	268	483	434	821
Sobre a propriedade	639.657	1.020.034	1.301.421	777.822	1.659.111	100	159	203	121	259
Sobre a circulação da riqueza	6.879.752	10.441.539	14.309.578	23.483.827	41.510.878	100	152	208	341	603
Resultante da atividade do Es- tado	2.460.705	3.866.921	5.341.081	8.210.139	13.638.067	100	157	217	334	554
Várias incidências	1.694.014	2.311.562	3.083.902	4.720.897	7.949.185	100	136	182	279	469
	13.457.269	22.435.659	32.657.566	44.937.854	79.404.246	100	167	243	334	590

A partir de 1960, nota-se constante elevação na incidência denominada "sem classificação", fato que encontra explicação no maior rendimento proporcionado pelo fundo rodoviário nacional e, ainda, nos ingressos provenientes de operações de crédito realizadas naquele ano e nos posteriores.

Os ingressos compreendidos em "sobre propriedade", que até 1961, mantinham-se em nível mais ou menos estável, a partir de 1962, apresentam sensível decréscimo em consequência da Emenda Constitucional nº 5, que, alterando a discriminação de rendas do país, transferiu aos municípios o imposto territorial e o de transmissão de propriedade "inter vivos". Em 1963, apresenta uma reação devida ao aumento da arrecadação da taxa de desenvolvimento agropecuário, que teve sua alíquota elevada de 2 % para 3 %.

A evolução das receitas incluídas na incidência "sobre a circulação da riqueza" é praticamente igual à apresentada pelo imposto sobre vendas e consignações, cuja arrecadação contribui com a quase totalidade dos ingressos classificados neste grupo.

Por último, sob a denominação de "várias incidências", onde se acha incluída a taxa de transportes, constata-se que sua evolução está em relação direta com a arrecadação desse tributo.

POR EXATORIA

Em 1963, tal como ocorreu no ano anterior, funcionaram 157 exatorias. A arrecadação a que as mesmas procederam totalizou Cr\$ 64.295.745.611,10, correspondentes a 80,97 % da receita geral do Estado.

De acôrdo com sua arrecadação, êsses órgãos assim se distribuem:

	Número de exatorias	Cr\$	%
de mais de 1 bilhão	11	38.855.671.661,00	60,43
de mais de 900 até 1 bilhão	1	912.668.897,00	1,42
de mais de 800 até 900 milhões	3	2.555.356.231,30	3,97
de mais de 700 até 800 milhões	1	710.900.128,50	1,10
de mais de 600 até 700 milhões	4	2.552.751.953,10	3,98
de mais de 500 até 600 milhões	2	1.075.274.588,50	1,67
de mais de 400 até 500 milhões	6	2.655.225.781,90	4,12
de mais de 300 até 400 milhões	7	2.381.880.659,50	3,70
de mais de 200 até 300 milhões	22	5.290.125.236,50	8,22
de mais de 100 até 200 milhões	27	3.627.920.608,60	5,64
de mais de 90 até 100 milhões	4	373.309.060,60	0,58
de mais de 80 até 90 milhões	10	843.308.880,80	1,32
de mais de 70 até 80 milhões	6	440.670.557,00	0,69
de mais de 60 até 70 milhões	6	380.183.298,40	0,60
de mais de 50 até 60 milhões	11	619.488.874,20	0,96
de mais de 40 até 50 milhões	7	310.741.188,00	0,48
de mais de 30 até 40 milhões	7	253.823.821,50	0,40
de mais de 20 até 30 milhões	10	253.340.089,60	0,40
de mais de 10 até 20 milhões	12	203.104.095,10	0,32
	157	64.295.745.611,10	100,00

A arrecadação efetuada pelas exatorias vem crescendo constantemente e de forma apreciável. Esse aumento, todavia, deve-se mais à continuada elevação dos preços do que ao aumento vegetativo da receita.

Em 1962, somente 4 exatorias coletaram receita superior a 1 bilhão de cruzeiros. No ano findo, 11 estações arrecadadoras atingiram aquele limite, totalizando Cr\$ 38.855.671.661,00, quantia que representa 60,43 % da receita carreada ao erário através de todas as exatorias. Eis a discriminação desses 11 órgãos:

	Cr\$	%
Pôrto Alegre	21.803.970.730,20	33,92
Pelotas.....	3.760.546.927,70	5,84
Caxias do Sul	2.377.413.935,20	3,69
Rio Grande	2.057.225.894,10	3,20
Nôvo Hamburgo	1.460.777.487,10	2,28
Santana do Livramento	1.428.572.093,40	2,22
Passo Fundo	1.328.019.924,70	2,06
Santa Maria	1.213.775.217,30	1,88
Uruguaiana	1.176.645.267,60	1,84
Bagé	1.135.694.744,00	1,76
Canoas	1.113.029.439,70	1,74
	<u>38.855.671.661,00</u>	<u>60,43</u>

Com o intuito de dar uma idéia da capacidade econômica das diferentes regiões geofísicas em que se divide o Estado, a receita de impostos, arrecadada pelas exatorias, é distribuída segundo essas zonas. A fim de evitar distorções, procedeu-se, para a finalidade em questão, à reversão do imposto sobre vendas e consignações aos municípios produtores, de acordo com o que prevê a Lei nº 206, de 2/7/48. Essa distribuição assim se apresenta:

	Cr\$	%	Número de municípios
1ª zona - Litoral	1.981.946.589,70	4,7	6
2ª zona - Depressão Central.	17.293.121.867,80	41,1	22
3ª zona - Missões	1.164.599.594,90	2,8	10
4ª zona - Campanha	3.774.910.677,70	9,0	8
5ª zona - Serra do Sudeste ..	386.517.696,10	0,9	7
6ª zona - Encosta do Sudeste	3.271.055.272,40	7,8	7
7ª zona - Alto Uruguai	2.606.989.687,70	6,2	31
8ª zona - Campos de Cima da Serra	689.520.363,40	1,6	9
9ª zona - Planalto Médio	2.653.878.159,60	6,3	16
10ª zona - Encosta Inferior Nordeste	5.355.135.918,60	12,7	28
11ª zona - Encosta Superior Nordeste	2.888.764.306,40	6,9	13
	<u>42.066.440.134,30</u>	<u>100,0</u>	<u>157</u>

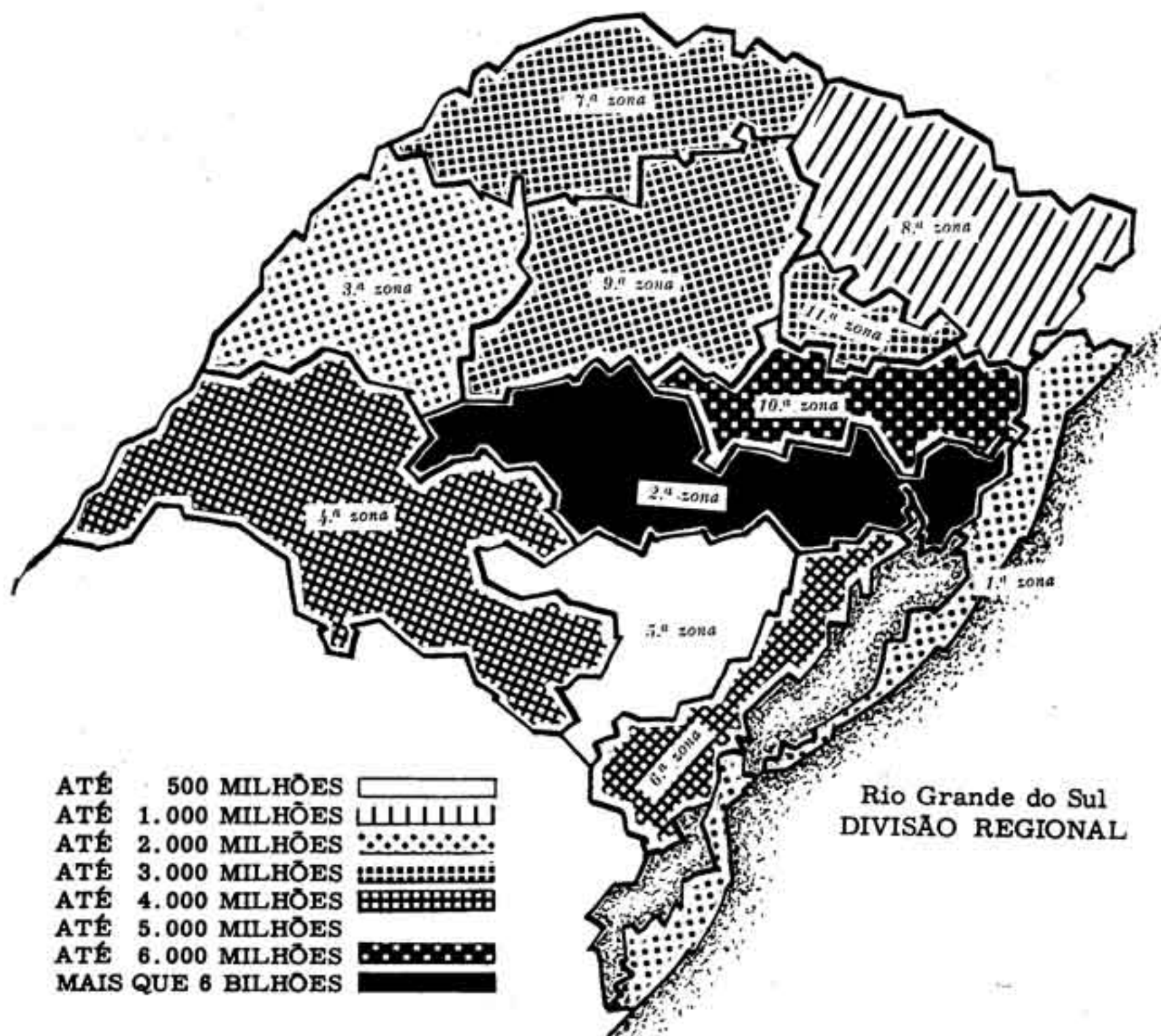
Para os mesmos efeitos, segue-se a participação "per capita" na receita de impostos de cada região, nos últimos três anos:

	1961	1962	1963
1ª zona - Litoral	3.130,20	5.168,60	8.093,50
2ª zona - Depressão Central.	4.364,70	6.856,10	11.398,30

3ª zona - Missões	1.376,20	2.002,10	3.338,80
4ª zona - Campanha	3.874,20	6.116,60	9.747,70
5ª zona - Serra do Sudeste . .	891,30	1.242,80	1.877,60
6ª zona - Encosta do Sudeste	3.216,40	5.291,90	9.501,10
7ª zona - Alto Uruguai	1.233,50	1.830,30	3.135,50
8ª zona - Campos de Cima da Serra	1.187,10	1.865,20	2.805,60
9ª zona - Planalto Médio	2.002,90	2.955,30	4.815,70
10ª zona - Encosta Inferior Nordeste	2.622,50	3.979,80	6.636,10
11ª zona - Encosta Superior Nordeste	3.094,00	5.259,70	8.302,50

A arrecadação das exatorias, distribuída por zonas geofísicas, é representada graficamente no quadro que se segue.

ARRECADÇÃO DE IMPOSTOS POR ZONAS



RECEITAS VINCULADAS A PLANOS ESPECIAIS

No exercício de 1963, verificou-se o ingresso de receitas vinculadas ao Programa Preliminar de Serviços e Investimentos Públicos e ao II Plano de Obras do Estado, no montante de Cr\$ 30.934.186.733,60, assim especificadas:

a) vinculadas ao Programa Preliminar de Serviços e Investimentos Públicos:

Taxas:

Taxa de educação	6.377.756.965,20	
Taxa de transportes (60 %) ..	7.228.802.371,10	
Taxa de desenvolvimento agropecuário.....	1.273.248.403,70	
Taxa de classificação e fiscalização de produtos de exportação	14.425,00	
Taxa de eletrificação e comunicações	6.376.133.816,50	
Taxa de cooperação para a construção de silos e armazéns	170.624.745,60	
Taxa rodoviária	<u>100.748.478,30</u>	21.527.329.205,40

Fundos:

Fundo Rodoviário Nacional		3.481.149.604,70
---------------------------------	--	------------------

Operações de crédito:

Emissão de apólices do Empréstimo "Programa Preliminar de Investimentos" - 1ª série	1.778.899.000,00	
Empréstimos contratados com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A. ...	1.745.315.845,20	
Empréstimo contratado com o Governo Federal - Lei Federal nº 3337/57	<u>1.000.000.000,00</u>	<u>4.524.214.845,20</u>
		29.532.693.655,30

b) vinculadas ao II Plano de Obras do Estado:

Operações de crédito:

Emissão de apólices do Empréstimo "II Plano de Obras do Estado":		
1ª série	361.451.497,10	
4ª série	105.919.000,00	
6ª série	719.122.581,20	
Empréstimo Saneamento contratado com a Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul	115.000.000,00	
Governo Federal - Lei Federal nº 3337/57	<u>100.000.000,00</u>	<u>1.401.493.078,30</u>
Total das receitas vinculadas		<u>30.934.186.733,60</u>

Esse total representa 38,96 % da receita geral do Estado, resultando que, para o atendimento das despesas normais da administração e dos investimentos estranhos aos programas especiais, o Tesouro contou com uma receita apenas de Cr\$ 48.470.059.410,80.

Os planos especiais que vigoraram nos últimos cinco anos absorveram as seguintes percentagens da receita geral do Estado:

Ano	Percentagem
1959	27,77 %
1960	32,79 %
1961	44,61 %
1962	37,30 %
1963	38,96 %

As receitas vinculadas à execução de programas especiais, no mencionado período, são discriminadas no demonstrativo que se segue.

II PLANO DE OBRAS DO ESTADO E PROGRAMA PRELIMINAR DE SERVIÇOS E INVESTIMENTOS PÚBLICOS
Receita no período de 1959 a 1963

RUBRICAS	Receita realizada, em milhões de cruzeiros					TOTAL
	1959	1960	1961	1962	1963	
Taxas:						
Taxa de educação	1.429	1.838	2.497	3.882	6.377	16.023
Taxa de transportes	913	1.181	1.597	2.477	7.228	13.396
Taxa do corpo de bombeiros	8	9	17	19	34	87
Taxa de classificação e fiscalização de produtos de exportação	3	2	1	-	-	6
Taxa de eletrificação e comunicações	763	1.704	2.341	3.640	6.376	14.824
Taxa de cooperação para construção de silos e armazéns ..	95	72	70	43	170	450
Taxa de cooperação e defesa da orizicultura	49	56	152	270	-	527
Taxa rodoviária	63	67	75	87	100	392
Taxa de desenvolvimento agropecuario	-	221	311	484	1.273	2.289
	3.323	5.150	7.061	10.902	21.558	47.994
Fundos:						
Fundo Rodoviário Nacional	585	734	1.356	2.011	3.481	8.167
Fundo Nacional de Pavimentação	-	181	160	-	-	341
	585	915	1.516	2.011	3.481	8.508
Empréstimos:						
Apólices 1ª série (Dec. 10.716)	-	1.090	376	1.005	361	2.832
Apólices 1ª série (Dec. 15.043)	-	-	-	-	1.778	1.778
Apólices 4ª série (Dec. 12.465)	-	-	16	94	105	215
Apólices 6ª série (Dec. 13.368)	-	-	-	263	719	982
Banco do Brasil S/A	-	1.500	500	-	-	2.000
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico	-	-	600	-	-	600
Governo Federal	-	-	4.500	2.304	1.100	7.904
Caixa Econômica Federal do R. G. S.	-	-	-	185	115	300
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A	-	-	-	-	1.745	1.745
	-	2.590	5.992	3.851	5.923	18.356
TOTAL GERAL	3.908	8.655	14.569	16.764	30.962	74.858

2.2 - ANÁLISE DA DESPESA

A despesa realizada no exercício de 1963, à conta das autorizações legislativas, atingiu o montante de Cr\$ 90.660.788.559,00, que, segundo a natureza dos créditos utilizados para atendê-la, assim se desdobra:

Por créditos ordinários	58.832.871.413,20
Por créditos especiais	31.780.222.245,80
Por créditos extraordinários	47.694.900,00
	<u>90.660.788.559,00</u>

Como anexos ao Balanço Financeiro, que integra o I volume do Balanço Geral do Estado, figuram numerosos quadros que discriminam a despesa realizada por órgãos, elementos e serviços.

O II volume do Balanço Geral é composto de demonstrativos analíticos, nos quais a despesa é desdobrada por rubrica orçamentária e por créditos especiais e extraordinários. Para cada uma dessas especificações é indicada a dotação inicial, a dotação com as alterações decretadas, a despesa realizada e o saldo decorrente.

A despesa realizada, segundo os órgãos da administração superior, assim se distribui:

	Créditos ordinários	Créditos especiais e extraordinários
Assembléia Legislativa	887.968.478,80	-
Tribunal de Contas	204.223.511,80	10.507.925,70
Govêrno do Estado	410.816.716,50	647.724.641,00
Secretaria do Interior.....	1.506.762.770,40	203.536.308,70
Secretaria da Fazenda	3.864.313.193,40	367.954.427,50
Secretaria das Obras Públicas	1.370.669.644,40	1.262.337.277,80
Secretaria da Agricultura	2.366.119.621,00	908.951.590,50
Secretaria de Educação e Cul- tura	13.795.362.722,20	7.105.049.691,80
Secretaria da Segurança Públi- ca	7.464.633.664,30	238.461.237,10
Secretaria da Administração ..	184.496.359,70	13.715.819,70
Secretaria da Saúde	3.175.019.373,40	592.463.879,00
Secretaria da Economia	252.892.738,20	1.618.104.698,50
Secretaria dos Transportes ..	112.052.763,70	9.313.945.085,60
Secretaria do Trabalho e Habi- tação	562.373.006,60	289.681.752,20
Secretaria de Energia e Comu- nicações	40.472.726,80	8.276.242.287,30
Comissão Estadual de Prédios Escolares	-	933.090.790,40
Justiça	1.511.988.612,80	46.149.733,00
Encargos Gerais do Estado ..	21.122.705.509,20	-
	<u>58.832.871.413,20</u>	<u>31.827.917.145,80</u>

A classificação dos dispêndios do Estado por elemento assim se apresenta:

		%
0 - Pessoal Fixo	29.001.465.998,30	31,98
1 - Pessoal Variável	16.293.570.678,20	17,98
2 - Material Permanente	2.129.855.311,80	2,34
3 - Material de Consumo	2.932.907.655,40	3,24
4 - Despesas Diversas	40.302.988.915,30	44,46
	90.660.788.559,00	100,00

A classificação da despesa por serviço é sobretudo elucidativa, pois revela os setores básicos em que foram aplicados os recursos públicos. Eis como se desdobram os gastos sob esse aspecto:

		%
0 - Administração Geral	4.619.828.436,50	5,10
1 - Exação e Fiscalização Financeira	3.603.812.167,80	3,98
2 - Segurança Pública e Assistência Social	9.268.051.367,70	10,23
3 - Educação Pública	21.808.865.749,10	24,05
4 - Saúde Pública	3.767.815.443,50	4,15
5 - Fomento	5.011.093.965,00	5,53
6 - Serviços Industriais	11.654.739.357,70	12,85
7 - Dívida Pública	2.586.767.831,60	2,85
8 - Serviços de Utilidade Pública	11.519.669.820,00	12,70
9 - Encargos Diversos	16.820.144.420,10	18,56
	90.660.788.559,00	100,00

Através dos dados acima, verifica-se que a maior parcela da despesa foi efetuada com a educação pública. Esses dispêndios correspondem a 24,05 % da despesa geral e a 51,29 % da receita de impostos. Como se vê, as aplicações realizadas neste setor superaram, em mais do dobro, a percentagem mínima da renda de impostos a ser empregada na manutenção e desenvolvimento do ensino, de que trata o artigo 192, inciso I, da Constituição Estadual.

Seguem-se, pela ordem, as despesas realizadas com Encargos Diversos, Serviços Industriais, Serviços de Utilidade Pública e Segurança Pública e Assistência Social, que representam, respectivamente, .. 18,56 %, 12,85 %, 12,70 % e 10,23 % dos gastos gerais do Estado.

As menores percentagens da despesa correspondem aos gastos com a Dívida Pública e com a Exação e Fiscalização Financeira.

Nos quadros que figuram a seguir, representa-se graficamente a classificação da despesa realizada, por elemento e por serviço.

DESPEZA POR ELEMENTO

bilhões
de Cr\$

45

40

35

30

25

20

15

10

5

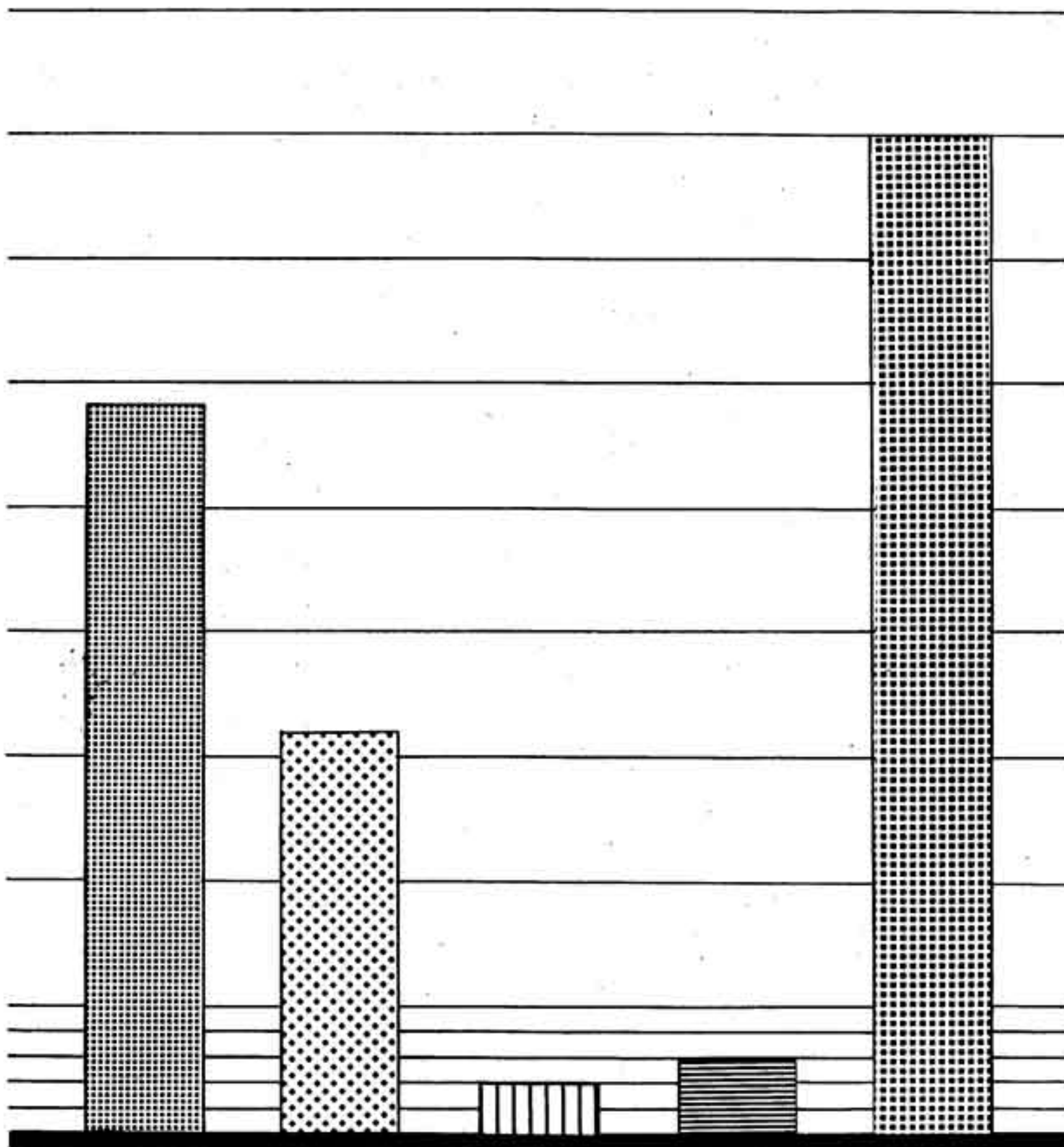
4

3

2

1

0

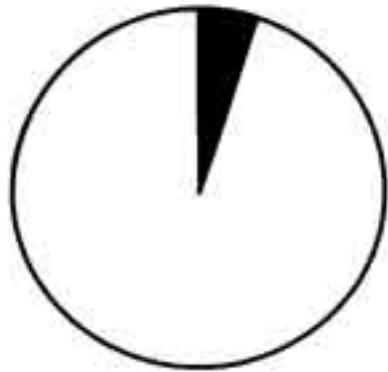


Pessoal Fixo

Pessoal
VariávelMaterial
PermanenteMaterial de
ConsumoDespesas
Diversas

DESPEZA POR SERVIÇO

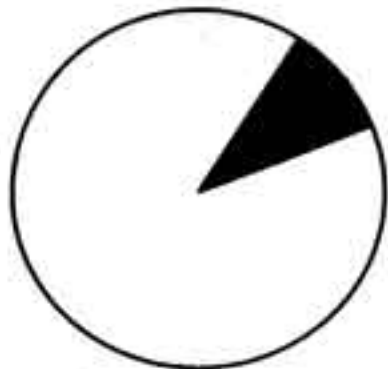
Administração
Geral
5,10 %



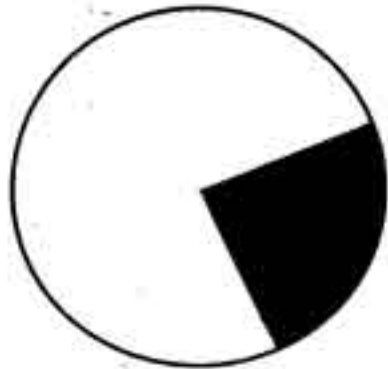
Exação e Fiscalização
Financeira
3,98 %



Serviços de Segurança
Pública e Assistência Social
10,23 %



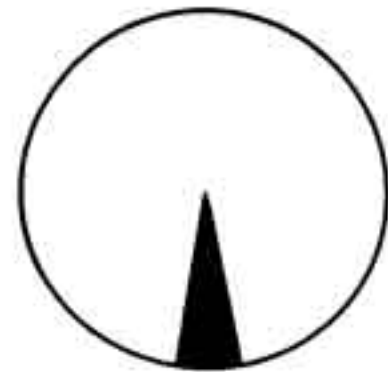
Serviços de Educação
Pública
24,05 %



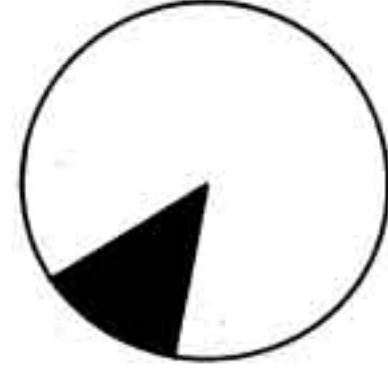
Serviços de Saúde
Pública
4,05 %



Fomento
6,53 %



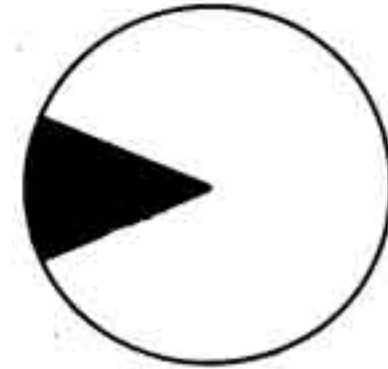
Serviços Industriais
12,85 %



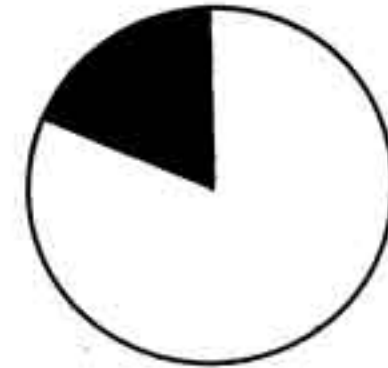
Serviços da Dívida
Pública
2,85 %



Serviços de Utilidade
Pública
12,70 %



Encargos Diversos
16,56 %



Dada a importância de que se reveste a classificação funcional da despesa, analisam-se, a seguir, os gastos compreendidos em cada serviço, tanto os que se realizaram à conta de créditos ordinários como de créditos especiais e extraordinários.

DESPESA POR CRÉDITOS ORDINÁRIOS

0 - Administração superior, Cr\$ 4.191.343.591,60. Estas despesas assim se desdobram: Cr\$ 882.895.578,80 com a Assembléia Legislativa; Cr\$ 204.223.511,80 com o Tribunal de Contas; Cr\$ 256.968.959,00 com a Governadoria e órgãos subordinados; Cr\$ 1.507.146.472,50 com os órgãos do Poder Judiciário; e Cr\$ 1.340.109.069,50 com as Secretarias de Estado e órgãos subordinados.

1 - Exação e Fiscalização Financeira, Cr\$ 3.463.537.963,90. Dêste total, Cr\$ 3.451.258.014,00 correspondem às despesas com os serviços de administração superior, arrecadação e fiscalização, e Cr\$ 12.279.949,90 aos gastos com serviços diversos.

2 - Segurança Pública e Assistência Social, Cr\$ 8.595.741.519,10. Classificam-se neste grupo: a Brigada Militar com Cr\$ 5.112.520.572,00; a Secretaria da Segurança Pública com Cr\$ 2.351.413.272,30, sendo aplicados em assistência policial Cr\$ 1.965.811.699,10 pelo Departamento de Polícia Civil e Cr\$ 380.332.242,60 pela própria Secretaria, e Cr\$ 5.269.330,60 em administração superior; o Departamento de Institutos Penais com Cr\$ 545.105.808,00; as Secretarias de Estado, principalmente a do Trabalho e Habitação, com Cr\$ 586.701.866,80 para assistência social, dos quais Cr\$ 122.157.028,60 sob a forma de subvenções, contribuições e auxílios.

3 - Educação Pública, Cr\$ 13.792.887.624,30. As despesas aqui classificadas assim se distribuem: administração superior, Cr\$ 1.094.659.546,00; ensino primário, Cr\$ 8.652.981.482,70; ensino médio, Cr\$ 2.278.534.053,50; ensino técnico-profissional, Cr\$ 1.250.224.544,10; ensino superior, Cr\$ 256.347.146,50; órgãos culturais, Cr\$ 76.656.716,00; serviços técnicos e especializados, Cr\$ 135.914.135,50; e subvenções, contribuições e auxílios, Cr\$ 47.570.000,00.

4 - Saúde Pública, Cr\$ 3.172.079.373,40. Estão aqui consignados: Cr\$ 597.106.075,70 com a administração superior; Cr\$ 515.781.703,50 com assistência hospitalar; Cr\$ 103.852.777,00 com ambulatorios; Cr\$ 1.807.488.843,70 com assistência pública; Cr\$ 85.815.973,50 com serviços técnicos e especializados; e Cr\$ 62.034.000,00 com subvenções, contribuições e auxílios.

5 - Fomento, Cr\$ 2.448.325.936,00. Compreendem-se neste serviço as seguintes aplicações: administração superior com Cr\$ 252.875.776,10; fomento à produção vegetal com Cr\$ 938.955.546,80; fomento à produção animal com Cr\$ 689.140.388,30; fomento à produção mineral com Cr\$ 57.340.739,60; fomento econômico em geral com Cr\$ 348.867.719,40; serviços técnicos e especializados com Cr\$ 35.416.560,30; e em serviços diversos Cr\$ 125.729.205,50.

6 - Serviços Industriais, Cr\$ 2.258.598.200,40. Esta quantia assim se desdobra: Cr\$ 17.067.053,70 para a administração superior; Cr\$ 890.000.000,00 para os serviços de transportes; Cr\$ 960.800.964,90 para os serviços urbanos; e Cr\$ 390.730.181,80 para os serviços diversos.

7 - Dívida Pública, Cr\$ 2.582.592.175,60. Foram os seguintes os encargos da dívida: Cr\$ 157.065.593,60 com amortização, juros e despesas diversas da dívida fundada externa; Cr\$ 1.221.688.356,70 com amortização da dívida fundada interna; Cr\$ 882.014.516,40 com juros da dívida fundada interna; Cr\$ 28.549.394,60 com despesas diversas da dívida fundada interna; Cr\$ 251.037.345,10 com juros da dívida flutuante; e Cr\$ 42.236.969,20 com despesas diversas da dívida flutuante.

8 - Serviços de Utilidade Pública, Cr\$ 1.933.003.783,60. Os serviços atendidos foram os seguintes: administração superior, Cr\$ 36.627.999,00; conservação e construção de rodovias, através de contribuição ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, Cr\$ 1.400.000.000,00; construção e conservação de próprios públicos, .. Cr\$ 127.269.803,60; e encargos diversos, Cr\$ 369.105.981,00.

9 - Encargos Diversos, Cr\$ 16.394.761.245,30. Esta quantia assim se distribui: Cr\$ 9.637.403.752,00 de abono familiar e proventos do pessoal inativo, sendo Cr\$ 6.998.151.611,30 para os inativos civis, inclusive ferroviários, e Cr\$ 2.639.252.140,70 para os militares da reserva remunerada; Cr\$ 408.759.878,30 de pensões, meio sôlido e rendas vitalícias; Cr\$ 5.327.982.453,10 de contribuições aos municípios, de que Cr\$ 2.783.914.324,10 se referem a 40 % do produto da taxa de transportes e Cr\$ 2.544.068.129,00 à chamada quota de retôrno de que trata o artigo 18 da Constituição do Estado; Cr\$ 771.270.605,00 de subvenções, contribuições e auxílios, de que Cr\$ 548.141.000,00 correspondem à contribuição ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul; Cr\$ 180.866.201,30 de contribuições de previdência, sendo Cr\$ 130.617.000,00 para o Instituto de Previdência do Estado; Cr\$ 21.055.650,20 de indenizações, reposições e restituições; Cr\$ 7.944.500,60 de prêmios de seguros e indenizações por acidente; e Cr\$ 39.478.204,80 de encargos diversos.

DESPESA POR CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS

0 - Administração Geral, Cr\$ 428.484.844,90. Sob esta classificação foram aplicados: Cr\$ 46.149.733,00 com o Poder Judiciário, sendo Cr\$ 42.579.213,30 para o Palácio da Justiça; Cr\$ 10.507.925,70 com o reaparelhamento do Tribunal de Contas; Cr\$ 192.949.892,40 com reaparelhamento e funcionamento da Governadoria e do Gabinete de Administração e Planejamento; Cr\$ 14.999.774,00 com a organização e administração da "Universiade 63"; Cr\$ 42.052.339,20 com a organização e funcionamento da Comissão de Desenvolvimento Econômico do Litoral; ... Cr\$ 31.225.665,80 com o prosseguimento do Plano de Cadeias e Foros; .. Cr\$ 30.928.658,60 com o reaparelhamento e funcionamento de diversas Secretarias de Estado e órgãos subordinados; Cr\$ 53.782.254,70 com serviços técnicos especializados, sendo Cr\$ 30.877.648,50 com o funcionamento da Procuradoria do Estado no Rio de Janeiro e do Escritório do Estado em Brasília; e Cr\$ 5.888.601,50 com serviços diversos.

1 - Exação e Fiscalização Financeira, Cr\$ 140.274.203,90. Figuram neste serviço: Cr\$ 18.134.036,20 para a administração superior; Cr\$ 1.463.030,00 para os serviços de arrecadação; e Cr\$ 120.677.137,70 para os serviços de fiscalização.

2 - Segurança Pública e Assistência Social, Cr\$ 672.309.848,60. Esta quantia desdobra-se em: Cr\$ 47.231.962,90 com reaparelhamento e funcionamento da Secretaria da Segurança Pública; Cr\$ 159.127.926,60 com reaparelhamento da Brigada Militar; Cr\$ 149.148.499,40 com assistência policial, destacando-se Cr\$ 40.568.027,60 para o Departamento de Institutos Penais, Cr\$ 8.415.881,80 para o reaparelhamento de cadeias e foros e Cr\$ 78.650.921,00 para gêneros alimentícios; Cr\$ 5.563.618,00 com serviços diversos de segurança pública; Cr\$ 129.657.028,60 com subvenções, contribuições e auxílios; e Cr\$ 181.580.813,10 com assistência social, dos quais Cr\$ 95.000.000,00 foram aplicados no plano preliminar de habitação.

3 - Educação Pública, Cr\$ 8.015.978.124,80. As aplicações neste setor assim se distribuem: administração superior com Cr\$ 394.267.466,20, de que Cr\$ 196.600.654,40 se destinaram ao reaparelhamento e funcionamento da Secretaria de Educação e Cr\$ 197.666.811,80 ao reaparelhamento e funcionamento da Comissão Estadual de Prédios Escolares; ensino primário e médio com Cr\$ 5.646.936.166,90; ensino técnico-profissional com Cr\$ 851.610.750,00; ensino superior com Cr\$ 67.378.850,00; construção e recuperação de prédios escolares, para os diferentes ramos do ensino, através da Comissão Estadual de Prédios Escolares, com Cr\$ 696.453.594,00; órgãos culturais com Cr\$ 15.499.638,00; serviços técnicos e especializados com Cr\$ 27.490.588,60; subvenções, contribuições e auxílios com Cr\$ 311.125.370,30; e serviços diversos com Cr\$ 5.215.700,80.

4 - Saúde Pública, Cr\$ 595.736.070,10. Compreendem-se neste montante os seguintes gastos: Cr\$ 102.637.953,50 em administração superior, para o reaparelhamento e funcionamento da Secretaria da Saúde; Cr\$ 111.227.733,30 em assistência hospitalar, sendo Cr\$ 88.000.000,00 mediante convênio com o Hospital Ernesto Dornelles; Cr\$ 4.273.805,00 em ambulatórios; Cr\$ 7.077.503,60 em assistência pú-

blica; Cr\$ 695.797,00 em serviços técnicos e especializados;
 Cr\$ 91.623.277,70 em serviços diversos, destacando-se
 Cr\$ 52.881.440,10 para a campanha de combate ao culex e
 Cr\$ 30.000.000,00 para convênio com o Departamento Nacional de Endemias Rurais; e Cr\$ 278.200.000,00 em contribuições, subvenções e auxílios.

5 - Fomento, Cr\$ 2.562.768.029,00. Distribui-se este total na seguinte forma: a administração superior com Cr\$ 103.619.748,30, de que Cr\$ 49.691.768,30 referem-se às contribuições ao Instituto Rio-Grandense do Arroz e Cr\$ 53.927.980,00 ao reaparelhamento e funcionamento das Secretarias da Agricultura e da Economia; o fomento da produção vegetal com Cr\$ 321.144.896,40; o fomento da produção animal com Cr\$ 61.609.865,10; o fomento da produção mineral com
 Cr\$ 57.811.600,00; o fomento da produção industrial com
 Cr\$ 94.640.356,10; o fomento econômico, em geral, com
 Cr\$ 851.956.106,30, destacando-se Cr\$ 500.000.000,00 para o aumento de capital da Açúcar Gaúcho S. A.; serviços técnicos e especializados com Cr\$ 10.430.008,00; Associação Sul-Rio-Grandense de Bataticultores com Cr\$ 1.000.000,00, como contribuição; serviços diversos com
 Cr\$ 1.060.555.448,80, distinguindo-se a contribuição de
 Cr\$ 945.592.000,00 para a Comissão Estadual de Silos e Armazéns.

6 - Serviços Industriais, Cr\$ 9.396.141.157,30. Sob este título, estão englobados: Cr\$ 539.019,70 em administração superior;
 Cr\$ 234.680.370,00 nos serviços de transportes, através de contribuições ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem;
 Cr\$ 1.073.695.680,20 nos serviços de comunicações, sendo
 Cr\$ 904.846.644,90 para a integralização parcial do capital subscrito pelo Estado na Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações;
 Cr\$ 7.013.834.000,00 em eletrificação, sendo Cr\$ 6.778.334.000,00 como contribuições à Comissão Estadual de Energia Elétrica e
 Cr\$ 235.500.000,00 como contribuições a prefeituras municipais;
 Cr\$ 1.020.392.087,40 no prosseguimento do plano de saneamento do Estado; Cr\$ 53.000.000,00 em serviços diversos, sendo Cr\$ 50.000.000,00 como contribuição ao Departamento Autônomo de Carvão Mineral.

7 - Dívida Pública, Cr\$ 4.175.656,00. Desta quantia
 Cr\$ 1.100.000,00 correspondem a despesas com impressão de apólices da dívida pública e Cr\$ 3.075.656,00 referem-se ao pagamento de despesas de exercícios anteriores.

8 - Serviços de Utilidade Pública, Cr\$ 9.586.666.036,40. Reúnem-se sob este título as seguintes despesas: Cr\$ 10.567.060,10 em administração superior; Cr\$ 21.055.531,10 em construção e conservação de logradouros públicos; Cr\$ 7.304.172.205,00 em construção e conservação de rodovias, sendo Cr\$ 6.391.318.205,00 através de contribuição ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem e Cr\$ 912.854.000,00 mediante contribuições a prefeituras municipais; Cr\$ 233.531.095,00 em conservação e construção de próprios públicos em geral; Cr\$ 2.017.340.145,20 em serviços diversos, destacando-se Cr\$ 1.625.500.000,00 de contribuições ao Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais,
 Cr\$ 207.336.688,00 de contribuições ao Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul, Cr\$ 124.106.315,60 de aplicações feitas pelo Departamento Aeroviário e Cr\$ 44.072.286,00 de gastos do Serviço Estadual de Turismo.

9 - Encargos Diversos, Cr\$ 425.383.174,80. Incluem-se aqui as seguintes despesas: Cr\$ 200.000.000,00 relativos ao empréstimo concedido à Prefeitura Municipal de Rio Grande; Cr\$ 132.272.000,00 de contribuições ao Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes; Cr\$ 83.654.900,00 de subvenções, contribuições e auxílios; e Cr\$ 9.456.274,80 de despesas diversas.

CONFRONTO DA DESPESA FIXADA COM A REALIZADA

A apreciação da despesa realizada em confronto com os créditos votados reveste-se de particular importância, uma vez que ressalta o comportamento da execução orçamentária no que diz respeito à observância das limitações legais. Esses informes são de grande valia para a apreciação e julgamento das contas governamentais, além de propiciarem à Administração elementos úteis para a verificação dos resultados obtidos, bem como para nortear as atividades futuras.

O confronto da despesa fixada com a realizada, por especificações orçamentárias e por créditos especiais e extraordinários, é feito no II volume do Balanço Geral do Estado.

Despesa por créditos ordinários - Os créditos ordinários não foram integralmente utilizados. Os saldos das dotações constituem economias que contribuíram para a redução do deficit previsto. O montante dessas economias é demonstrado pelo confronto da despesa fixada com a realizada, como segue:

Créditos ordinários	61.207.745.229,10
Despesa realizada	58.832.871.413,20
Saldo	<u>2.374.873.815,90</u>

Esse saldo, embora quantitativamente seja o maior dos últimos cinco anos, percentualmente, em relação ao montante da despesa fixada, só é superior ao apurado em 1959, conforme demonstram os dados abaixo:

	1959	1960	1961	1962	1963
Saldos verificados (em milhões de cruzeiros)	229	1.678	1.169	1.741	2.374
Percentagens em relação à despesa fixada	2,0 %	10,7 %	5,2 %	5,6 %	3,9 %

O saldo de créditos não utilizados distribui-se, por órgãos, como se demonstra:

Assembléia Legislativa	45.730.390,20
Tribunal de Contas	3.872.888,20
Govêrno do Estado	25.542.743,50
Secretaria do Interior e Justiça	93.481.289,60
Secretaria da Fazenda	93.442.306,60
Secretaria das Obras Públicas	77.207.455,60
Secretaria da Agricultura	134.778.182,00
Secretaria de Educação e Cultura	652.201.517,80
Secretaria da Segurança Pública	264.909.775,70

Secretaria da Administração	12.272.040,30
Secretaria da Saúde	149.525.286,60
Secretaria da Economia	18.880.171,80
Secretaria dos Transportes	16.708.726,30
Secretaria do Trabalho e Habitação	30.724.993,40
Secretaria de Energia e Comunicações	8.767.273,20
Justiça	121.810.237,20
Encargos Gerais do Estado	616.888.531,90
Programa Preliminar de Serviços e Investimentos Públicos	8.130.006,00
	<u>2.374.873.815,90</u>

Segundo os elementos, as economias apuradas assim se agrupam:

0 - Pessoal Fixo	991.947.178,40	41,8 %
1 - Pessoal Variável	86.604.907,80	3,6 %
2 - Material Permanente	48.259.073,20	2,0 %
3 - Material de Consumo	233.082.108,90	9,8 %
4 - Despesas Diversas	1.014.980.547,60	42,8 %
	<u>2.374.873.815,90</u>	<u>100,0 %</u>

Relacionam-se, a seguir, as dotações que apresentaram saldos mais significativos:

8-02- 5) Vencimentos	228.959.617,20
8-03- 5) Vencimentos	50.301.817,00
9-02- 3) Vencimentos	169.174.016,00
11-02- 2) Vencimentos	59.582.042,50
17-01- 1) Amortização da dívida fundada interna	170.830.776,30
17-01- 2) Amortização, juros e despesas diversas da dívida fundada externa	270.333.406,40
17-01- 6) Juros da dívida fundada interna	131.378.855,60
17-04-11) Contribuições para municípios	77.696.484,00

As verbas relacionadas acima representam, praticamente, a metade das economias verificadas.

Tal como vem ocorrendo nos últimos anos, em 1963 também se verificou o excesso de despesas sobre a dotação de algumas verbas.

A despesa além dos créditos votados foi realizada através de vários órgãos e mediante expressa autorização do Senhor Governador do Estado, de acordo com o que dispõe o artigo 46 do Código de Contabilidade Pública da União, aplicável no Estado por força do artigo 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

As verbas que tiveram seu limite ultrapassado são as seguintes:

4-01- 2) Ajuda de custo e diárias	116.220,00
4-01- 5) Gratificações diversas	1.933.399,20
6-01- 5) Gratificações adicionais	228.051,80
6-01-10) Pessoal de obras	56.891,30
8-01- 5) Gratificações diversas	35.343,90
8-01- 6) Vencimentos	547.663,10
11-04- 1) Auxílio para diferenças de caixa	810,00

14-01- 4) Gratificações adicionais	226.040, 10
17-02- 4) Inativos da Viação Férrea	81.696.954, 30
17-03- 1) Meio sôlido	4.547.878, 30
	<u>89.389.252, 00</u>

Despesa por créditos especiais e extraordinários - A par dos créditos ordinários, vigoraram, em 1963, créditos especiais e extraordinários no montante de Cr\$ 48.876.253.397,60. À conta dessas autorizações foram realizadas despesas do valor de Cr\$ 31.827.917.145,80, restando, portanto, um saldo de Cr\$ 17.048.336.251,80, que assim se discrimina:

Saldos extintos, por perda de vigência	1.127.071.050, 90
Saldos transferidos para 1964	15.921.265.200, 90
	<u>17.048.336.251, 80</u>

A quantia correspondente aos saldos extintos representa economia.

Os saldos transferidos desdobram-se em duas parcelas. Uma de Cr\$ 2.326.075.765,30, correspondente a empenhos já realizados, cujas despesas não foram liquidadas até 31 de dezembro de 1963, por se referirem a obras, serviços e fornecimentos não concluídos até aquela data. A outra parcela, de Cr\$ 13.595.189.435,60, representa autorizações utilizáveis para a realização de despesas em 1964.

A maior parte da despesa realizada à conta de créditos especiais relaciona-se com a execução de programas especiais, isto é, o II Plano de Obras e o Programa Preliminar de Investimentos.

Dada a expressão desses dispêndios, sôbre eles far-se-á comentário especial em título próprio.

A discriminação dos créditos especiais e extraordinários, sua destinação e despesa realizada e os saldos extintos ou transferidos figuram nos numerosos anexos ao Balanço.

EVOLUÇÃO DA DESPESA

Com o propósito de facilitar a interpretação do comportamento da despesa geral do Estado, é feito um breve comentário sôbre a evolução dos gastos segundo a natureza das autorizações e de acôrdo com os serviços e os elementos.

Examinando-se a despesa geral segundo a natureza das autorizações legais, verifica-se que 64,89 % do seu montante foi realizado através de créditos ordinários e 35,11 % mediante créditos especiais e extraordinários.

Nos últimos cinco anos, os gastos efetuados por créditos especiais e extraordinários apresentam um ritmo de crescimento bastante superior ao da despesa realizada à conta de créditos ordinários.

Deve-se essa nociva tendência à execução de programas específicos exclusivamente através de créditos especiais.

Essa anomalia será corrigida com a adoção no Estado do orçamento programado, instituído pela Lei nº 4.633, de 9 de dezembro de 1963.

A nova estrutura orçamentária, implantada a partir de 1964, não permite, de acôrdo com seus objetivos, a realização de aplicações ma_ ciças através de créditos especiais.

No quadro apresentado a seguir, demonstra-se, em núme- ros absolutos e relativos, a evolução da despesa realizada, nos últimos cinco anos, consoante a natureza das autorizações legais.

EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR CRÉDITOS

NATUREZA	Números absolutos, em milhares de cruzeiros					Números relativos				
	1959	1960	1961	1962	1963	1959	1960	1961	1962	1963
Créditos ordinários	9.334.022	14.034.753	21.360.155	29.424.316	58.832.871	100	150	229	315	630
Créditos especiais e extraor- dinários	4.498.291	8.515.979	12.758.384	17.869.462	31.827.917	100	189	284	397	708
Despesa Geral	13.832.313	22.550.732	34.118.539	47.293.778	90.660.788	100	163	247	342	655

A apreciação da despesa realizada no último quinquênio, sob o ângulo da classificação por serviço, revela os setores da administração em que foi incrementado o ritmo das realizações.

No quadro da pág. 58, expõem-se em números absolutos e relativos os gastos dos últimos cinco anos, por serviço.

Esse quadro demonstra que em 1963 figuram com índices de crescimento superiores ao dos gastos gerais, em ordem decrescente, os seguintes serviços: "educação pública", "exação e fiscalização financeira", "administração geral", "serviços de utilidade pública" e "saúde pública". Os demais serviços apresentam índices inferiores ao da despesa geral.

Merecem referência especial dois serviços - "educação pública" e "serviços de utilidade pública" - que durante todo o período considerado apresentam índices de crescimento superiores ao dos gastos gerais.

A evolução da despesa por elemento está exposta no quadro da pág. 59. Os dados constantes desse demonstrativo ressaltam o acentuado incremento dos gastos com "pessoal variável". As despesas de maior expressão, classificadas neste elemento, referem-se a vencimentos de pesoal contratado e proventos dos servidores inativos.

EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR SERVIÇO

SERVIÇOS	Números absolutos, em milhares de cruzeiros						Números relativos				
	1959	1960	1961	1962	1963		1959	1960	1961	1962	1963
Administração Geral	636.514	1.009.845	1.475.222	2.367.980	4.619.828		100	159	232	372	726
Exação e Fiscalização Financeira	468.618	758.350	1.016.907	1.659.964	3.603.812		100	162	217	354	769
Segurança Pública e Assistência Social	1.467.679	2.218.811	3.065.000	4.334.554	9.268.051		100	151	209	295	631
Educação Pública	2.664.795	5.289.078	8.757.674	11.945.019	21.808.866		100	198	329	448	818
Saúde Pública	536.254	963.807	1.263.904	1.904.836	3.767.815		100	180	236	355	703
Fomento	863.719	1.438.481	2.074.123	3.353.757	5.011.094		100	167	240	388	580
Serviços Industriais	1.835.113	2.902.738	4.758.253	5.598.359	11.654.739		100	158	259	305	635
Dívida Pública	454.469	526.166	1.582.095	1.768.377	2.586.768		100	116	348	389	569
Serviços de Utilidade Pública.	1.622.766	3.043.264	4.044.994	6.126.234	11.519.670		100	188	249	378	710
Encargos Diversos	3.282.386	4.400.192	6.080.367	8.234.698	16.820.145		100	134	185	251	512
Despesa Geral	13.832.313	22.550.732	34.118.539	47.293.778	90.660.788		100	163	247	342	655

EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR ELEMENTO

ELEMENTOS	Números absolutos, em milhares de cruzeiros					Números relativos				
	1959	1960	1961	1962	1963	1959	1960	1961	1962	1963
0 - Pessoal Fixo	4.301.188	6.509.123	9.444.282	12.743.541	29.001.466	100	151	220	296	674
1 - Pessoal Variável	1.625.473	3.334.786	4.599.510	6.630.030	16.293.571	100	205	283	408	1002
2 - Material Permanente	349.439	1.089.986	2.348.236	1.985.272	2.129.855	100	312	672	568	610
3 - Material de Consumo	512.576	792.178	1.243.162	1.865.309	2.932.907	100	155	243	364	572
4 - Despesas Diversas	7.043.637	10.824.659	16.483.349	24.069.626	40.302.989	100	154	234	342	572
Despesa Geral	13.832.313	22.550.732	34.118.539	47.293.778	90.660.788	100	163	247	342	655

DESPESAS COM A EXECUÇÃO DE PLANOS ESPECIAIS

No exercício de 1963, foi iniciada a realização do Programa Preliminar de Investimentos, aprovado pela Lei nº 4.387, de 6/12/62, alterada pelas de nºs 4.542 e 4.656, de 3/9/63 e 19/12/63, respectivamente, bem como dado prosseguimento à execução do II Plano de Obras, instituído pela Lei nº 3.601, de 1/12/58, alterada pela de nº 4.275, de 30/12/61.

As despesas efetuadas com êsses planos especiais, tôdas através de créditos especiais, alcançaram a expressiva soma de Cr\$ 26.671.952.053,60, equivalente a 29,41 % dos dispêndios gerais do Estado e a 83,80 % dos gastos realizados à conta de créditos especiais e extraordinários.

As aplicações realizadas com o Programa Preliminar de Investimentos totalizaram Cr\$ 21.918.892.557,60, correspondentes a 24,18 % da despesa geral, e que assim se desdobram:

I - Investimentos para melhoria das condições do homem	8.210.591.147,40
II - Investimentos de infra-estrutura ...	11.790.727.012,10
III - Investimentos para expansão agrícola e industrial	1.440.086.566,50
VI - Investimentos diversos	477.487.831,60
	<u>21.918.892.557,60</u>

No quadro apresentado a seguir, figuram o montante dos créditos que vigoraram no exercício, a despesa realizada, os saldos extintos e os que foram transferidos para 1964.

PROGRAMA PRELIMINAR DE SERVIÇOS E INVESTIMENTOS PÚBLICOS - LEI Nº 4.387, de 6/12/1962
Despesa realizada em 1963

INCISOS	Créditos Vigentes	Despesa Realizada	SALDOS	
			Extintos em 1963	Transferidos p/1964
I - Investimentos para melhoria das condições do <u>h</u> mem	15.945.789.308,20	8.210.591.147,40	32.387.337,00	7.702.810.823,80
II - Investimentos de <u>infra-estrutura</u>	15.431.574.000,00	11.790.727.012,10	370.900.000,00	3.269.946.987,90
III - Investimentos para <u>expansão</u> agrícola e industrial..	2.647.693.395,90	1.440.086.566,50	5.527.746,80	1.202.079.082,60
IV - Investimentos diversos ...	998.132.380,00	477.487.831,60	4.121.374,00	516.523.174,40
	35.023.189.084,10	21.918.892.557,60	412.936.457,80	12.691.360.068,70

Com o andamento do II Plano de Obras foi despendida a quantia de Cr\$ 4.753.059.496,00, que representa 5,24 % da despesa geral.

Êstes gastos apresentam, por item, a seguinte distribuição:

I - Educação e Cultura	1.163.593.305,70
II - Transportes e Armazenagem	202.668.953,30
III - Energia e Comunicações	1.935.986.684,80
IV - Saúde, Assistência Social e Habitação	536.887.088,30
V - Mecanização, Assistência e Incentivo à Produção	319.884.666,90
VI - Turismo	5.311.199,40
VII - Pesquisa e Experimentação	347.126.695,60
VIII - Edifícios Públicos, Aparelhamento e Orga- nização de Serviços	187.074.218,90
IX - Serviços, Atividade e Obras Complemen- tares	28.850.471,10
X - Administração do Plano	25.676.212,00
	<u>4.753.059.496,00</u>

Seguem-se dois quadros. No primeiro demonstra-se o valor dos créditos que tiveram vigência, a despesa realizada, os saldos extintos e os transportados para 1964. No outro expõem-se os gastos efetuados com o plano em exame desde a sua instituição.

II PLANO DE OBRAS DO ESTADO - LEI Nº 3.601, de 1/12/1958, e LEI Nº 4.275, de 30/12/1961
Despesa realizada em 1963

INCISOS	Créditos Vigentes	Despesa Realizada	SALDOS	
			Extintos em 1963	Transferidos p/1964
I - Educação e Cultura	2.089.645.948,00	1.163.593.305,70	304.000.187,90	622.052.454,40
II - Transportes e Armazenagem	441.116.293,30	202.668.953,30	128.531.567,40	109.915.772,60
III - Energia e Comunicações	2.157.219.468,80	1.935.986.684,80	1.682.610,30	219.550.173,70
IV - Saúde, Assistência Social e Habitação ..	709.664.836,10	536.887.088,30	73.197.192,70	99.580.555,10
V - Mecanização, Assistência e Incentivo à Produção	681.736.805,10	319.884.666,90	95.023.919,30	266.828.218,90
VI - Turismo	25.585.474,50	5.311.199,40	20.274.275,10	
VII - Pesquisa e Experimentação	366.410.614,30	347.126.695,60	4.161.844,00	15.122.074,70
VIII - Edifícios Públicos, Aparelhamento e Or- ganização de Serviços	275.538.520,10	187.074.218,90	41.651.216,90	46.813.084,30
IX - Serviços, Atividade e Obras Complemen- tares	43.961.907,00	28.850.471,10	9.037.827,30	6.073.608,60
X - Administração do Plano	35.936.078,60	25.676.212,00	368.149,10	9.891.717,50
	6.826.815.945,80	4.753.059.496,00	677.928.790,00	1.395.827.659,80

B. 11

II PLANO DE OBRAS DO ESTADO - LEI Nº 3.601, de 1/12/1958, e LEI Nº 4.275, de 30/12/1961
Despesa no período de 1959/1963

	Despesa realizada, em milhões de cruzeiros						Limite Autorizado
	1959	1960	1961	1962	1963	Total	
INCISOS							
I - Educação e Cultura	712	2.043	3.803	5.403	1.163	13.124	14.000
II - Transportes e Armazenagem	1.320	2.412	3.306	5.134	203	12.375	12.500
III - Energia e Comunicações	1.196	1.550	2.991	3.631	1.936	11.304	11.500
IV - Saúde, Assistência Social e Habitação	122	375	619	1.248	537	2.901	3.000
V - Mecanização, Assistência e Incentivo à Pro- dução	203	441	610	1.205	320	2.779	3.500
VI - Turismo	3	8	8	12	5	36	250
VII - Pesquisa e Experimentação	2	-	-	30	347	379	500
VIII - Edifícios Públicos, Aparelhamento e Organi- zação de Serviços	159	351	172	304	187	1.173	1.200
IX - Serviços, Atividade e Obras Complementa- res	6	151	124	255	29	565	600
X - Administração do Plano	15	26	45	56	26	168	200
	3.738	7.357	11.678	17.278	4.753	44.804	47.250

2.3 - OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS

As entradas e saídas de tesouraria que, por sua natureza, se realizam independentemente de autorização orçamentária constituem a receita e despesa extra-orçamentárias, figurando no Balanço Financeiro classificadas da seguinte forma:

a) Receita	
Restos a Pagar (contrapartida da despesa empenhada)	10.649.295.697,80
Depósitos	3.605.413.082,70
Diversos	32.868.214.168,70
	<u>47.122.922.949,20</u>
b) Despesa	
Restos a Pagar	3.188.401.631,90
Depósitos	2.942.382.325,00
Diversos	29.140.364.130,30
	<u>35.271.148.087,20</u>

Para fins de análise e maior clareza, essas operações são grupadas, a seguir, de acordo com sua origem:

a) Receita	
Recebimento de créditos	1.915.431.010,60
Formação de dívidas	45.207.491.938,60
	<u>47.122.922.949,20</u>
b) Despesa	
Pagamento de dívidas	30.829.185.608,70
Formação de créditos	4.441.962.478,50
	<u>35.271.148.087,20</u>

RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Recebimento de créditos - Estão compreendidos neste título as entradas financeiras decorrentes da realização de créditos inscritos e que assim se desdobram:

Devedores Diversos	
Devedores do Departamento de Imprensa Oficial ..	87.334.190,90
Departamento da Loteria do Estado	31.788.796,40
Sociedade Financeira dos Servidores, c/Consignações	35.089.126,00
Governo Federal, c/Fundo Rodoviário Nacional ...	569.008.965,80
Associação dos Funcionários Públicos do Estado .	1.527.472,60
Cooperativa de Consumo dos Servidores Públicos Ltda.	2.962.640,60
José Moinhos de Campos	175.282,40
Outras contas	3.146.494,70
	<u>731.032.969,40</u>

Prefeituras

Contribuições devidas ao Estado, referentes a exercícios anteriores	26.638.832,90
Cobrança de créditos de outras origens	16.435.784,20
	<u>43.074.617,10</u>

Diversos Responsáveis

Recolhimentos no exercício	<u>5.201.329,50</u>
----------------------------------	---------------------

Suprimentos Autorizados

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa de Transportes	26.565.346,00
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Fundo Rodoviário Nacional	426.530.756,90
Comissão Estadual de Silos e Armazéns, c/Taxa de Transportes	40.941.876,60
Comissão Estadual de Energia Elétrica, c/Taxa de Eletrificação e Comunicações	622.084.115,10
Secretaria da Economia, c/Compra da Cebola	20.000.000,00
	<u>1.136.122.094,60</u>

Formação de dívidas - Sob esta classificação, figuram as operações que dão margem à formação da dívida flutuante, tais como os ingressos decorrentes de depósitos, empréstimos por antecipação da receita, letras do Tesouro, bem como a contrapartida de despesa realizada e não paga, contabilizada como restos a pagar, contribuições para autarquias e outros, de acordo com a especificação que segue:

Restos a Pagar de 1963

a) despesa processada:

Contas a Pagar	2.858.652.719,20	
Vencimentos a Pagar	4.976.295.434,90	
Fôlhas a Pagar	<u>772.758.511,10</u>	8.607.706.665,20

b) despesa não processada

Empenhos a Liquidar		<u>2.041.589.032,60</u>
		<u>10.649.295.697,80</u>

Depósitos Recebidos

Cauções		1.722.210,40
Retenções		6.806.509,00
Depósitos de Responsáveis		24.644,80
Depósitos Públicos e Judiciais		518.800,00
Depósitos de Consignatários		
União dos Funcionários da Fazenda Estadual	18.576.213,60	
Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários	8.373.411,30	
Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul	362.743.614,50	
Instituto de Previdência do Estado	1.247.934.640,30	

Cooperativa de Consumo dos Servidores Públicos Ltda.	126.845.900,30	
Corpo da Guarda de Trânsito	34.488.863,70	
Governo Federal, c/Empréstimo Compulsório	62.660.664,90	
Sociedade Financeira dos Servidores	131.760.852,00	
Divisão da Guarda Civil ...	117.492.405,10	
Cia. Previdência do Sul, c/Prêmio de Seguro	77.553.387,30	
Associação dos Funcionários Públicos do Estado ..	84.475.398,30	
Cia. Seguradora Brasileira, c/Prêmio de Seguro ..	30.132.779,20	
Governo Federal, c/Imposto de Renda	38.474.197,90	
Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos	44.108.877,80	
Associação dos Fiscais do Imposto sobre Vendas e Consignações	6.740.158,30	
Outras contas	<u>48.196.667,30</u>	2.440.558.031,80
Depósitos de Autarquias		
Instituto Rio-Grandense do Arroz, c/Taxa de Cooperação e Defesa da Orizicultura	702.231.033,20	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa de fiscalização de agências e estações rodoviárias	6.993.091,70	
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes		
Taxa de cooperação	18.118.946,90	
Taxa de indenização à marchantaria	180.456,90	
Taxa de garantia do consumo da carne verde	15.719.696,10	
Taxa de prêmio aos fornecedores de gado no inverno	8.199.672,20	
Taxa de pesagem de gado .	<u>506.087,60</u>	751.948.984,60
Depósitos Diversos		
Taxa de Previdência Social .	61.006.518,20	
Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos	42.361.963,00	

Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul, c/Consignações	6.402.334,80	
Pensões Alimentícias	22.455.756,60	
Comissão s/Cobrança da Dívida Ativa	93.461.228,00	
Receita a Restituir - 1963 ..	5.360.017,90	
Diferença Vantagens Lei nº 4467/62	128.254.347,40	
Outras Contas	<u>44.531.736,20</u>	403.833.902,10
Diversos		
Contribuições para Autarquias		
Comissão Estadual de Silos e Armazéns	32.775.818,00	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem	2.778.500.000,00	
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais ...	2.374.680.370,00	
Comissão Estadual de Energia Elétrica, c/Fundo Federal de Eletrificação ...	51.491.000,00	
Instituto de Previdência do Estado	341.267.000,00	
Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul	320.508.966,70	
Departamento Autônomo de Carvão Mineral	100.000.000,00	
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	548.141.000,00	
Comissão Estadual de Energia Elétrica, c/Taxa de Eletrificação e Comunicações	5.310.000.000,00	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa Rodoviária	80.000.000,00	
Comissão Estadual de Silos e Armazéns, c/Taxa de Cooperação para Construção de Silos e Armazéns .	222.406.706,10	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Fundo Rodoviário e Fundo Nacional	2.690.000.000,00	
Instituto Rio-Grandense do Arroz, c/Contribuições ..	49.691.768,30	
Comissão Estadual de Silos e Armazéns, c/Taxa de Transportes	712.816.182,00	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa de Transportes.....	2.273.200.000,00	

Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, c/ Taxa de Transportes	375.500.000,00	
Caixa Econômica Estadual	51.333.600,00	
Comissão Estadual de Energia Elétrica, c/Contribuições	1.423.811.000,00	
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes	<u>132.272.000,00</u>	19.868.395.411,10
Prefeituras, c/Contribuições do Estado		109.399.791,00
Serviço da Dívida Interna		933.214.304,00
Serviço da Dívida Externa		157.065.593,60
Cheques a Pagar		568.521.204,80
Letras do Tesouro (emitidas).....		6.421.929.150,00
Comissão Estadual de Compras		
Fundo de Estoque de Material	11.078.008,70	
Empenhos, c/Fundo de Estoque de Material	<u>4.292.148,80</u>	15.370.157,50
Credores Diversos		
Banco da Província do Rio Grande do Sul S.A., c/Antecipação da Receita ...	86.394.506,10	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/Antecipação da Receita.....	1.245.318.323,00	
Banco Francês e Brasileiro S.A., c/Antecipação da Receita	7.225.920,00	
Banco Industrial e Comercial do Sul S. A., c/Antecipação da Receita	52.931.133,00	
Banco Nacional do Comércio S.A., c/Antecipação da Receita	62.004.188,00	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., c/Suprimento a Exatores ...	6.000.000,00	
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações, c/Capital a Realizar	1.049.010.000,00	
Açúcar Gaúcho S. A., c/Capital a Realizar	370.000.000,00	
Outras contas	<u>3.476,00</u>	<u>2.878.887.546,10</u>
		<u>34.558.196.240,80</u>

DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Pagamento de dívidas - Figuram aqui os pagamentos de dívidas formadas em exercícios anteriores em contrapartida de despesas, as restituições de depósitos e o resgate de empréstimos por antecipação da

receita e de letras do Tesouro, assim especificados:

Restos a Pagar

de 1957	20.647.515,50
de 1958	61.343.804,50
de 1959	4.437.927,80
de 1960	4.492.658,90
de 1961	169.576.499,60
de 1962	<u>2.927.903.225,60</u>
	<u>3.188.401.631,90</u>

Depósitos Restituídos

Cauções	503.288,90
Retenções	7.710.064,20
Depósitos de Responsáveis	22.894,80
Depósitos Públicos e Judiciais	81.710,00

Depósitos de Autarquias

Instituto Rio-Grandense do Arroz, c/Taxa de Cooperação e Defesa da Orizicultura	696.877.148,10	
Comissão Estadual de Energia Elétrica, c/Taxa de Eletrificação e Comunicações	23.343,30	
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes	<u>48.773.623,80</u>	745.674.115,20

Depósitos de Consignatários

União dos Funcionários da Fazenda Estadual	15.967.727,30
Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul	979.625,60
Instituto de Previdência do Estado	312.987.076,20
Cooperativa de Consumo dos Servidores Públicos Ltda.	847.811.883,30
Corpo da Guarda de Trânsito	126.675.874,30
Sociedade Financeira dos Servidores	33.374.753,90
Divisão da Guarda Civil ...	128.851.753,30
Cia. Previdência do Sul, c/ Prêmio Seguro	115.501.817,80
Associação dos Funcionários Públicos do Estado ..	68.374.598,20
Cia. Seguradora Brasileira, c/Prêmio Seguro	81.640.626,60
Governo Federal, c/Imposto de Renda	27.121.937,40
Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos	31.830.476,50
	13.632.166,60

Associação dos Fiscais do Impôsto sôbre Vendas e Consignações	5.897.350,40	
Outras contas	<u>43.191.699,90</u>	1.853.839.367,30
Depósitos Diversos		
Taxa de Previdência Social Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos	54.931.662,20	
Columbia, Cia. Nacional de Seguros de Vida	50.040.429,10	
Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul, c/Consignações	2.200.486,10	
Pensões Alimentícias	38.308.482,30	
Comissão sôbre Cobrança da Dívida Ativa	21.133.201,90	
Receita a Restituir - 1963 Cia. Previdência do Sul, c/Prêmio Seguro	88.593.891,50	
Cia. Seguradora Brasileira, c/Prêmio Seguro	3.261.330,70	
Governo Federal, c/Impôsto de Renda	8.275.941,90	
Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas..	1.227.779,80	
Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.	1.766.658,10	
Instituto de Previdência do Estado	2.275.782,30	
União dos Funcionários da Fazenda Estadual	7.898.703,50	
Outras contas	<u>10.178.151,00</u>	
	1.201.780,30	334.550.884,60
	<u>43.256.603,90</u>	<u>2.942.382.325,00</u>
Diversos		
Contribuições para Autarquias		
Comissão Estadual de Silos e Armazéns, c/Contribuições	814.800,00	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Contribuições	1.577.160.000,00	
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, c/Salário Mínimo	62.000,00	
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, c/Contribuições	1.870.773.887,20	
Instituto de Previdência do Estado	276.538.544,30	

Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul	150.691.176,70	
Departamento Estadual de Abastecimento de Leite...	1.500.000,00	
Departamento Autônomo de Carvão Mineral	100.417.400,00	
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul ..	479.000.940,00	
Comissão Estadual de Energia Elétrica, c/Taxa de Eletrificação e Comunicações	5.310.000.000,00	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa Rodoviária	80.000.000,00	
Comissão Estadual de Silos e Armazéns, c/Taxa de Cooperação para Construção de Silos e Armazéns ..	204.825.959,30	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Fundo Rodoviário Nacional	2.690.000.000,00	
Instituto Rio-Grandense do Arroz, c/Contribuições...	107.918.141,30	
Comissão Estadual de Silos e Armazéns, c/Taxa de Transportes	655.687.803,40	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa de Transportes.....	2.273.200.000,00	
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, c/Taxa de Transportes	404.744.940,60	
Caixa Econômica Estadual	97.690.000,00	
Comissão Estadual de Energia Elétrica, c/Contribuições	<u>479.930.000,00</u>	16.760.955.592,80
Prefeituras, c/Contribuições do Estado	81.486.051,40	
Serviço da Dívida Interna	136.814.713,30	
Serviço de Juros da Dívida Flutuante	456,20	
Cheques a Pagar	294.063.310,40	
Letras do Tesouro (resgatadas)	5.105.099.450,00	
Comissão Estadual de Compras		
Fundo de Estoque de Material	364.681,40	
Empenhos, c/Fundo de Estoque de Material	<u>8.901.140,40</u>	9.265.821,80
Credores Diversos		
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., c/Suprimento a Exatores	5.571.295,40	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., c/An ^{te} tecipação da Receita	2.176.333.725,60	

2.4 - ANÁLISE DO RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

No primeiro capítulo da presente exposição, foi feita a análise do plano geral dos gastos para 1963 e dos recursos a eles vinculados, bem como a indicação do resultado presumível, que se traduzia no deficit financeiro de Cr\$ 25.478.968.048,90. O deficit apurado, todavia, foi de Cr\$ 11.256.542.414,60, quantia bem inferior ao resultado inicialmente previsto e que representa 44,18 % dêste.

Eis como se demonstra, sinteticamente, o resultado financeiro do exercício:

Despesa realizada	90.660.788.559,00
Receita realizada	79.404.246.144,40
Deficit financeiro	<u>11.256.542.414,60</u>

Conforme ficou demonstrado no mencionado capítulo inicial, a maior parte dos dispêndios autorizados tinha por cobertura recursos ordinários do exercício, ao passo que, da parcela restante, algumas despesas tinham como suporte financeiro recursos oriundos de operações de crédito, realizadas ou por realizar, e outras encontravam-se vinculadas a recursos de exercícios anteriores.

Com o objetivo de demonstrar a origem do resultado da gestão financeira, são desdobradas, a seguir, a receita e a despesa realizadas, de acôrdo com suas diferentes vinculações:

Receita realizada

a) Recursos ordinários		73.478.538.220,90
b) Operações de crédito:		
Emprestimo "II Plano de Obras":		
Apólices 1ª série	361.451.497,10	
Apólices 4ª série	105.919.000,00	
Apólices 6ª série	719.122.581,20	
Empréstimo "Programa Preliminar de Investimentos":		
Apólices 1ª série	1.778.899.000,00	
Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul	115.000.000,00	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A.	1.745.315.845,20	
Govêrno Federal	<u>1.100.000.000,00</u>	5.925.707.923,50
		<u>79.404.246.144,40</u>

Despesa realizada

a) Com cobertura em recursos ordinários		78.235.612.362,90
b) Com cobertura em operações de crédito:		
Empréstimo Lei nº 2.136, de 26/10/53	830.113,00	
Empréstimo II Plano de Obras:		
Apólices 1ª série	70.861.978,80	

2.4 - ANÁLISE DO RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

No primeiro capítulo da presente exposição, foi feita a análise do plano geral dos gastos para 1963 e dos recursos a eles vinculados, bem como a indicação do resultado presumível, que se traduzia no deficit financeiro de Cr\$ 25.478.968.048,90. O deficit apurado, todavia, foi de Cr\$ 11.256.542.414,60, quantia bem inferior ao resultado inicialmente previsto e que representa 44,18 % dêste.

Eis como se demonstra, sinteticamente, o resultado financeiro do exercício:

Despesa realizada	90.660.788.559,00
Receita realizada	79.404.246.144,40
Deficit financeiro	<u>11.256.542.414,60</u>

Conforme ficou demonstrado no mencionado capítulo inicial, a maior parte dos dispêndios autorizados tinha por cobertura recursos ordinários do exercício, ao passo que, da parcela restante, algumas despesas tinham como suporte financeiro recursos oriundos de operações de crédito, realizadas ou por realizar, e outras encontravam-se vinculadas a recursos de exercícios anteriores.

Com o objetivo de demonstrar a origem do resultado da gestão financeira, são desdobradas, a seguir, a receita e a despesa realizadas, de acôrdo com suas diferentes vinculações:

Receita realizada	
a) Recursos ordinários	73.478.538.220,90
b) Operações de crédito:	
Empréstimo "II Plano de Obras":	
Apólices 1ª série	361.451.497,10
Apólices 4ª série	105.919.000,00
Apólices 6ª série	719.122.581,20
Empréstimo "Programa Preliminar de Investimentos":	
Apólices 1ª série	1.778.899.000,00
Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul	115.000.000,00
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A.	1.745.315.845,20
Govêrno Federal	<u>1.100.000.000,00</u>
	<u>5.925.707.923,50</u>
	<u>79.404.246.144,40</u>
Despesa realizada	
a) Com cobertura em recursos ordinários	78.235.612.362,90
b) Com cobertura em operações de crédito:	
Empréstimo Lei nº 2.136, de 26/10/53	830.113,00
Empréstimo II Plano de Obras:	
Apólices 1ª série	70.861.978,80

Apólices 4ª série	76.599.198,40	
Apólices 6ª série	1.796.511.218,90	
Apólices 8ª série	1.510.301.808,40	
Banco do Brasil S. A.	24.176.385,70	
Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul	229.267.630,70	
Empréstimo Programa Pre- liminar:		
Apólices 1ª série	3.361.558.815,30	
Apólices 2ª série	1.463.075.278,80	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A.	120.000.000,00	
Governo Federal	<u>431.686.103,80</u>	9.084.868.531,80
c) Com cobertura em recursos de exercícios anteriores:		
Redução de dotações de 1959	13.144.448,70	
Maior arrecadação de 1959:		
Departamento da Loteria do Estado	5.187.000,00	
Redução de dotações de 1960	24.767.122,40	
Maior arrecadação de 1960:		
Taxa de Educação	236.065,20	
Taxa de Desenvolvimento Agropecuário	19.816,00	
Departamento da Loteria do Estado	14.115.000,00	
Redução de dotações de 1961	160.730.117,20	
Maior arrecadação de 1961:		
Taxa de Educação	7.106.910,00	
Taxa de Eletrificação e Co- municações	224.121.431,60	
Departamento da Loteria do Estado	13.155.000,00	
Outras fontes	5.178.546,40	
Redução de dotações de 1962	957.730.788,70	
Maior arrecadação de 1962:		
Taxa de Educação	54.724.231,10	
Taxa de Transportes	136.113.053,10	
Taxa de Eletrificação e Co- municações	594.163.355,10	
Taxa de Desenvolvimento Agropecuário	4.156.587,00	
Taxa de Cooperação e De- fesa da Orizicultura	41.066.768,30	
Fundo Rodoviário Nacional	490.000.000,00	
Outras fontes	<u>546.896.523,50</u>	3.292.612.764,30
d) Sem indicação de recursos		<u>47.694.900,00</u>
		<u>90.660.788.559,00</u>

Cotejando-se os recursos ordinários obtidos com a despesa realizada à conta dos mesmos, chega-se ao seguinte resultado:

Despesa realizada com cobertura em recursos ordinários:

 à conta do orçamento

58.832.871.413,20

à conta de créditos espe- ciais	19.402.740.949,70	
à conta de créditos extraor- dinários	<u>47.694.900,00</u>	78.283.307.262,90
Recursos ordinários obtidos		<u>73.478.538.220,90</u>
Deficit de recursos ordinários		<u>4.804.769.042,00</u>

Os recursos de operações de crédito com vinculação tam-
bém apresentam apreciável deficiência, como se demonstra:

Despesa realizada à conta de operações de crédi- to		9.084.868.531,80
Produto de operações de crédito vinculadas		<u>5.925.707.923,50</u>
Deficit do produto de operações de crédito		<u>3.159.160.608,30</u>

À conta das autorizações que tinham como suporte financei-
ro recursos de exercícios anteriores, foram realizadas despesas no mon-
tante de Cr\$ 3.292.612.764,30. Esta parcela traduz-se numa deficiência
financeira, uma vez que aqueles recursos foram realizados nos exercícios
a que correspondem.

Os elementos expostos revelam a origem do deficit finan-
ceiro do exercício, que assim se decompõe:

Deficit de recursos ordinários		4.804.769.042,00
Deficit do produto de operações de crédito		3.159.160.608,30
Despesa realizada à conta de recursos de exercí- cios anteriores		<u>3.292.612.764,30</u>
Deficit financeiro		<u>11.256.542.414,60</u>

Em consequência da execução orçamentária, os componen-
tes do patrimônio financeiro sofreram alterações. Essas variações são de-
monstradas, a seguir, através da conjugação dos elementos expostos na
análise das operações extra-orçamentárias:

a) nas disponibilidades:		
situação final		3.938.443.388,00
situação inicial		<u>3.343.210.940,60</u>
aumento de disponibilidades		<u>595.232.447,40</u>
b) no ativo realizável:		
formação de créditos		4.441.962.478,50
recebimento de créditos		<u>1.915.431.010,60</u>
aumento de créditos		<u>2.526.531.467,90</u>
c) na dívida flutuante:		
formação de dívidas		45.207.491.938,60
pagamento de dívidas		<u>30.829.185.608,70</u>
aumento de dívidas		<u>14.378.306.329,90</u>

A diferença entre as variações demonstradas é equivalente
ao resultado financeiro do exercício, como se vê:

Variações passivas:		
aumento de dívidas		14.378.306.329,90

3 - BALANÇO PATRIMONIAL

Através do Balanço Patrimonial é demonstrada, sinteticamente, a composição do patrimônio do Estado em 31 de dezembro de 1963, bem como a respectiva situação líquida.

Nessa peça, estruturada segundo o padrão estabelecido pelo Decreto-Lei Federal nº 2.416, de 17/7/1940, os elementos patrimoniais estão classificados em dois grandes grupos, o financeiro e o permanente.

No patrimônio financeiro, classificam-se as disponibilidades e os valores realizáveis, no ativo, e os débitos de tesouraria, a contrapartida de despesas não pagas e os depósitos de terceiros em moeda corrente, no passivo.

No patrimônio permanente, ordenam-se, no ativo, os bens de uso especial, os de renda, os valores inalienáveis e os créditos de lenta realização, e, no passivo, a dívida fundada.

Os valores ativos e passivos que compõem o patrimônio financeiro e a respectiva situação líquida assim se apresentam:

Passivo:

Restos a Pagar	12.057.623.415,80	
Depósitos	944.930.854,30	
Diversos	<u>14.983.137.321,00</u>	27.985.691.591,10

Ativo:

Disponível	3.938.443.388,00	
Realizável	<u>5.466.696.195,70</u>	<u>9.405.139.583,70</u>
		<u>18.580.552.007,40</u>

A situação líquida negativa do patrimônio financeiro agravou-se consideravelmente, em consequência do resultado financeiro da gestão orçamentária, apurado em 31 de dezembro de 1963, como se demonstra:

Passivo financeiro descoberto em 31/12/62	7.323.890.970,70	
Deficit financeiro de 1963	<u>11.256.542.414,60</u>	
		<u>18.580.433.385,30</u>
Mais: Insubsistências passivas		118.622,10
Passivo financeiro descoberto	<u>18.580.552.007,40</u>	

O patrimônio permanente, que também apresenta uma situação líquida negativa, assim se desdobra:

Ativo:

Bens móveis	6.466.487.994,10	
Bens imóveis	6.346.950.792,30	
Bens de natureza industrial	2.303.143.256,00	
Devedores por empréstimos	951.362.087,60	
BRDE, c/Fundo de Cooperação Financeira	848.601.940,00	
BRGS, c/Carteira de Crédito Agrícola	116.854.255,50	
Valôres ativos em liquidação	13.692.835,30	
Almoxarifados	772.027.429,70	
Créditos	<u>1.415.984.274,30</u>	19.235.104.864,80

Passivo:

Dívida fundada interna ...	20.886.627.398,70	
Dívida fundada externa ...	<u>5.720.422,20</u>	<u>20.892.347.820,90</u>

Passivo permanente descoberto 1.657.242.956,10

Conjugando-se o passivo financeiro descoberto e o passivo permanente descoberto, apura-se a situação líquida do patrimônio do Estado, como segue:

Passivo financeiro descoberto	18.580.552.007,40	
Passivo permanente descoberto	<u>1.657.242.956,10</u>	
Passivo descoberto	<u><u>20.237.794.963,50</u></u>	

Figuram, ainda, no Balanço Patrimonial, grupados nas denominadas contas de compensação, os bens, valôres, obrigações e situações que, embora não integrem o patrimônio do Estado, podem vir a afetá-lo, direta ou indiretamente. Essas contas assim se resumem:

Valôres em poder de terceiros	8.596.755.300,00	
Valôres de terceiros	162.617.316,60	
Valôres nominais emitidos	28.105.026.722,90	
Diversos	<u>19.317.519.138,00</u>	
	<u><u>56.181.918.477,50</u></u>	

3.0 - ATIVO DO ESTADO

Ativo financeiro

Atingem Cr\$ 9.405.139.583,70 os valores disponíveis e realizáveis que compõem o ativo financeiro.

Ao encerrar-se o exercício financeiro de 1963, êsses valores acusavam um acréscimo de Cr\$ 3.121.645.293,20 sobre o saldo apurado no exercício anterior, como se demonstra:

	1963	1962	aumento em 1963
Disponível..	3.938.443.388,00	3.343.210.940,60	595.232.447,40
Realizável..	5.466.696.195,70	2.940.283.349,90	2.526.412.845,80
	<u>9.405.139.583,70</u>	<u>6.283.494.290,50</u>	<u>3.121.645.293,20</u>

As disponibilidades de tesouraria estão assim classificadas:

Em caixa	187.292.318,80
Em bancos	2.749.353.652,50
Nas exatorias	1.001.708.010,00
Em moedas e metais	89.406,70
	<u>3.938.443.388,00</u>

Estão compreendidas no ativo realizável as seguintes contas:

Devedores Diversos	2.138.520.491,70
Suprimentos Autorizados	3.134.054.707,20
Prefeituras, c/Contribuições	40.896.576,40
Prefeituras, c/Devedoras ...	109.373.974,60
Diversos Responsáveis	12.225.658,90
Valôres do Estado	31.624.786,90
	<u>5.466.696.195,70</u>

É oportuno detalhar alguns aspectos referentes ao conteúdo e origem dêstes títulos, embora os inúmeros anexos que acompanham o Balanço os decomponham minuciosamente.

Na conta "Devedores Diversos", figuram com débitos mais significativos: Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., com Cr\$ 936.107.745,90, sendo Cr\$ 615.000.000,00 provenientes de depósitos feitos pelo Estado, como provisão para pagamento de empréstimos por antecipação da receita, Cr\$ 309.605.961,60 de entregas feitas para a formação do Capital da Carteira de Crédito Agrícola e Cr\$ 11.501.784,30 de depósitos feitos para o atendimento de empréstimos consolidados; devedores da Imprensa Oficial, principalmente repartições estaduais, com Cr\$ 601.544.155,90; Governo Federal, com Cr\$ 392.534.372,10, correspondentes ao saldo do Fundo Rodoviário Nacional de 1963; Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul, com Cr\$ 149.758.000,00, relativos ao depósito para desapropriação da Companhia Telefônica Nacional; Departamento da Loteria do Estado, com Cr\$ 24.940.445,30, referentes ao saldo da renda líquida do exercício de 1963.

Sob o título "Suprimentos Autorizados", estão compreendidos, entre outros, os débitos de diversas autarquias, provenientes de entregas feitas pelo Estado por conta de créditos especiais abertos, cujo pagamento não foi ainda requisitado ou que se acham na dependência de registro no Tribunal de Contas do Estado, destacando-se: o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, com Cr\$ 1.541.817.431,70; a Comissão Estadual de Energia Elétrica, com Cr\$ 849.174.848,40; e o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, com Cr\$ 414.916.295,60.

Merecem destaque ainda: Cr\$ 240.792.008,10 referentes a entregas feitas pelo Tesouro à Viação Férrea do Rio Grande do Sul, para o atendimento de encargos de responsabilidade do Estado e cuja liquidação se encontra na dependência de acerto de contas a ser efetuado, de acordo com a rescisão do contrato de arrendamento; Cr\$ 76.617.797,50 entregues ao Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, como adiantamento dos créditos dessa autarquia frente às repartições do Estado, decorrentes de fornecimento de carne; Cr\$ 10.000.000,00 entregues pelo Estado à Secretaria da Economia, destinados à compra de cebolas.

Em "Prefeituras, c/Contribuições", englobam-se os débitos de várias Prefeituras, originados de contribuições devidas ao Estado, sobressaindo os seguintes: Cr\$ 32.794.439,60 da Prefeitura de Pelotas, ... Cr\$ 3.582.238,50 da Prefeitura de Caxias do Sul, Cr\$ 2.985.197,70 da Prefeitura de Bagé, Cr\$ 1.126.357,80 da Prefeitura de São Leopoldo. O saldo de Cr\$ 408.342,80 distribui-se, de forma inexpressiva, por oito municípios.

Os débitos municipais de diversas origens reúnem-se sob o título "Prefeituras, c/Devedoras", citando-se os seguintes: Cr\$ 104.047.188,30, devidos pela Prefeitura de Pôrto Alegre, compreendendo Cr\$ 102.201.347,80, de taxa do Corpo de Bombeiros, e Cr\$ 1.845.840,50, de contribuições diversas; Cr\$ 2.744.669,10, pela Prefeitura de São Gabriel; Cr\$ 1.000.000,00, pela Prefeitura de Roca Sales.

Em "Diversos Responsáveis", figuram as responsabilidades de diversos funcionários, originadas de glosas impostas por pagamentos indevidos e receitas não arrecadadas.

Os títulos de renda, pertencentes ao Estado, encontram-se registrados na conta "Valôres do Estado", por seu valor nominal, distinguindo-se os seguintes, de Cr\$ 1.000,00 cada um: 14.687 ações do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A.; 12.310 ações da Cia. Brasileira do Cobre; 2.240 debêntures da Cia. Indústrias Gerais, Obras e Terras S.A.; 2.000 ações da Sociedade Materiais Pró-Casa Popular.

Ativo permanente

Neste grupo estão compreendidos os bens patrimoniais, os valôres gravados com a cláusula de inalienabilidade, os créditos de lenta realização e outras inversões. Esses bens estão contabilizados pelo valor Cr\$ 19.235.104.864,80, tendo havido um aumento de Cr\$ 5.642.342.080,80, em relação ao saldo existente em 31 de dezembro de 1962.

Com exceção da conta "Almoxarifados", que se refere aos materiais em depósitos, no montante de Cr\$ 772.027.429,70, sujeita a in

ventários analíticos e rigoroso controle físico e contábil, os demais bens físicos do patrimônio permanente - "Móveis e Utensílios", "Próprios do Estado" e "Bens de Natureza Industrial" - não possuem inventário completo.

No título "Valôres Inalienáveis", encontram-se as participações do Estado na constituição do capital de várias entidades. O acréscimo de Cr\$ 1.685.968.957,10, verificado no exercício de 1963 sobre o saldo existente em 31 de dezembro de 1962, origina-se de subscrições de aumentos de capital, de aumentos de capital decorrentes de reavaliação de valôres ativos e da inversão realizada pelo Estado em nova entidade, a "Açúcar Gaúcho S. A.", no montante de Cr\$ 500.000.000,00.

Contabilizados pelo seu valor nominal, reúnem-se nesta conta os seguintes títulos:

Ações do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A.	832.173.000,00
Ações da VARIG S. A.	126.000.000,00
Ações da Cia. Rio-Grandense de Telecomunicações	1.248.650.000,00
Ações da Açúcar Gaúcho S. A.	500.000.000,00
Ações da Petróleo Brasileiro S. A. -Petrobrás ...	287.729.400,00
Ações da Aços Finos Piratini S. A.	212.218.957,10
Quota de Capital do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	40.000.000,00
Ações da CAMPAL S. A.	24.440.000,00
	<u>3.271.211.357,10</u>

Agrupados sob o título "Diversos" do Balanço Patrimonial, encontram-se os créditos de lenta realização, a saber:

Dívida Ativa	1.364.359.512,50
Prefeituras, c/Empréstimo Externo 1927	339.956,60
Prefeituras, c/Empréstimo Conversão da Dívida Externa	2.413.003,30
Govêrno Federal, c/Responsabilidades Diversas ..	48.871.801,90
Devedores por Empréstimos	951.362.087,60
Banco do Estado do Rio Grande do Sul, c/Carteira de Crédito Agrícola	116.854.255,50
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, c/Fundo Cooperação Financeira	848.601.940,00
Valôres Ativos em Liquidação	13.692.835,30
	<u>3.346.495.392,70</u>

Os créditos inscritos sob o título "Dívida Ativa", no montante de Cr\$ 1.364.359.512,50, ultrapassaram o saldo de 1962, em Cr\$ 728.868.604,70.

Os débitos das Prefeituras, relativos à dívida fundada externa, vêm sendo resgatados lentamente, na proporção das remessas feitas pelo Tesouro Nacional aos agentes pagadores no exterior.

Na conta "Govêrno Federal, c/Responsabilidades Diversas", registram-se os débitos do Govêrno Federal, oriundos, em sua maior parte, de capital aplicado pelo Estado na Viação Férrea do Rio Grande do Sul, que deverá ser restituído em face do têrmo de rescisão do contrato de arrendamento.

Na conta "Devedores por Empréstimos", reúnem-se os seguintes débitos: Cr\$ 600.000.000,00 da Comissão Estadual de Energia Elétrica, resultantes do convênio com o B. N. D. E., firmado em 22/6/60; Cr\$ 200.000.000,00 da Prefeitura de Rio Grande; Cr\$ 148.760.859,40 do Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, incluídos no contrato de unificação e consolidação de dívidas que o Estado firmou com o Banco do Brasil S. A., em 11/8/60; Cr\$ 1.104.813,70 da Prefeitura de Pelotas, relativos ao empréstimo externo de 1911; Cr\$ 844.489,50 da VARIG S. A.; e Cr\$ 651.925,00 dos Serviços Telefônicos Retomados.

Sob o título "Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., c/ Carteira de Crédito Agrícola", figuram as inversões do Estado naquela carteira especializada.

No título "Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, c/Fundo de Cooperação Financeira", figuram as contribuições já feitas pelo Estado por força das disposições do § 1º do art. 5º do Decreto Legislativo nº 1.528, de 21/8/61, e cuja soma atinge Cr\$ 848.601.940,00.

Em "Valôres Ativos em Liquidação", registram-se os remanescentes do acervo do extinto Banco Pelotense, cuja liquidação vem sendo feita pelo Estado.

3.1 - DÍVIDAS DO ESTADO

As dívidas do Estado apresentavam, em 31 de dezembro de 1963, a seguinte composição:

Dívida Fundada Externa	5.720.422,20
Dívida Fundada Interna	20.886.627.398,70
Dívida Flutuante	27.985.691.591,10
	48.878.039.412,00

O saldo da dívida fundada externa, do montante de Cr\$ 5.720.422,20, equivale a US\$ 2.544.000,00 e a £ 119.800-00-00, convertidos às taxas de Cr\$ 1,83 para o dólar e Cr\$ 8,889 para a libra, de acordo com o que prescreve o Decreto-Lei Federal nº 2.416, de 17/7/1940. Porém, fazendo-se a conversão da dívida em moeda estrangeira ao câmbio vigente na época do Balanço, ou seja, Cr\$ 620,00 para o dólar e Cr\$ 1.736,992 para a libra, o saldo dos débitos com o exterior seria expresso pela cifra de Cr\$ 1.785.371.641,60.

O comportamento das dívidas do Estado, no último quinquênio, pode ser apreciado através dos números absolutos e relativos a seguir alinhados:

Dívida fundada externa

		Índice
1959	9.452.680,70	100
1960	8.146.077,90	86
1961	6.791.591,80	72
1962	6.509.796,40	69
1963	5.720.422,20	61

Dívida fundada interna

	Empréstimos			
	em apólices	contratados		
1959	512.270.000,00	2.048.021.254,30	2.560.291.254,30	100
1960	1.486.076.000,00	4.170.141.065,10	5.656.217.065,10	221
1961	1.473.183.500,00	9.458.874.561,10	10.932.058.061,10	427
1962	2.436.182.000,00	11.977.113.627,30	14.413.295.627,30	563
1963	4.543.674.500,00	16.342.952.898,70	20.886.627.398,70	816

Dívida flutuante

		Índice
1959	4.759.856.776,90	100
1960	5.800.880.476,00	122
1961	9.685.343.965,30	203
1962	13.607.385.261,20	286
1963	27.985.691.591,10	588

O exame dos números expostos revela que a dívida externa vem sendo regularmente amortizada, apesar da queda do ritmo ocorrida em 1962.

Tal fato resulta do resgate final, em 1961, dos títulos com-

preendidos no plano "B". As amortizações de 1962 em diante referem-se exclusivamente às apólices enquadradas no plano "A", cujo esquema de resgate é acentuadamente moroso.

A dívida fundada interna acusa, através de seus índices, um significativo aumento durante o último lustro, notando-se que, em 1961, foi de 93,3 %, em relação ao saldo do exercício imediatamente anterior. Nos anos subseqüentes, o ritmo de crescimento se mantém elevado, em virtude de terem sido contabilizados, como operações de crédito, os auxílios financeiros recebidos do Governo Federal e em consequência dos empréstimos realizados para a execução do II Plano de Obras e do Programa Preliminar de Investimentos.

Os índices da dívida flutuante revelam que o seu crescimento, pequeno em 1960, teve um significativo aumento no exercício seguinte e manteve o ritmo em 1962. Em 1963, todavia, sofreu um impacto vultoso, duplicando o saldo anterior.

Esse fato é explicado pela conjugação dos fatores que influenciam a elevação da dívida flutuante, a saber: o deficit financeiro, o aumento do ativo financeiro e as retificações do patrimônio financeiro.

Os números a seguir alinhados demonstram, em bilhões de cruzeiros, os acréscimos da dívida flutuante no último quinquênio e a influência daqueles fatores na sua formação, exceto as mencionadas retificações, que deixam de figurar no quadro abaixo, em virtude de estarem representadas por parcelas ínfimas.

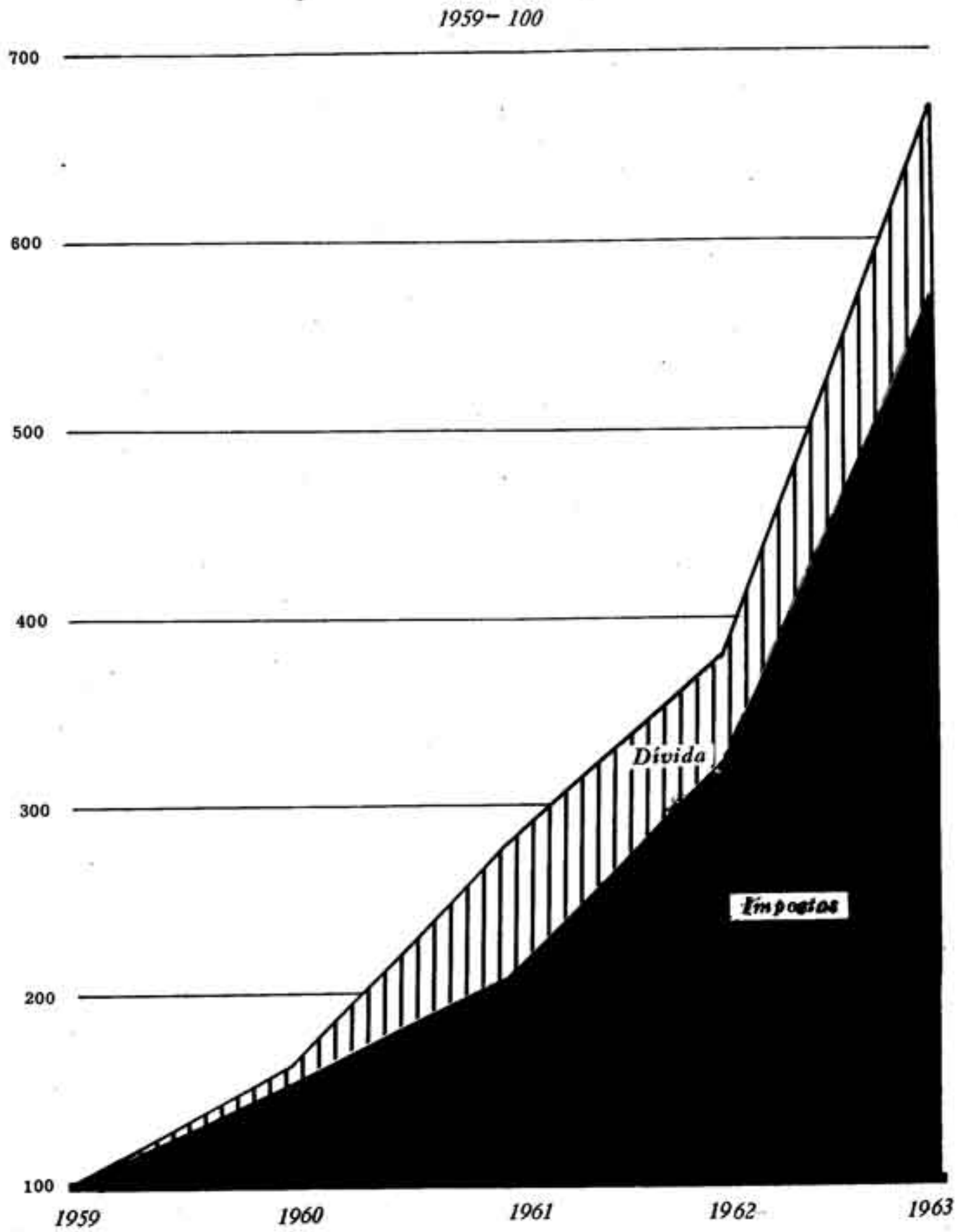
	<u>Dívida Flutuante</u>		<u>Ativo Financeiro</u>		<u>Deficit</u>
	Posição	Aumento no ano	Posição	Aumento no ano	
1959	4,8	-	1,4	-	-
1960	5,8	1,0	2,3	0,9	0,1
1961	9,7	3,9	4,7	2,4	1,5
1962	13,6	3,9	6,2	1,5	2,4
1963	27,9	14,3	9,4	3,1	11,2

Constituindo-se os impostos na principal fonte de recursos com que conta o Estado para a cobertura das despesas, demonstra-se abaixo, comparativamente, em números absolutos e relativos, o crescimento que vêm apresentando a receita de impostos e a dívida pública, nos últimos cinco anos.

	Impostos	Índice	Dívida pública	Índice
1959	7.628.541.565,40	100	7.329.600.711,90	100
1960	11.516.816.544,50	151	11.465.243.619,00	156
1961	15.647.691.465,60	205	20.624.193.618,20	281
1962	24.282.185.439,00	318	28.027.190.684,90	382
1963	42.516.374.878,10	557	48.878.039.412,00	667

Os dados expostos revelam que a dívida pública acusa um ritmo de elevação bem mais acentuado que o dos impostos. A sua evolução é representada no gráfico que figura a seguir.

ÍNDICES DA DÍVIDA PÚBLICA E DA RECEITA DE IMPOSTOS



Excluído o pagamento de despesas de exercícios anteriores, os encargos anuais da dívida pública atingiram, no último lustro, as cifras e os índices abaixo alinhados:

		Índice
1959	450.716.130,40	100
1960	495.737.240,80	110
1961	1.529.339.400,90	339
1962	1.731.415.109,30	384
1963	2.582.592.175,60	573

Nesse quinquênio, os gastos dessa espécie absorveram as seguintes percentagens da receita de impostos:

1959	5,90 %
1960	4,30 %
1961	9,77 %
1962	7,13 %
1963	6,07 %

DÍVIDA FUNDADA EXTERNA

Em 31 de dezembro de 1963, os títulos da dívida externa que se encontravam em circulação correspondiam a 5,41 % das emissões iniciais dos empréstimos em dólares e a 19,96 % da emissão inicial do empréstimo em libras, tal como se vê dos valores abaixo indicados:

Empréstimo em dólares	US\$	Cr\$
Emissão	47.000.000,00	86.010.000,00
Amortização	44.456.000,00	81.354.480,00
Em circulação	<u>2.544.000,00</u>	<u>4.655.520,00</u>
Empréstimo em libras	£	Cr\$
Emissão	600.000-00-00	5.333.400,00
Amortização	480.200-00-00	4.268.497,80
Em circulação	<u>119.800-00-00</u>	<u>1.064.902,20</u>

Tendo sido totalmente resgatados os títulos classificados no plano "B", encontram-se em circulação, exclusivamente, os pertencentes ao plano "A".

As amortizações efetuadas em 1963 são indicadas, a seguir, em moeda estrangeira e nacional. As quantias expressas em moeda nacional resultam da conversão às taxas da paridade histórica.

Empréstimos em dólares	US\$	Cr\$
Empréstimo externo 1921	96.000,00	175.680,00
Empréstimo externo 1926	104.500,00	191.235,00
Empréstimo externo 1927	26.000,00	47.580,00
Empréstimo externo 1928	193.000,00	353.190,00
	<u>419.500,00</u>	<u>767.685,00</u>

	£	Cr\$
Empréstimo em libras		
Empréstimo Prefeitura de Pelotas		
1911	2.440-00-00	21.689,20
		<u>789.374,20</u>

O serviço de amortização, juros e encargos da dívida externa atingiu a quantia de Cr\$ 157.065.593,60, de que Cr\$ 151.745.200,00 se referem aos empréstimos em dólares e Cr\$ 5.320.393,60, ao empréstimo em libras.

DÍVIDA FUNDADA INTERNA

Ao término do exercício financeiro de 1963, a dívida fundada interna somava Cr\$ 20.886.627.398,70 e apresentava, segundo os credores, o seguinte desdobramento:

Portadores de apólices	4.543.674.500,00
Govêrno Federal	7.925.646.316,00
Banco do Brasil S. A.	3.069.744.752,30
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A.	3.685.268.077,20
Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul	1.007.772.966,60
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico	600.000.000,00
Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro	54.520.786,60
	<u>20.886.627.398,70</u>

A dívida fundada interna, que ao início do exercício acusava o montante de Cr\$ 14.413.295.627,30, sofreu, no decurso do período, um aumento líquido de Cr\$ 6.473.331.771,40, ou seja, aproximadamente 45 % do saldo inicial. Este incremento resulta da diferença entre acréscimos e resgates, equivalentes a Cr\$ 7.695.020.128,10 e Cr\$ 1.221.688.356,70, respectivamente.

As operações de crédito e os resgates, realizados em 1963, assim se discriminam:

Apólices lançadas em circulação:

Empréstimo "II Plano de Obras do Estado - 1ª Série" - Decreto 10.716, de 27/8/59 (incluídos Cr\$ 13.586.502,90 de deságio, por lançamentos abaixo do par)	375.038.000,00
Empréstimo "II Plano de Obras do Estado - 4ª Série" - Decreto 12.465, de 30/6/61	105.919.000,00
Empréstimo "II Plano de Obras do Estado - 6ª Série" - Decreto 13.368, de 6/4/62 (incluídos Cr\$ 1.229.418,80 de deságio, por lançamentos abaixo do par)	720.352.000,00
Empréstimo "Programa Preliminar de Investimentos - 1ª série" - Decreto 15.043, de	

29/3/63	<u>1.778.899.000,00</u>	2.980.208.000,00
<u>Recebimento de empréstimos contratados:</u>		
Empréstimo Saneamento, contratado com a Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul (Lei nº 3.601, de 1/12/58)	115.000.000,00	
Empréstimo de 1 bilhão de cruzeiros, contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A. (Lei nº 4.387, de 6/12/62).....	999.812.128,10	
Empréstimo Consolidação e Unificação de Dívidas, contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A. (Lei nº 4.387, de 6/12/62)	745.503.717,10	
Empréstimo Governo Federal (Lei Federal nº 3.337, de 12/12/57:		
Lei Estadual nº 3.601, de 1/12/58	100.000.000,00	
Lei Estadual nº 4.387, de 6/12/62	<u>1.000.000.000,00</u>	2.960.315.845,20
<u>Consolidação de dívidas com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A.:</u>		
Consolidação de saldos de empréstimos recebidos por antecipação da receita (Lei nº 4.654, de 19/12/63)	1.041.792.485,60	
Consolidação de juros, taxas e comissões, nos termos da Lei nº 4.654, de 19/12/63 ..	<u>343.632.039,70</u>	1.385.424.525,30
<u>Assunção de dívidas:</u>		
Assunção dos débitos do Departamento Estadual de Abastecimento de Leite com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., nos termos da Lei nº 4.654, de 19/12/63	63.373.611,00	
Assunção dos débitos do Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, nos termos da Lei nº 4.654, de 19/12/63	<u>305.698.146,60</u>	369.071.757,60
Aumento da dívida		<u>7.695.020.128,10</u>
<u>Resgate de apólices ao portador:</u>		
Empréstimo Debêntures da		

Escola de Engenharia (385 de b \bar{e} ntures de Cr\$ 500,00, cada uma)	192.500,00	
Empr \bar{e} stimo Encamp \bar{a} o do Banco Pelotense (8.882 ap \bar{o} lices de Cr\$ 500,00, cada uma)	4.441.000,00	
Empr \bar{e} stimo Saneamento (500 ap \bar{o} lices de Cr\$ 1.000,00, cada uma)	500.000,00	
Empr \bar{e} stimo "Eletrifica \bar{c} o" - 2 \bar{a} Emiss \bar{a} o" - (759 ap \bar{o} lices de Cr\$ 1.000,00, cada uma)	759.000,00	
Empr \bar{e} stimo Obras e Investimentos (6.444 ap \bar{o} lices de .. Cr\$ 1.000,00, cada uma) ..	6.444.000,00	
Empr \bar{e} stimo "II Plano de Obras do Estado - 1 \bar{a} S \bar{e} rie" - Decreto 10.716, de 27/8/59 (825.931 ap \bar{o} lices de .. Cr\$ 1.000,00, cada uma) ..	825.931.000,00	
Empr \bar{e} stimo "II Plano de Obras do Estado - 4 \bar{a} S \bar{e} rie" - Decreto 12.465, de 30/6/61 (34.448 ap \bar{o} lices de .. Cr\$ 1.000,00, cada uma) ..	<u>34.448.000,00</u>	872.715.500,00

Resgate de empr \bar{e} stimos contratados:

Caixa Econ \bar{o} mica Federal do Rio de Janeiro:		
Empr \bar{e} stimo Saneamento ..	1.556.787,60	
Empr \bar{e} stimo de 50 milh \bar{o} es.	8.660.816,80	
Caixa Econ \bar{o} mica Federal do Rio Grande do Sul:		
Empr \bar{e} stimo Unifica \bar{c} o e Consolida \bar{c} o de D \bar{i} v \bar{i} das ...	42.871.394,80	
Empr \bar{e} stimo Saneamento ..	5.295.278,70	
Empr \bar{e} stimo Hipotec \bar{a} rio ..	966.096,20	
Banco do Brasil S. A.		
Empr \bar{e} stimo Unifica \bar{c} o e Consolida \bar{c} o de D \bar{i} v \bar{i} das ...	288.687.842,40	
Gov \bar{e} rno Federal:		
Empr \bar{e} stimo Convers \bar{a} o da D \bar{i} v \bar{i} da Externa em d \bar{o} lares.	904.016,80	
Empr \bar{e} stimo Convers \bar{a} o da D \bar{i} v \bar{i} da Externa em libras ..	<u>30.623,40</u>	<u>348.972.856,70</u>
Redu \bar{c} o da d \bar{i} v \bar{i} da		<u>1.221.688.356,70</u>

tizado: O incremento da d \bar{i} v \bar{i} da fundada interna pode ser assim sinte

Empr \bar{e} stimos contratados

Recebidos	2.960.315.845,20	
Resgates	<u>348.972.856,70</u>	2.611.342.988,50

Apólices

Emitidas	2.980.208.000,00	
Resgatadas	<u>872.715.500,00</u>	2.107.492.500,00
Consolidação de dívidas		1.385.424.525,30
Assunção de dívidas		<u>369.071.757,60</u>
Aumento líquido		<u><u>6.473.331.771,40</u></u>

No exercício de 1963, foram contratadas duas operações com o Banco do Estado, totalizando Cr\$ 1.745.530.717,10, e outra com o Governo Federal do valor de um bilhão de cruzeiros, tôdas com base na autorização contida na Lei nº 4.387, de 6/12/62, que aprovou o Programa Preliminar de Investimentos. Os recebimentos decorrem de operações ajustadas anteriormente.

As apólices lançadas em circulação relacionam-se tôdas com o II Plano de Obras e com o Programa Preliminar de Investimentos.

Em 31 de dezembro de 1963, as apólices, em circulação, do II Plano de Obras e do Programa Preliminar de Investimentos, segundo as séries e respectivos vencimentos, assim se distribuía:

II Plano de Obras

1ª Série

Ano	Mês		
1964	abril	549.792.000,00	
	outubro	377.954.000,00	
1965	abril	192.752.000,00	
	outubro	147.083.000,00	
1966	abril	35.489.000,00	
	outubro	36.248.000,00	
1967	abril	15.506.000,00	
	outubro	15.050.000,00	
1968	abril	6.149.000,00	
	outubro	14.354.000,00	
1969	abril	2.617.000,00	
	outubro	14.671.000,00	
1970	outubro	<u>5.000.000,00</u>	1.412.665.000,00

4ª Série

Ano	Mês		
1964	março	35.580.000,00	
	setembro	75.652.000,00	
1965	março	31.781.000,00	
	setembro	14.390.000,00	
1966	março	13.640.000,00	
	setembro	3.440.000,00	
1967	março	3.432.000,00	
	setembro	3.350.000,00	
1968	março	<u>125.000,00</u>	181.390.000,00

6ª Série

Ano	Mês		
1964	março	296.234.000,00	
	setembro	249.150.000,00	
1965	março	143.038.000,00	
	setembro	118.379.000,00	
1966	março	81.210.000,00	
	setembro	27.521.000,00	
1967	março	23.218.000,00	
	setembro	18.564.000,00	
1968	março	16.857.000,00	
	setembro	13.512.000,00	
			987.683.000,00
			<u>2.581.738.000,00</u>

Programa Preliminar de Investimentos

1ª Série

Ano	Mês		
1964	setembro	144.498.000,00	
1965	março	300.563.000,00	
	setembro	245.034.000,00	
1966	março	239.197.000,00	
	setembro	215.085.000,00	
1967	março	152.093.000,00	
	setembro	154.051.000,00	
1968	março	120.235.000,00	
	setembro	84.012.000,00	
1969	março	38.548.000,00	
	setembro	31.979.000,00	
1970	março	14.580.000,00	
	setembro	16.324.000,00	
1971	março	3.330.000,00	
	setembro	3.370.000,00	
1972	março	2.000.000,00	
	setembro	2.000.000,00	
1973	março	2.000.000,00	
	setembro	2.000.000,00	
1974	março	2.000.000,00	
	setembro	2.000.000,00	
1975	março	2.000.000,00	
	setembro	2.000.000,00	
			<u>1.778.899.000,00</u>

Da quantia considerada como resgate de empréstimos contratados, grande parte encontra-se contabilizada em "Serviço da Dívida Interna", em virtude de não haver sido paga.

No que respeita às apólices da dívida pública, houve rigorosa pontualidade no atendimento do resgate e dos juros. As amortizações efetuadas no ano findo correspondem a mais de um terço do valor dos títulos que se encontravam em circulação no início do período em exame.

Para maior comodidade dos portadores, os serviços de amortização e juros vêm sendo feitos com a prestimosa colaboração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, através de sua extensa rede de agências.

DÍVIDA FLUTUANTE

A dívida flutuante do Estado, existente ao término do ano de 1963, no montante de Cr\$ 27.985.691.591,10, assim se distribui:

Restos a Pagar	12.057.623.415,80
Depósitos	944.930.854,30
Letras do Tesouro	3.474.260.900,00
Credores Diversos	2.333.852.053,40
Serviço da Dívida Externa	510.081.479,00
Serviço da Dívida Interna	1.740.645.840,50
Cheques a Pagar	584.904.153,20
Contribuições para Autarquias	6.203.312.646,00
Prefeituras, c/Contribuições do Estado	109.399.791,00
Outras contas	26.680.457,90
	<u>27.985.691.591,10</u>

A dívida flutuante do Estado sofreu uma considerável elevação no ano fiscal de 1963. O seu saldo que, em 31/12/62, era de Cr\$ 13.607.385.261,20 passou para Cr\$ 27.985.691.591,10, verificando-se um aumento de Cr\$ 14.378.306.329,90. São responsáveis por este fato o deficit financeiro, o aumento de Cr\$ 3.121.645.293,20 no ativo financeiro, compreendendo disponibilidades e créditos, e as variações extragestão, de que foi passível o patrimônio financeiro, do valor líquido de Cr\$ 118.622,10.

O aumento da dívida flutuante pode ser também assim demonstrado:

Formação de dívidas	45.207.491.938,60
Menos: pagamento de dívidas	30.829.185.608,70
	<u>14.378.306.329,90</u>

A seguir é feito um breve exame das contas que compõem a dívida flutuante.

Restos a Pagar - Dos Cr\$ 12.057.623.415,80 registrados sob este título, Cr\$ 1.408.327.718,00 referem-se a exercícios anteriores e Cr\$ 10.649.295.697,80, a resíduos apurados em 1963, compreendendo:

Contas a Pagar	2.858.652.719,20
Vencimentos a Pagar	4.976.295.434,90
Fôlhas a Pagar	772.758.511,10
Empenhos a Liquidar	2.041.589.032,60
	<u>10.649.295.697,80</u>

A parcela referente aos empenhos a liquidar representa com promissos pendentes de comprovação de direitos creditórios, ultimação de fornecimentos ou prestação de serviços. As parcelas correspondentes a vencimentos e fôlhas a pagar dizem respeito, em sua quase totalidade, a vantagens do mês de dezembro e parte de novembro, não atendidas no exercício.

Depósitos - Figuram sob este título depósitos especificados, no montante de Cr\$ 79.939.003,40, e depósitos de diversas origens, do

valor de Cr\$ 864.991.850,90.

A discriminação do primeiro grupo, feita a seguir, dispensa maiores explicações sobre sua origem e conteúdo:

Depósitos de Responsáveis	180.808,30
Depósitos Públicos e Judiciais	3.919.971,10
Cauções	5.804.965,90
Retenções	20.717.927,90
Depósitos de Autarquias	49.315.330,20
	<u>79.939.003,40</u>

Os depósitos de diversas origens atingem o saldo de Cr\$ 864.991.850,90, em decorrência das inúmeras contas analíticas aí agrupadas, compreendendo consignações a favor de várias instituições e outros recolhimentos. Entre estas receitas extra-orçamentárias merecem destaque as seguintes parcelas: Cr\$ 445.176.791,10 do Instituto de Previdência do Estado, sendo Cr\$ 400.122.757,00 provenientes de consignações em folha e Cr\$ 45.054.034,10 decorrentes da Lei nº 3896/59; Cr\$ 128.254.347,10 de diferenças de vantagens decorrentes da Lei nº 4467/62; Cr\$ 75.735.267,80 do Governo Federal, sendo Cr\$ 62.660.664,90 do empréstimo compulsório e Cr\$ 13.074.602,90 de auxílio às vítimas da cidade de Rio Grande; Cr\$ 49.756.538,30 da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul, relativa a consignações; Cr\$ 30.476.711,20 do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos; Cr\$ 16.747.076,80 de Comissão da Dívida Ativa; Cr\$ 9.178.789,10 da Cia. Previdência do Sul, referente a prêmios de seguros; Cr\$ 8.154.513,20 da Petróleo Brasileiro S. A., c/ Ação de Imissão de Posse; Cr\$ 5.648.625,70 de Receita a Restituir; Cr\$ 5.874.989,10 de vencimentos não reclamados; Cr\$ 5.286.512,20 de tributos diversos. O saldo distribui-se por outras contas de menor significação.

Letras do Tesouro - Ao término do exercício de 1963, o saldo das letras do Tesouro em circulação somava Cr\$ 3.474.260.900,00, acusando o aumento de Cr\$ 1.316.829.700,00 sobre o saldo apurado no ano anterior.

Esse aumento líquido decorre do lançamento em circulação de letras no valor de Cr\$ 6.421.929.150,00 e de resgates na quantia de Cr\$ 5.105.099.450,00, de que Cr\$ 2.948.510.700,00 correspondem a títulos subscritos em 1963.

Excluída a parcela de Cr\$ 281.000,00, que se refere a letras tomadas em 1958 e ainda não apresentadas para resgate, os valores em circulação correspondem à emissão autorizada pela Lei nº 3.785, de 30/7/59, alterada pelas de nºs 3.906 e 4.552, de 6/2/60 e 16/9/63, respectivamente, e, segundo os vencimentos, assim se discriminam:

Já vencidas e não apresentadas:

Em 1959	45.450,00	
Em 1960	203.250,00	
Em 1961	156.550,00	
Em 1962	156.200,00	
Em 1963	<u>130.596.350,00</u>	131.157.800,00

Vencíveis em 1964:

Em janeiro	396.872.450,00	
Em fevereiro	493.196.200,00	
Em março	498.093.600,00	
Em abril	359.845.450,00	
Em maio	105.353.300,00	
Em junho	352.454.700,00	
Em julho	381.297.850,00	
Em agosto	281.994.250,00	
Em setembro	198.737.900,00	
Em outubro	19.337.500,00	
Em novembro	154.152.300,00	
Em dezembro	101.486.600,00	3.342.822.100,00
		<u>3.473.979.900,00</u>

Credores Diversos - Ao término do exercício, esta conta apresentava o saldo de Cr\$ 2.333.852.053,40. Dentre as obrigações contabilizadas sob este título, destacam-se as seguintes: com a Cia. Rio-Grandense de Telecomunicações, do valor de Cr\$ 1.012.355.034,50, referente à parcela do capital subscrito pelo Estado, a integralizar; com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., do total de Cr\$ 607.317.457,70, sendo Cr\$ 512.666.666,70 relativos aos saldos de empréstimos por antecipação da receita, Cr\$ 88.649.791,00 destinados ao fundo da Carteira de Crédito Agrícola, Cr\$ 6.000.000,00 provenientes de suprimentos e Cr\$ 1.000,00 de aumento de capital; com a Viação Férrea do Rio Grande do Sul, somando Cr\$ 123.044.580,90, relativa ao passivo assumido pelo Estado, nos termos da Lei nº 2.405, de 13/8/54, compreendendo Cr\$ 60.700.698,20 referentes ao Fundo Único de Previdência Social, cuja consolidação foi autorizada no Decreto Federal nº 44.196, de 29/7/58; com a Açúcar Gaúcho S. A., da importância de Cr\$ 370.000.000,00, correspondente à parcela do capital subscrito pelo Estado, por integralizar; com o Banco da Província do Rio Grande do Sul S. A., do total de Cr\$ 86.394.506,10, referente a empréstimo por antecipação da receita; com o Banco Nacional do Comércio S. A., da quantia de Cr\$ 62.004.188,00, proveniente de empréstimo por antecipação da receita; com o Banco Industrial e Comercial do Sul S. A., do valor de Cr\$ 52.931.133,00, relativa a empréstimo por antecipação da receita; com o Banco Francês e Brasileiro S. A., da importância de Cr\$ 7.225.920,00, correspondente a empréstimo por antecipação da receita; e com a Aços Finos Piratini S. A., no montante de Cr\$ 10.067.000,00, referente à parte do capital subscrito pelo Estado, ainda não integralizado.

Serviço da Dívida Externa - Nesta conta estão reunidos com promissos no valor de Cr\$ 510.081.479,00, relativos à amortização, juros e despesas diversas da dívida fundada externa. Nessa quantia estão compreendidos débitos relativos aos exercícios de 1957 a 1963, inclusive. Importa assinalar que a quantia em questão é devida ao Governo da União que, nos termos do Decreto Federal nº 6.019, de 23/11/43, efetua o pagamento do serviço da dívida externa.

Serviço da Dívida Interna - Consta deste título os compromissos do Estado, no montante de Cr\$ 1.740.645.840,50, relativos a juros, amortizações e outros encargos pertinentes aos empréstimos internos, que assim se discriminam: Cr\$ 88.903.557,70 devidos à Caixa Eco-

nômica Federal do Rio Grande do Sul, de que Cr\$ 122.520,00 correspondem a uma mensalidade do Empréstimo Hipotecário, Cr\$ 18.065.376,70 a juros do Empréstimo Saneamento de Municípios do Interior, vencidos em vários exercícios, cuja liquidação depende de ajuste a ser firmado entre a Caixa Econômica e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, Cr\$ 50.499.153,00 às mensalidades de agosto a dezembro de 1963 do Empréstimo Unificação e Consolidação de Dívidas e Cr\$ 20.216.508,00 às amortizações e juros, vencidos em 1963, do Empréstimo Saneamento; ... Cr\$ 8.019.751,00 creditados à Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, relativos às semestralidades vencidas do Empréstimo Saneamento, compreendendo Cr\$ 2.018,20 de resíduo da segunda semestralidade de 1961 e Cr\$ 8.017.732,80 das semestralidades de 1962 e 1963; Cr\$ 26.563.336,00 de créditos do Governo Federal, de que Cr\$ 12.947.533,00 se referem à amortização de 1957 e 1958 do Empréstimo Consolidação do Serviço da Dívida Externa sem juros, Cr\$ 3.297.363,00 às amortizações e juros de 1958 do Empréstimo Consolidação do Serviço da Dívida Externa com juros, Cr\$ 9.967.740,00 às amortizações e juros pertinentes aos anos de 1958 a 1962, inclusive, do Empréstimo Interno de Conversão em dólares e Cr\$ 350.700,00 às amortizações e juros referentes a 1958 a 1962, inclusive, do Empréstimo Interno de Conversão em libras; Cr\$ 1.449.621.168,00 de débitos com o Banco do Brasil S. A., relativos ao Empréstimo Unificação e Consolidação de Dívidas, sendo Cr\$ 74.723.607,80 do saldo de amortizações e juros de novembro e dezembro de 1961, Cr\$ 647.974.887,20 do serviço de 1962 e Cr\$ 726.922.673,00 da totalidade do serviço de 1963; Cr\$ 24.521.598,10 devidos ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., referentes aos juros do Empréstimo de um bilhão de cruzeiros, vencidos em 1963; e, finalmente, Cr\$ 143.016.429,70, que se referem às apólices chamadas a resgate e cupons de juros vencidos em diversos anos, importâncias que se acham à disposição dos respectivos portadores.

Cheques a Pagar - O saldo de Cr\$ 584.904.153,20 representa o valor dos cheques de pagamento de vantagens de pessoal, emitidos pelo Tesouro e existentes em carteira. Em sua maior parte, correspondem a vantagens do mês de novembro e dezembro.

Contribuições para Autarquias - O montante de Cr\$ 6.203.312.646,00, acusado por esta conta, representa o valor das contribuições concedidas às autarquias em vários exercícios, assim distribuídas: Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, Cr\$ 1.355.216.630,10; Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, Cr\$ 2.178.737.146,00; Comissão Estadual de Energia Elétrica, Cr\$ 1.245.198.845,40; Instituto de Previdência do Estado, Cr\$ 607.626.717,10; Instituto Rio-Grandense do Arroz, Cr\$ 49.691.768,30; Comissão Estadual de Silos e Armazéns, Cr\$ 270.320.926,40; Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, Cr\$ 69.422.200,00; Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul, Cr\$ 171.251.003,40; Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, Cr\$ 132.272.000,00; Departamento Autônomo de Carvão Mineral, Cr\$ 5.815.667,10; Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Cr\$ 103.721.000,00; Viação Férrea do Rio Grande do Sul, .. Cr\$ 11.038.742,20; Departamento Estadual de Abastecimento de Leite, .. Cr\$ 3.000.000,00.

Prefeituras, c/Contribuições do Estado - O saldo das quotas de retorno devidas às Prefeituras reúnem-se sob este título, no mon-

tante de Cr\$ 109.399.791,00. Este total refere-se, exclusivamente, ao sal
do das contribuições de 1963.

Diversos - As demais contas inscritas no passivo financei-
ro, cuja soma atinge Cr\$ 26.680.457,90, referem-se aos seguintes débi-
tos do Estado: Cr\$ 10.969.981,80 do impôsto territorial, devidos às Pre-
feituras; Cr\$ 15.370.157,50 relativos ao Fundo de Estoque de Material a
cargo da Comissão Estadual de Compras bem como aos empenhos à conta
do mesmo; Cr\$ 233.678,70 referentes ao impôsto de indústria e profis-
sões, devidos às Prefeituras; e Cr\$ 106.639,90 de juros da dívida flutuan
te.

4 - DEMONSTRAÇÃO DA CONTA PATRIMONIAL

O exercício de 1963 foi encerrado com o deficit econômico da ordem de Cr\$ 12.086.861.353,10, que resulta do confronto das variações positivas e negativas de que foi passível o patrimônio no mesmo período, como segue:

Variações passivas	100.929.347.047,00
Variações ativas	<u>88.842.485.693,90</u>
Deficit verificado	<u><u>12.086.861.353,10</u></u>

Essas variações podem ser decompostas de acôrdo com a sua proveniência, isto é, segundo decorram ou não da execução orçamentária.

Resultam da execução orçamentária as de maior vulto e assim se desdobram:

a) Positivas:

Receita orçamentária		79.404.246.144,40
Menos: Mutações patrimoniais da receita:		
Cobrança da dívida ativa ..	499.767.252,60	
Alienação de imóveis	51.214.735,30	
Operações de crédito:		
Produto de empréstimos ..	7.311.132.448,80	
Recebimento de créditos <u>di</u>		
<u>versos</u>	<u>157.038,00</u>	<u>7.862.271.474,70</u>
Receita efetiva		<u><u>71.541.974.669,70</u></u>

b) Negativas:

Despesa orçamentária		90.660.788.559,00
Menos: Mutações patrimoniais da despesa:		
Construção e aquisição de		
imóveis	1.275.263.625,30	
Aquisição de bens móveis	2.209.088.125,80	
Construção e aquisição de		
bens de natureza indus-		
trial	168.243.048,20	
Formação de créditos	748.792.925,00	
Amortização de dívidas ..	<u>1.222.477.730,90</u>	<u>5.623.865.455,20</u>
Despesa efetiva		<u><u>85.036.923.103,80</u></u>

O confronto dos dados expostos revela o resultado econômico da gestão financeira, que assim se expressa:

Despesa efetiva	85.036.923.103,80
Receita efetiva	<u>71.541.974.669,70</u>
Deficit econômico da gestão financeira	<u>13.494.948.434,10</u>

Para a apuração desse resultado, as contribuições às autarquias, inclusive as que se destinaram a investimentos, foram consideradas como despesa efetiva, face a disposições legais em vigor. Essas inversões figurarão nos Balanços daquelas entidades.

As variações que se originam de fatos alheios à execução orçamentária têm o seguinte desdobramento:

a) Variações positivas:

No patrimônio permanente:

Inscrição da dívida ativa	1.228.635.857,30	
Obras novas (Serviço de Saneamento)	75.245.960,10	
Incorporação de bens recebidos em doação	1.705.000,00	
Incorporação de bens móveis	15.229.690,60	

Inscrição de créditos:

No patrimônio financeiro:

Diversos responsáveis		245,00
-----------------------------	--	--------

No patrimônio permanente:

Valôres ativos em liquidação	1.294.123,10	
Valôres inalienáveis	136.958.957,10	
Prefeituras, c/Empréstimo Conversão da Dívida Externa	<u>127.025,00</u>	138.380.105,20
Entradas de almoxarifados		<u>2.355.177.236,10</u>
		<u>3.814.374.094,30</u>

b) Variações negativas:

No patrimônio financeiro:

Cancelamento de créditos		118.867,10
--------------------------------	--	------------

No patrimônio permanente:

Inscrição de dívidas passivas	383.887.679,30	
Saídas de almoxarifados ..	<u>2.022.280.466,90</u>	<u>2.406.168.146,20</u>
		<u>2.406.287.013,30</u>

Cotejando-se essas variações, apura-se o seguinte superavit parcial:

Variações ativas extra-orçamentárias	3.814.374.094,30
Variações passivas extra-orçamentárias	<u>2.406.287.013,30</u>
Superavit econômico extra-orçamentário	<u>1.408.087.081,00</u>

Conjugando os resultados parciais apresentados, chega-se ao resultado econômico final do exercício, indicado na demonstração da conta patrimonial, como segue:

Deficit econômico da gestão orçamentária	13.494.948.434,10
Menos: Superavit econômico extra-orçamentário	<u>1.408.087.081,00</u>
Deficit econômico do exercício	<u>12.086.861.353,10</u>

Em consequência desse resultado negativo, o descoberto patrimonial existente em 31 de dezembro de 1962 sofreu igual aumento, como se demonstra:

Passivo descoberto em 31/12/1962	8.150.933.610,40
Deficit econômico de 1963	<u>12.086.861.353,10</u>
Passivo descoberto em 31/12/1963	<u>20.237.794.963,50</u>

5 - APURAÇÃO DO DESCOBERTO FINANCEIRO EM 31/12/1963

O descoberto financeiro, acumulado em 31 de dezembro do ano findo, atingiu o montante de Cr\$ 23.676.015.642,20. Em relação às deficiências existentes no início do exercício financeiro, verificou-se um aumento da ordem de Cr\$ 10.508.328.976,10.

As deficiências financeiras acumuladas correspondem ao excesso do passivo financeiro - real e potencial - sobre o ativo financeiro - real e potencial.

O ativo e o passivo financeiros constam do Balanço Patrimonial.

Como ativo financeiro potencial compreendem-se as operações de crédito autorizadas e vinculadas a créditos especiais abertos, ainda não realizadas total ou parcialmente.

O passivo financeiro potencial constitui-se pelos créditos especiais transferidos para o exercício seguinte e pelas parcelas de empréstimos recebidas, que não foram utilizadas na cobertura de créditos especiais autorizados.

Os elementos potenciais que constituem o ativo somam Cr\$ 18.478.143.064,50 e assim se discriminam:

I - Empréstimo em apólices "II Plano de Obras do Estado - 1ª série" (Lei 3.601, de 1/12/58, e Decreto 10.716, de 27/8/59).

a) Créditos abertos:

Em 1959 (v. fls. 34 e 35 do Balanço de 1959).	759.000.220,00	
Em 1960 (v. fls. 37 a 39 do Balanço de 1960).	1.274.438.394,00	
Em 1961 (v. fls. 39 e 40 do Balanço de 1961).	<u>1.157.727.733,10</u>	3.191.166.347,10

Menos:

b) Saldos de créditos extintos:

Em 1959 (v. fls. 34 e 35 do Balanço de 1959).	145.000.000,00
Em 1960 (v. fls. 37 a 39 do Balanço de 1960).	13.463.352,50
Em 1961 (v. fls. 39 e 40 do Balanço de 1961).	40.539,60
Em 1962 (v. fls. 47 do Balanço de 1962)	2.337.537,50

Em 1963 (v. pág. 162 do Balanco de 1963)	<u>296.319,10</u>	<u>161.137.748,70</u> 3.030.028.598,40
Menos:		
c) Créditos de 1960, cujo recurso passou, em 1961, para o Empréstimo Unificação e Con- solidação de Dívidas - Banco do Brasil:		
Decreto 11.315, de 7/ /5/60	25.000.000,00	
Decreto 11.853, de 7/ /12/60.....	<u>5.000.000,00</u>	<u>30.000.000,00</u> 3.000.028.598,40
Menos:		
d) Empréstimos recebidos até 31/12/63		<u>2.833.390.299,90</u>
Parcela a realizar vinculada		<u>166.638.298,50</u>
II - Empréstimo em apólices "II Plano de Obras do Estado - 4ª série" (Lei 3.601, de 1/12/58, e Decreto 12.465, de 30/6/61):		
a) Créditos abertos:		
Em 1961 (v. fls. 40 a 42 do Balanco de 1961).	2.123.125.698,00	
Em 1962 (v. fls. 47 a 50 do Balanco de 1962).	883.538.500,00	
Em 1963 (Decreto nº 14.707, de 14/1/63) ..	<u>250.000,00</u>	3.006.914.198,00
b) Créditos de 1961, revigorados em 1962:		
Decreto 12.716, de 18/10/61		<u>1.000.000,00</u> 3.007.914.198,00
Menos:		
c) Saldos de créditos extintos:		
Em 1961 (v. fls. 40 a 42 do Balanco de 1961).	1.018.186,70	
Em 1962 (v. fls. 47 a 50 do Balanco de 1962).	1.162.812,80	
Em 1963 (v. págs. 162 e 163 do Balanco de 1963).	<u>32.940.153,40</u>	<u>35.121.152,90</u> 2.972.793.045,10
Menos:		
d) Crédito de 1961, ab-rogado em 1962:		
Decreto 12.845, de 23/11/61		<u>7.000.000,00</u> 2.965.793.045,10
Menos:		
e) Empréstimos recebidos até 31/12/63		<u>215.838.000,00</u>
Parcela a realizar vinculada		<u>2.749.955.045,10</u>
III - Empréstimo em apólices "II Plano de Obras do Estado - 6ª série" (Lei 3.601, de 1/12/58, e Decreto 13.368, de 6/4/62)		
a) Créditos abertos:		

Em 1962 (v. fls. 50 a 56 do Balanço de 1962)	4.382.592.000,00	
Em 1963 (v. págs. 163 a 167 do Balanço de 1963)	<u>736.165.000,00</u>	5.118.757.000,00
b) Créditos de 1962, revigorados em 1963:		
Decreto 13.965, de 11/8/62	600.000,00	
Decreto 14.172, de 1/10/62	1.000.000,00	
Decreto 14.240, de 22/10/62	668.370,00	
Decreto 14.241, de 22/10/62	<u>1.831.630,00</u>4.100.000,00
		<u>5.122.857.000,00</u>
Menos:		
c) Saldos de créditos extintos:		
Em 1962 (v. fls. 50 a 56 do Balanço de 1962)	11.563.172,40	
Em 1963 (v. págs. 163 a 167 do Balanço de 1963)	<u>189.011.813,70</u>	<u>200.574.986,10</u>
		4.922.282.013,90
Menos:		
d) Cancelamento de créditos:		
Decretos de 1962, ab-rogados em 1963 (v. fls. 49 a 53 do Balanço de 1963)		: : 12.631.000,00
		<u>4.909.651.013,90</u>
Menos:		
e) Alteração de recursos de créditos de 1962:		
Decreto 13.590, de 29/5/62		<u>232.668.613,10</u>
		4.676.982.400,80
Menos:		
f) Empréstimo recebido até 31/12/1963		<u>981.836.944,30</u>
Parcela a realizar vinculada		<u>3.695.145.456,50</u>
IV -Empréstimo em apólices "II Plano de Obras do Estado - 8ª série" - (Lei 3.601, de 1/12/58, e Decreto 14.468, de 10/12/62)		
a) Créditos abertos:		
Em 1962 (v. fls. 56 e 57 do Balanço de 1962)	1.303.762.520,00	
Em 1963 (v. págs. 167 e 168 do Balanço de 1963)	<u>406.595.818,00</u>	1.710.358.338,00
b) Transferência de recurso:		
Decreto 13.590, de 29/5/62		<u>232.668.613,10</u>
		1.943.026.951,10
Menos:		
c) Saldos de créditos extintos:		
Em 1963 (v. págs. 167 e 168 do Balanço de 1963)		<u>29.003.839,80</u>
		1.914.023.111,30

Menos:

d) Cancelamento de créditos:

Decreto 14.571, de 21/12/62	100.000.000,00	
Decreto 14.596, de 26/12/62	<u>22.820.000,00</u>	<u>122.820.000,00</u>
Parcela a realizar vinculada		<u>1.791.203.111,30</u>

V - Empréstimo em apólices "Programa Preliminar de Investimentos - 1ª série" (Lei 4.387, de 6/12/62, e Decreto 15.043, de 29/3/63)

a) Créditos abertos:

Em 1963 (v. págs. 169 a 174 do Balanço de 1963)	4.950.460.892,20
---	------------------

Menos:

b) Saldos de créditos extintos:

Em 1963 (v. págs. 169 a 174 do Balanço de 1963)	<u>31.187.353,90</u>
	<u>4.919.273.538,30</u>

Menos:

c) Empréstimo recebido até 31/12/63

Parcela a realizar vinculada	<u>1.778.899.000,00</u>
	<u>3.140.374.538,30</u>

VI - Empréstimo em apólices "Programa Preliminar de Investimentos - 2ª série" (Lei 4.387, de 6/12/62, e Decreto 15.637, de 26/9/63)

a) Créditos abertos:

Em 1963 (v. págs. 175 a 178 do Balanço de 1963)	4.982.378.742,90
---	------------------

Menos:

b) Saldos de créditos extintos:

Em 1963 (v. págs. 175 a 178 do Balanço de 1963)	<u>3.000.000,00</u>
Parcela a realizar vinculada	<u>4.979.378.742,90</u>

VII - Empréstimo em apólices "Programa Preliminar de Investimentos - 3ª série" (Lei 4.387, de 6/12/62, e Decreto 16.211, de 28/12/63)

a) Créditos abertos:

Em 1963 (v. pág. 179 do Balanço de 1963)	<u>455.260.000,00</u>
Parcela a realizar vinculada	<u>455.260.000,00</u>

VIII - Empréstimo em apólices "Consolidação de Dívidas Flutuantes (Lei 4.426, de 21/12/62, e Decreto 15.630, de 25/9/63)

a) Créditos abertos:

Decreto 15.631, de 26/9/63	<u>1.500.000.000,00</u>
Parcela a realizar vinculada	<u>1.500.000.000,00</u>

IX - Empréstimo de 1 bilhão de cruzeiros, contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A. (Lei 4.387, de 6/12/62)

a) Créditos abertos:
Em 1963 (v. pag. 180 do Balanço de 1963) ... 1.000.000.000,00

Menos:

b) Empréstimo recebido até 31/12/63 999.812.128,10
Parcela a realizar vinculada 187.871,90

O passivo financeiro potencial, num total de
Cr\$ 23.573.606.699,30, compreende as seguintes parcelas:

I - Empréstimo Governo Federal (Lei Federal ...
3.337, de 12/12/57, e Lei Estadual 3.601, de
1/12/58)

a) Empréstimo recebido até 31/12/63 6.904.000.000,00
Saldo dos recursos a utilizar 6.904.000.000,00

II - Empréstimo Unificação e Consolidação de Dívidas, contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A. (Lei 4.387, de 6/12/62)

a) Empréstimo recebido até 31/12/63 745.503.717,10
Saldo dos recursos a utilizar 745.503.717,10

III - Empréstimo Saneamento - Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul (Lei 3.601, de 1/12/58)

a) Créditos abertos:
Decreto 13.337, de 22/3/62 300.000.000,00

Menos:

b) Saldo de créditos extintos:
Em 1963 (Decreto 13.337, de 22/3/62) 2.837.781,30
297.162.218,70
Saldo dos recursos a utilizar 2.837.781,30
Empréstimo recebido até 31/12/63 300.000.000,00

Conjugando-se os elementos potenciais expostos, acrescidos do ativo e passivo financeiros reais, apuram-se as deficiências financeiras acumuladas em 31 de dezembro de 1963, como se demonstra:

Ativo Financeiro:

I - Real

a) Disponível 3.938.443.388,00
b) Realizável 5.466.696.195,70 9.405.139.583,70

II - Potencial

Empréstimos vinculados a créditos especiais abertos:

Empréstimo em apólices "II Plano de Obras do Estado" (Lei 3.601, de

1/12/58):

1ª série - Decreto		
10.716, de 27/8/59	166.638.298,50	
4ª série - Decreto		
12.465, de 30/6/61	2.749.955.045,10	
6ª série - Decreto		
13.368, de 6/4/62	3.695.145.456,50	
8ª série - Decreto		
14.468, de 10/12/62	1.791.203.111,30	
Empréstimo em apólices "Programa Preliminar de Investimentos" (Lei 4.387, de 6/12/62 :		
1ª série - Decreto		
15.043, de 29/3/63	3.140.374.538,30	
2ª série - Decreto		
15.637, de 26/9/63	4.979.378.742,90	
3ª série - Decreto		
16.211, de 28/12/63	455.260.000,00	
Empréstimo Consolida- ção de Dívidas Flutuan- tes (Lei 4.426, de 21/ /12/62)	1.500.000.000,00	
Empréstimo de 1 bilhão de cruzeiros com o Ban- co do Estado do Rio Gran- de do Sul S. A. (Lei 4.387, de 6/12/62)	187.871,90	18.478.143.064,50
		<u>27.883.282.648,20</u>

Passivo financeiro

I - Real

a) Restos a Pagar	12.057.623.415,80	
b) Depósitos	944.930.854,30	
c) Diversos	14.983.137.321,00	27.985.691.591,10

II - Potencial

Créditos especiais trans- feridos para 1964	15.921.265.200,90	
Empréstimo com o Go- vêrno Federal (Lei Fe- deral 3.337, de 12/12/ /57, e Lei Estadual 3.601 de 1/12/58)	6.904.000.000,00	
Empréstimo Unificação e Consolidação de Dívidas com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A. (Lei 4.387, de 6/12/62)	745.503.717,10	
Saldo a aplicar do emprés- timo Saneamento com a Caixa Econômica Fede- ral do Rio Grande do Sul (Lei 3.601, de 1/12/58)	2.837.781,30	23.573.606.699,30
		<u>51.559.298.290,40</u>

Resumo:

Passivo financeiro	51.559.298.290,40
Ativo financeiro	<u>27.883.282.648,20</u>
Descoberto financeiro em 31/12/63	<u><u>23.676.015.642,20</u></u>

O descoberto financeiro, que se apurou acima, pode ser determinado, também, mediante a conjugação das insuficiências existentes no início do ano fiscal, modificadas por fatos supervenientes, com o deficit de recursos ordinários de 1963, como segue:

I - Descoberto acumulado em 1963 13.167.686.666,10

Mais:

a) Créditos especiais abertos no exercício de 1963, com recursos de exercícios anteriores	585.700.294,10	
b) Cancelamentos de créditos	<u>118.867,10</u>	<u>586.819.161,20</u>
		13.754.505.827,30

Menos:

a) Créditos especiais com recursos de exercícios anteriores, extintos	371.441.304,10	
b) Créditos especiais com recursos de exercícios anteriores, cancelados por redução, ab-rogação ou negativa de registro	140.202.581,70	
c) Créditos especiais com recurso em operações de crédito não computadas como elementos potenciais, extintos	87.073.297,20	
d) Inscrição de créditos	<u>245,00</u>	<u>598.717.428,00</u>
Descoberto de 1962, retificado		13.155.788.399,30

II - Deficit de recursos ordinários:

a) Créditos especiais com recurso do orçamento de 1963, transferidos para 1964	5.715.458.200,90	
b) Deficit na gestão de recursos ordinários	<u>4.804.769.042,00</u>	<u>10.520.227.242,90</u>
Descoberto financeiro em 31/12/63		<u><u>23.676.015.642,20</u></u>

A apuração das deficiências financeiras acumuladas foi efetuada observando-se a fórmula adotada em anos anteriores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Balanço relativo ao ano financeiro de 1963 é o último a ser apresentado com base na estrutura prescrita pelo Decreto-Lei Federal nº 2.416, de 17 de julho de 1940.

Os futuros Balanços deverão obedecer aos novos padrões instituídos pela Lei nº 4.633, de 9 de dezembro de 1963, que também determina a adoção do Orçamento Programado.

Nos termos do parágrafo único do artigo 79 da Lei nº 4.478, de 9 de janeiro de 1963, e segundo o disposto no artigo 109, parágrafo único, da Lei nº 4.633, de 9 de dezembro de 1963, compete à Contadoria Geral do Estado levantar o Balanço Consolidado da Fazenda Estadual. Para tanto, as entidades autárquicas devem encaminhar os respectivos Balanços dentro do prazo estabelecido pela citada Lei nº 4.478.

Como nem tôdas as autarquias fizeram a entrega dos seus Balanços em tempo hábil, viu-se esta Contadoria Geral impossibilitada de proceder à mencionada consolidação dos resultados da administração centralizada e descentralizada.

Em decorrência dessas novas e complexas atribuições cometidas à Contadoria Geral, estão em curso medidas tendentes a ampliar o seu quadro técnico, bem como de dotá-la de equipamento especializado.

Nesta oportunidade, cabe ressaltar, mais uma vez, o elevado espírito público e a acentuada contração ao trabalho demonstrada pelos funcionários deste órgão, onde atuam técnicos de reconhecida competência profissional. Esse registro assume particular significação, nesta oportunidade, em que, com grande deficiência numérica de pessoal e com exíguos recursos materiais, procedeu-se ao levantamento do Balanço, a par da implantação da nova estrutura do orçamento por programas.

Movidos por legítimos sentimentos de fraternidade e justiça, seja-nos permitido prestar merecida homenagem ao colega Professor Luiz Bonetti Piffero, a quem a morte veio surpreender quando ainda em plena atividade funcional.

O professor Piffero, com a modéstia que constituía o traço fundamental de sua personalidade, dedicou, por mais de quarenta anos, o melhor de seus esforços e de sua brilhante inteligência e aprimorada cultura em prol do serviço público. Seus ensinamentos e seu exemplo de acendrado amor ao trabalho constituem um legado aos seus colegas, que hoje reverenciam sua memória com saudade e respeito.

Cabe-nos, outrossim, consignar os marcantes serviços prestados a este órgão pelo nosso antecessor no cargo, Professor Holy Ravello. Técnico da mais alta qualificação cultural, tem sua atuação funcio

nal estreitamente ligada à vida da Contadoria Geral, desde o seu planejamento, organização e instalação.

Concluindo, Senhor Secretário, cumprimos o grato dever de manifestar nossos agradecimentos pessoais e os dos demais servidores deste órgão, pelo valioso apoio com que Vossa Excelência o tem distinguido, procurando dotá-lo dos recursos de que ainda carece para seu mais amplo desenvolvimento, bem como assegurando-lhe a maior liberdade técnica e administrativa.

Esse reconhecimento, Senhor Secretário, o estendemos ao seu ilustre antecessor, Dr. Emílio Otto Kaminski.

Renovando nossos propósitos de prosseguir emprestando-lhe nossa leal e decidida colaboração, reiteramos a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração.



Waldir Comerlato

Contador Geral do Estado